



**UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**RECICLANDO IDENTIDADES: ANÁLISE DE UM
PROGRAMA AMBIENTAL DE COLETA SELETIVA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS**

NELCI EHRHARDT

Canoas, 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

NELCI EHRHARDT

**RECICLANDO IDENTIDADES: ANÁLISE DE UM
PROGRAMA AMBIENTAL DE COLETA SELETIVA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Isabel Cristina de M. Carvalho

Canoas, 2007

NELCI EHRHARDT

**RECICLANDO IDENTIDADES: ANÁLISE DE UM
PROGRAMA AMBIENTAL DE COLETA SELETIVA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS**

Dissertação de mestrado defendida publicamente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil e aprovada pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Dr. Valdo Barcelos– UFSM

Profa. Dra. Maria Lúcia Castagna Wortmann- ULBRA

Profa. Dra. Rosa Maria Hessel Silveira – ULBRA

Profa. Dra Isabel Cristina de Moura Carvalho – ULBRA
(orientadora)

Aprovada em de 2007.

Ao olhar para trás e ver, de (o) novo, o que vivi...

Hoje,
ao terminar esta dissertação - ou quase,
olhei para trás e fiquei me comprazendo com a paisagem que vi:
pessoas, lugares, épocas, eventos,
encontros, desencontros pelos quais passei.
Cada palavra escrita evoca sabores de momentos vividos:
doces, amargos, azedos e salgados – nunca insípidos, nem repugnantes...
Traz imagens que foram fortes, mas que,
ao se mesclarem,
ganharam novos tons, novos contornos,
alguns suaves como velhas aquarelas;
outros estranhamente dissonantes ou destacados...
Faz soar vozes, ordens, pedidos, risos, impropérios e disparates
meus e deles/delas.
Esta etapa fez parte de uma ousadia que me permiti,
em 1999,
e que registrei em um pequeno cartão que ainda guardo comigo
foi um daqueles propósitos de final de ano:
Concluir Mestrado até 2006.
Não ganhei nada com isto, apenas um jeito novo de pensar;
não perdi nada de mais importante, mas me liberei de certezas e convicções;
não mudei grandes coisas na minha vida,
mas me descobri diferente...
No cenário que montei - ou onde me coloquei
tive comigo muitos outros protagonistas
– alguns de carne e osso, outros só de idéias.
Com idéias, palavras, silêncios e burburinhos fomos compondo minha peça.
Alguns personagens entraram em cena sem pedir licença,
outros foram deliberadamente convidados ou convocados.

Em cena, para minhas homenagens e agradecimentos:

Uma mãe: mulher lúcida, corajosa e carinhosa, que me orientou

muitas vezes, com palavras rudes e gestos autoritários

Lembranças: de meu pai, meus avós, meus sogros e todos os que já não estão comigo, há pouco, há muito tempo ou desde sempre.

Um marido: amor e companheiro; muitas vezes, apenas presença.

Meus filhos – meus únicos *meus* – perto ou longe são parte de mim – e as filhas deles e os seus amores.

Outros, que marcaram pela presença, pela distância,

Pela saudade ou pela indiferença.

Meu estudo, meu trabalho e minha profissão: lugares, pessoas e aprendizados que inscrevi, cultivei e usufruí durante mais de 50 anos, compondo fragmentos da minha identidade:

Lugares onde estudei e trabalhei:

Rui Barbosa, Glória e Aparecida;
SENAC, SESC, Carazinho Bureau, Auto Elétrica e Alfredo Sohne;
Sorg, La Salle, UPF, Garra e 39ª CRE;
Ernesta Nunes, Marquês de Caravelas, CAIC e SMHAS;
Ehros, Construir e ULBRA.

Meus pares de conselhos e associações:

GEMD, UCE, AMA, CME, CMMA,
COMDICACAR,
Senai, ACIC, EPACAR, FUCCAR,
Coral Pró-Arte, COAJU,
LIONS Clube, Comitê Gestor de Resíduos Sólidos
e outros.

Meus amigos e minhas amigas:

de longe e de perto, de verdade e os/as que inventei;
que trabalham ou já trabalharam comigo e aqueles/aquelas que só encontro para festejar; os/as que só há pouco descobri e os/as que quase esqueci,
os/as que moram longe e os/as que moram perto,
amigos/as do peito e de ocasião.

Meus/minhas colegas:

nem sempre amigos ou amigas, mas,
quase sempre,
muito mais do que isto,
foram e são meus braços, minhas, pernas, meus ouvidos e minha memória.

Meus alunos e alunas:

tantos que poderiam ser uma cidade inteira,
sempre desafiadores/as, inquietos/as, buliçosos/as.

O grupo do mestrado

Eloísa, Elení e Vera (mais tarde, também a **Suani**)– viajantes, como eu,
da travessia semanal
de 600 km, durante dois anos, para cursar as aulas do mestrado,
(e depois outros tantos para a orientação e a elaboração da pesquisa)
com direito a café colonial, extravagâncias, leituras a bordo,
chimarrão para espantar o sono
que vinha na madrugada, da longa viagem e da dura jornada semanal,
sessões de estudo e leitura, algumas orgias gastronômicas
e muita camaradagem.

Nós nos descobrimos e, como parceiras que se prezam, estabelecemos laços
de cumplicidade,
de amizade,
de companheirismo e
de solidariedade

na travessia pelo planalto, pela serra, depois na planície, com a invariável parada na Casa do Mel para o gostoso café da manhã! Madrugada rompendo (ou na escuridão da noite ainda), com sol, chuva, neblina, calor ou frio, uma de nós assumia o volante. Depois das aulas da sexta-feira, tudo de novo, na volta para casa. Risos, brincadeiras, reflexões, debates. O tempo do percurso e a cabine de carro foram laboratório de aprendizagem.

Vocês foram muito importantes nesta etapa da minha vida.

Obrigada mesmo!

O designer Daniel e a artista plástica Ilse Ana : sua criatividade e sua sensibilidade enriqueceram o trabalho, trazendo os Catadores de Sonhos para o mundo acadêmico

Os/as colegas das três turmas pelas quais transitamos, desde 2004, quando ingressamos como alunas especiais – encontros breves, mas ricos de reflexão e trocas.

Os professores e as professoras: Rosa, Maria Isabel, Maria Lúcia, Marisa, Alfredo, Mauro, Isabel Cristina, Lodenir, Luis Henrique (o Sommer e o Santos), – que tive oportunidade de conhecer e de ouvir, nas instigantes provocações que suscitaram, desafios que lançaram e caminhos que apontaram...

Meus/minhas entrevistados/as:

Sem declinar nomes, nos registros do meu Diário de Campo.

Meus/minhas orientadores/as:

– *Isabel Cristina de Moura Carvalho* : primeira e única, com quem comecei e encerro o trabalho,

- *Mauro Grün* - quase o segundo, por breve período,

- *Marise Basso Amaral* - apoio valioso, num momento difícil.

Obrigada por terem partilhado comigo

tempo,

paciência,

divergências e

construção.

SUMÁRIO

1ª PARTE

O TEMA, O CONTEXTO, AS REFLEXÕES E UM MODO DE INVESTIGAR.....	11
1 DA RELEVÂNCIA SOCIAL DO TEMA E DA MOTIVAÇÃO PESSOAL: pensando como e porquê na apresentação do trabalho.....	13
2 DO SUJEITO QUE ESCREVE – UMA CRONOLOGIA – histórias que conto, que me contam e que me instituem como sujeito ecológico.....	29
3 MODERNIDADE E MEIO AMBIENTE: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS – sem fugir e sem adotar subterfúgios, onde residem nossas esperanças?.....	38
4 O MEIO AMBIENTE COMO DISCURSO E AS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS – como o meio ambiente se transforma em discurso e como os sujeitos se posicionam discursivamente.....	43
5 MEIO AMBIENTE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: uma bússola, uma carta enigmática ou um manual de sobrevivência?.....	53
7 O QUE QUIS CONSTRUIR? QUE DESFECHOS PROVOQUEI? QUE CAMINHOS ESCOLHI? POR ONDE ANDEI E O QUE RECOLHI? Sobre inquietações, metodologias e procedimentos	78
8 A FALA QUE NOS CONSTITUI – EU, VOCÊ, NÓS E OS OUTROS: limites e transgressões do Programa, da fala e da lida.....	88
8.1 Como as coisas começaram - a história “oficial” e os bastidores do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos em Carazinho: 1ª parte.....	93
8.2 Falando do Programa, o que você pode nos contar? – 2ª parte.....	103
8.3 Catadores e carrinheiros, quantos cilindros e quantos hps têm o seu carro? – 3ª parte e o final da história.....	135
9 CHEGAR AO FINAL SEM CHEGAR AO FIM – um olhar para o antes e para o depois	151

<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>153</u>
-------------------------	------------

RESUMO

Nesta dissertação apresento estudo sobre a constituição de uma orientação ecológica em pessoas que se envolveram com o programa ambiental de coleta seletiva de resíduos sólidos do município de Carazinho/RS, discutindo de que forma a participação em programas ambientais, como o deste estudo, afeta práticas e concepções dos envolvidos, promovendo produção de sentidos e ressignificando conceitos e valores. Fiz uso dos Estudos Culturais para identificar diferentes percepções de problemas ambientais e seus sentidos culturais na Modernidade, considerando o ambientalismo como nova expressão de movimento social e as propostas ecológicas para o manejo de resíduos como alternativas, no enfrentamento da crise política e ambiental do projeto civilizatório moderno. As formas de lidar com o lixo urbano constituem-se pontos emergentes da discussão, seja considerando-os como categorizadores de saberes e indicadores de status, seja do ponto de vista da gestão e seus dispositivos de governamento da população. Tento compreender e interpretar diferentes modos de subjetivação – como (re)constituímos nossas identidades e como diferentes histórias contam outras “verdades”. Analiso entrevistas narrativas através de uma perspectiva hermenêutica, apoiada também em análise de documentos. Destaco o meio ambiente como discurso e prática significada pelos informantes, confrontando conhecimentos, valores e percepções destes atores sociais, explorando suas utopias, ambigüidades, controvérsias e limitações. Proponho pensar as práticas de coleta seletiva analisadas, com ênfase na reciclagem, como portal de acesso para uma nova consciência social e ambiental entre os agentes envolvidos nesta prática.

Palavras-chaves: Coleta seletiva. Identidade ecológica. Modernidade. Consumismo.

ABSTRACT

This work presents a study about an oriented ecological identity build in people involved with ecological program of domestic solid waste selective collection in the Carazinho county - Rio Grande do Sul – Brazil and discuss how the participation in such environmental program affect their daily behaviour and concepts, promoting a development sense and reframing concepts and values. Cultural Studies was the instrument to identify the different perception levels of the ecological problems and its cultural sense in the Modern Age, where the Green Ideology is seen as an expression of a new social movement and the proposal of ecological waste management as an alternative option to confront the actual political and ecological crisis of the modern society. The way of dealing with urban solid waste represents an emerging point of discussion, either considering the solid waste as raw material and as classifier of knowledge and indicative of status, either seeing the solid waste management as a way of population governance. The aim is to understand and interpret the different levels of subjectivity – by the human identity (re)construction and by life stories that tells us the other “true”. Facts have been crossed by a hermeneutical perspective based on interviews and supported by documental analysis. There is a special emphasis in Environment used by the people as speech and as belief, facing knowledge and values of the society, exploring their utopias, ambiguities, controversies and limitations. The intention is to bring a proposal of applying the practical collected data of solid waste management as an “accessing gate” to acquire a new social and environmental consciousness among the people related to this practice.

Key-words: Selective collection, Ecological identity. Modern Age. Comsumption.

1ª Parte

O TEMA, O CONTEXTO, AS REFLEXÕES E UM MODO DE INVESTIGAR

*“El sueño de la razón produce
monstruos”. (Francisco de Goya)*

1 DA RELEVÂNCIA SOCIAL DO TEMA E DA MOTIVAÇÃO PESSOAL: pensando como e porquê na apresentação do trabalho

As questões ambientais e suas repercussões nas atividades humanas e destas no ambiente têm sido fartamente anunciadas, apresentadas e analisadas; são motivos de controvérsias, tema de mídia (TRIGUEIRO, 2003), de espiritualidade (BOFF, 2006) e de pesquisa científica, (CÂMARA, 2006), constituindo-se em tema da moda e dos tempos que vivemos. Estas questões, mesmo sendo extremamente atuais, têm uma origem remota, que poderia ser associada com o florescimento das cidades, ainda na Antiguidade, ou antes, delas, mas que só começaram a ganhar envergadura com o desenvolvimento urbano-industrial e notoriedade a partir da segunda metade do século XX, especialmente pela mão da mídia, (FABRIS, 2004) e, de modo intenso, a partir dos novos movimentos sociais que passam a se notabilizar, desde 1990. (LAVALLE, CASTELLO & BICHR, 2004; FERREIRA, s.d.). As questões ambientais participam de instâncias educativas, conhecidas como pedagogias culturais e podem ser consideradas como “alargamentos” do que se considera o educativo, instituindo, segundo Steinberg (SANTOS, 2004, p. 237), “práticas, produtos e espaços culturais nos quais o poder se organiza e se exercita”.

Cenários que têm por pano de fundo as questões ambientais têm sido publicizados há muito tempo, mas começaram a ganhar proeminência e espaço na mídia há cerca de 40 anos, como é o caso do artigo *As Raízes Históricas de Nossa Crise Ambiental*, publicado por Lynn White na revista *Science* e que, segundo Lorentzen (2001), constitui-se num marco das antologias sobre o meio ambiente. No Brasil havia já uma “crítica ambiental” no final do século XVIII, segundo relata o historiador e cientista político José Augusto Pádua, que reuniu mais de 150 textos escritos por diferentes autores e que viam a devastação ambiental, como obstáculo ao desenvolvimento do país. (GIL, 2003). Apesar da precocidade com que os temas ambientais ganharam espaço na literatura brasileira, “não conseguiram dar o tom à tradição das idéias ambientais no Brasil, porque não se impuseram ao forte imaginário que recai sobre o País e toda a América como Novo Mundo ou mundo da própria natureza.” (CARVALHO, 2002a, p. 62).

Mais antiga ainda¹, de uma época em que as questões ambientais pouco freqüentavam os escassos meios de comunicação, Carvalho (2002a), refere-se a um imaginário sobre o paraíso terrestre e que foi pano de fundo das grandes navegações e da busca do Mundo Novo, expulsando os nativos da cultura e da história para circunscrevê-los numa “única grande paisagem natural” (p. 65), traçando, assim, uma divisória (espécie de Tratado de Tordesilhas) entre o humano e o natural.

Novos tempos, velhos problemas! Fazendo uso dos Estudos Culturais, trata-se de identificar diferentes percepções do que viriam a ser chamados, no século XX, “problemas ambientais”, atualizados com diferentes sentidos culturais ao longo da Modernidade. Novos tempos, velhos e novos problemas, que continuam a bater à porta de nossa consciência, com seus maus presságios, com alvissareiras possibilidades da solução técnica, ou ainda com um novo sentir², de uma percepção que, antes de buscar “verdades” sobre a degradação ambiental, pretende descolar pontos ocultos por uma película firmemente aderida que, em sendo descolada, talvez permita emergir outros cenários, que ficaram sem expressão, ocultos pela “naturalização” de uma paisagem à qual se outorgou o título de realidade.

Podemos retroceder mais ainda, e buscar nas antigas civilizações e nos relatos que delas nos chegam, histórias de agravos ao ambiente, causados ou não pelo ser humano, mas que afetaram a vida das pessoas e das comunidades e que nada ficam a dever aos grandes desastres ambientais contemporâneos, motivando êxodos (como o dos grupos que atravessaram o Canal de Bering e povoaram a América), desaparecimentos (o de inúmeras tribos e grupos na América do Sul e Central, dos quais os maias são um exemplo emblemático), mutações (como a dos primeiros representantes da raça humana, que eram negros e que em algum momento da história, começaram a repartir o espaço com indivíduos diferentes, desprovidos de melanina) e até extinção, (como a dos pigmeus, das amazonas e outros tantos, relatados por viajantes e aventureiros). Sem registros, mas baseados em algumas evidências arqueológicas, sabe-se hoje que a vida na Terra não foi se estabelecendo de forma contínua e progressiva, mas em saltos, perdendo e ganhando espaços. A espécie humana conquistou seu direito à vida pela exploração nunca pacífica das outras espécies (e da própria) e pela ocupação

¹ Refiro-me à proposta de compra pelo governo dos Estados Unidos, das terras dos indígenas americanos e a famosa resposta do chefe Seattle, datada de 1854, onde declara que o ser humano branco não compreendia o seu (dos índios) modo de vida, “pois é um estranho que chega de noite e toma da terra o que precisa.” (LEFF, 1998, p. 30).

² Usarei a expressão “sentir” preferencialmente a “olhar”, na intenção de reforçar todos os sentidos e não apenas a visão, posto que ela sempre foi bastante fortalecida desde o Iluminismo, como a via de acesso mais privilegiada para “ver” a realidade (GRÜN, 2007)

do espaço, deixando atrás de si rastros de exploração do ambiente. (PORTO-GONÇALVES, 2006)

Como Raymond Williams (2000) comenta em análise que faz das relações entre campo e cidade dizendo que, os problemas ambientais são uma prerrogativa dos tempos modernos, é acreditar que já houve um tempo em que o ser humano brincava com e de Deus, habitando um paraíso e dadivosamente administrava ambiente e criaturas, sem nenhuma violência, numa harmonia perfeita. Um quadro destes é o que nos é colocado como sendo a possibilidade de retorno ao “estado de graça” original e que só foi corrompido pela ganância e, nestes tempos modernos, pelo consumismo desenfreado que os caracterizam. A facilidade com que essas idéias vicejaram e são defendidas por não poucos segmentos, especialmente os ligados aos movimentos ambientais, é explicado por Williams (2000) como sendo uma espécie de mecanismo de obscurecimento provocado pelas profundas mudanças da Revolução Industrial. Argumenta que as grandes transformações impostas pelo capitalismo deram-se justamente no contato com a natureza, através das práticas agrícolas. Estas transformaram o meio ambiente, algumas vezes em terras férteis e produtivas, outras vezes em deserto e, assim, estamos frente a uma crise geral causada por um modo de produção agrícola que, efetivamente, transformou o mundo. (p. 391).

Acredito que seria um empreendimento inglório tentar determinar quando começaram nossos conhecimentos e práticas ambientais e “contra-ambientais” assim como hoje os conhecemos e praticamos. Mais evidenciada a partir do período que chamamos de Modernidade, quando a intensificação do processo globalizante promoveu uma intensa compressão tempo-espaço, com a alteração do primeiro e a destruição do último, a “largada” para as intensas transformações nas relações até então vigentes, quer entre os seres humanos, quer destes com o seu ambiente, provocou descolamentos, importações, êxodos e novas figurações. Hoje, é muito difícil, senão impossível, demarcar o que autenticamente pertence ou é próprio de um único lugar ou de uma só cultura: “isso não significa que as pessoas não tenham mais vida local”, mas que “a vida local é inerentemente deslocada [...] não tem mais uma identidade objetiva fora de sua relação com o global” (HALL, 1997, *apud* FABRIS, 2004, p. 258). Referindo-se a um “esmaecimento” das fronteiras impostas pela Modernidade, que nos faziam sentir como seres “autônomos, únicos e essenciais”, Fabris (2004) relaciona a ruptura com os paradigmas que nos constituíram com o surgimento de características que “se mesclam, se fragmentam, e associam” (p. 258) e que nos possibilitam múltiplas e complexas identidades, num processo de hibridização e de subjetivação.

A possibilidade de intervir na natureza, assujeitando-a de forma a poder controlar as variáveis com as quais desde sempre puderam ser geradas as alterações e seus conseqüentes desequilíbrios, talvez tenha sido o fator desencadeante dessa tomada de consciência do ambiente³. Deste sentimento de poder, um pouco talvez da presunçosa arrogância advinda da capacidade de controlar variáveis, usando a tecnologia como ferramenta privilegiada. Se os problemas ambientais são tão antigos quanto o ser humano, a consciência de sua presença e premência é que, talvez, seja o elemento inovador. Impossível, no entanto, negar os sinais eloqüentes da crise ambiental moderna: degradação ambiental, risco de colapso e avanço da desigualdade e da pobreza. Segundo Leff (1998), “vivemos hoje um mundo de complexidade, no qual se amalgamam a natureza, a tecnologia e a textualidade; onde sobrevivem e tomam novos significados as reflexões filosóficas e identidades culturais no torvelinho da cibernética, da comunicação eletrônica e da biotecnologia.” (p. 9)

A lógica moderna não se curva diante dos problemas: se o problema existe, então deve haver uma solução. Esta é uma cantilena modernista, de um projeto unitário e homogeneizante. Segundo Sorrentino et al. (2005, p. 287),

Certamente encontraremos razões psicossociais, culturais, econômicas, educacionais, históricas e conjunturais que delinearão um modelo devastador das relações estabelecidas entre os seres humanos e destes com o meio ambiente. Esse modelo, uma construção histórica baseada na erosão da diversidade biológica e cultural, homogeniza saberes, sabores, paisagens, comportamentos, espécies e raças, por meio do estímulo ao consumismo, da comunicação de massas, da genética e por autoritarismo de todos os tipos.

Para a ciência racional, o pensamento predominante é o de que qualquer problema pode ser resolvido, desde que a ele se aplique uma correta abordagem e uma adequada metodologia. Este princípio, aplicado aos problemas e crises ambientais, autoriza a ciência moderna, cuja racionalidade sujeitou a natureza, através de seus paradigmas teóricos e ações que impulsionaram e legitimaram apenas o crescimento econômico, a buscar soluções através da tecnologia. Basta, no entanto, olhar ao nosso redor, para perceber que a promessa da felicidade, a partir da ciência e das soluções tecnológicas, não se cumpriu. Segundo Tozoni-Reis (2004), citando Kuhn, que analisa as relações do pensamento científico com a organização social, criticando a legitimação do

³ Refiro-me aqui ao processo de trazer para dentro de si o ambiente como objeto, na concepção moderna de tomar conhecimento e não como um reconhecer da outriedade.

saber e do poder dos conceitos da ciência e da ordem social capitalista, “a ciência *normal* (grifo da autora) defronta-se com a impossibilidade para resolver problemas científicos e não científicos com base em seus referenciais teórico-metodológicos” (p. 121).

Com o presente estudo pretendo, desconstituindo, somar-me aos que vêm expondo à erosão que modifica a paisagem e à corrosão que ataca construções que pretendem estabelecerem-se como sólidas, verdadeiras e estáveis os princípios que sustentam idéias de supremacia da ciência e da tecnologia. No caso específico deste estudo, refiro-me à recuperação de matérias-primas através da reciclagem, tensionando a identidade ecológica das pessoas que se envolvem com programas ambientais e que acabam incorporando no seu dia-a-dia novas rotinas, novos olhares e, sobretudo, um jeito novo de ver o mundo e as pessoas.

Minhas reflexões pretendem expor paradigmas que partem ou do pressuposto de um lugar ideal, que pode ser recuperado através do bom uso da tecnologia ou de um tempo em que não havia agressões ao ambiente, como um retorno “às origens”, de acordo com variadas correntes que anunciam tanto a catástrofe, quanto a redenção. Num tempo de complexidade como o que estamos a atravessar, com uma crescente hibridação do mundo, onde a vida se tecnologiza e a natureza é sujeita a leis da Economia (LEFF, 1998), há que se ressignificar concepções de progresso, de desenvolvimento, de riqueza, de prosperidade, de realização, de plenitude, de moral, de humano, de meio ambiente.

A natureza, entendida como meio ambiente, é um termo absolutamente polissêmico. Para Sauv  (2005, p. 317-319), diversas podem ser as facetas através das quais podemos apreender o meio ambiente: meio ambiente natureza (para apreciar, respeitar e preservar); meio ambiente recurso (para gerir, repartir); meio ambiente problema (para prevenir, resolver); meio ambiente sistema (para compreender, decidir melhor); meio ambiente lugar em que se vive (para conhecer, aprimorar); meio ambiente biosfera (para viver juntos e em longo prazo); meio ambiente projeto comunitário (para se empenhar ativamente); meio ambiente território (para firmar identidade); meio ambiente paisagem (para interpretar contextos locais). Esta polissemia que o meio ambiente suscita, antes de causar confusão, deve ser entendida como oportunidade para refletir sobre nossas/minhas práticas e posi es acerca de nossas rela es no mundo.

Ao longo deste trabalho procurarei desconstruir pressupostos anunciados por tecnologias e metodologias modernas, não com o intuito de anunciar a desesperança, mas, opostamente, na tentativa de entender e explicar que os problemas ambientais são,

a exemplo de tantos outros, construções culturais, monumentos erigidos pelas relações que nos constituem como homens e mulheres nas nossas comunidades e que, longe de serem figuras de retóricas ou “miragens”, têm uma “realidade” estampada na forma como os constituímos – nós os parimos, estamos a alimentá-los e eles, assim, assumem a feição que lhe dermos.

O que quero dizer com isto é que, ao invés de projetarmos sombras na parede, deveríamos trocar de lugar e sentir o mundo de outras maneiras: buscar novas direções, autorizar novos pensares, dimensionar novos paradigmas que sejam capazes de produzir novos cenários. Este desiderato não é, em absoluto, desesperançado, mas pleno de possibilidades, mesmo que estejamos com pés e mãos metidos em problemas que podem/estão colocando em risco nosso amanhã. As questões ambientais são, sim, motivo de preocupação, questão de sobrevivência individual e coletiva e devem merecer atenção do pesquisador, tanto pelo olhar da ciência⁴ como pela de outras perspectivas, como, por exemplo, a dos saberes étnicos, populares, entre outros. Através dessas vias e outras que podem vir a ser assumidas, poderemos, quem sabe, compor uma paisagem menos estandardizada, com novos gradientes sensoriais, culturais, éticos e espirituais.

Como “teoria viajante” (COSTA, SILVEIRA, SOMMER, 2003), os Estudos Culturais podem servir de “passaporte” para o estudo das questões ambientais, posto que fazem uso de instrumentais que favorecem anseios democráticos e populares. Suas abordagens trazem à tona problematizações que enfatizam o “conjunto da produção cultural de uma sociedade, seus diferentes textos e suas práticas” (p. 38). As questões ambientais, assumidas pela vertente dos Estudos Culturais, ganham um significado diferente que aquele que lhes é atribuído, por exemplo, nas ciências “duras”, como a Biologia. E é precisamente o “sabor” dos Estudos Culturais, com sua permanente renegociação de significados e de hierarquias que queremos propor para a discussão de algumas questões ambientais, questões que foram se constituindo ao longo da história, pois é na esfera cultural que se dá a negociação e a luta pela significação do conhecimento, na “arena de significados”, como expressam os seus teóricos.

Também tensionei algumas vertentes que apresento como outras razões pelas quais os movimentos ambientalistas⁵ começaram a crescer gradativamente no período do

⁴ O uso da expressão ciência aqui, refere-se especialmente às chamadas ciências “duras” e não às ciências “sociais”.

⁵ A opção pelo emprego da expressão “ambientalismo”, “movimento ambiental” em detrimento de outras da literatura corrente foi feita considerando sua compreensão de expressão geral, indicativa de questões ou problemas ligados ao meio ambiente. Assim, ao empregar o adjetivo “ambiental” ou o substantivo “ambientalismo” estamos nos referindo a questões amplas de meio ambiente. Já o uso das expressões “ecológico” ou “ecologismo” denotam um abrangência mais restrita, com o significado de militância, atuação. Esta tem sido uma tendência de eminentes ecologistas como Marina Silva, Ibsen de Gusmão Câmara, Fábio

pós-guerra, intensificando-se nos anos setenta e, até hoje, mesmo com feições que foram se alterando ao longo das décadas e de acordo com a realidade social dos países onde se manifestam: o Ecofeminismo, na década de 70, especialmente na França, ao pregar o respeito absoluto à Natureza⁶, o *Greenpeace* fundado em 1971, em Vancouver, cuja política é de ações espetaculares não violentas orientadas para os meios de comunicação, os Partidos Verdes⁷, na Europa e na América, inclusive no Brasil, bem como aqueles ligados a instituições conservacionistas, como o *Sierra Club* e do *Earth First*, nos Estados Unidos, ou ainda as redes que fazem ativismo ecológico e político, a justiça ambiental e outros (CASTELLS, 2006).

Se durante mais de um século o ecologismo se manteve como uma tendência intelectual, cujo principal objetivo era influenciar a consciência das pessoas influentes, que poderiam provocar alterações na legislação ou doar bens à causa (PORTO-GONÇALVES, 2006), ou ainda como uma ciência burguesa em sua origem, nos últimos 40 anos se destacou como movimento social florescente e transcendente às diversas correntes partidárias (suprapartidária, como se diria), abrigo de diferentes tendências e interesses de grupos sociais majoritários e minoritários, enfim um movimento de massas, “*la revuelta de la ciencia contra la ciencia*” (CASTELLS, 2006, p.14). Também na denominação estamos frente a uma mudança: de ecologismo para ambientalismo, como tem sido mais empregado, o que remete a um novo discurso. Mas, tudo isso ainda não livrou os temas ambientais de serem vistos, ainda hoje, como um movimento das elites, acusados de priorizarem mais as questões da natureza do que as necessidades sociais. Enfim, esse “tumulto teórico” que caracteriza os Estudos Culturais (COSTA, SILVEIRA & SOMMER, 2003) se ajusta muito bem ao “tumulto ideológico” que marca o ambientalismo e todas as questões dele decorrentes. Na minha percepção, negociar sentidos, compatibilizar diferentes posições teóricas, problematizar a linguagem são problemas comuns a ambos.

Feldmann, Fernando Almeida, Samira Crespo. Já Fritjof Capra e Leonardo Boff empregam o termo ecologismo com sentido geral. (TRIGUEIRO, 2006). Ainda, de acordo com CARVALHO (2002a), citando PÁDUA: “De 1980 sinto que o que cresceu não foi nem o conservacionismo, nem o ecologismo. Cresceu algo intermediário, que chamamos ambientalismo, no sentido mais profundo e acurado da palavra; fortaleceu-se a idéia que o conservacionismo não basta, pois são necessárias mudanças econômicas e sociais, menos radicais porém do que os ecologistas pregavam “. Assim, usarei com frequência as expressões “ambiental” e “movimento/sujeito ecológico”, no sentido explicado por CARVALHO (2002a) que designa, a primeira como “conjunto heterogêneo de atores e a diversidade de práticas, crenças e valores que demarcam a constituição desse campo, cujo eixo comum alude à valorização da natureza e do meio ambiente como um bem” e a segunda como “questionamentos e propostas radicais quanto ao modelo de desenvolvimento e ao estilo de vida.

⁶ O Ecofeminismo considera “as mulheres vítimas da mesma violência patriarcal que se inflige à natureza. E, portanto, o restabelecimento dos direitos naturais é inseparável da liberação da mulher.” (CASTELLS, 2006, p. 9)

⁷ Em 1980 é constituído, na Alemanha, *Die Grünen*, partido que se constituiu a partir de movimentos sociais dos anos setenta, especialmente em torno de mobilizações pacifistas e antinucleares.

Os movimentos sociais e, entre eles o ambientalismo, não ficaram imunes às mudanças que, nas últimas décadas, estão a configurar uma nova feição aos arranjos sociais, resultante da tensão entre crise e mudança social, tendo em vista um futuro viável. Neste cenário vemos, paralelamente, o fenômeno das Organizações Não Governamentais – ONGs que, segundo Ferreira (1999), pode representar alteração de arranjos sociais e de políticas até então vigentes que, erodidas, passam a ceder lugar e destaque para novos jogos de poder no projeto da Modernidade. Percebe-se que o movimento ambiental, desde o Rio-92, mudou de feição e a opção pela democracia deixou de estar nas ruas, com os movimentos sociais e passou a se instalar no espaço oficial, o que pode representar, de um lado, a falência do Estado pela sua incapacidade de formular e executar políticas públicas, como também a busca de espaço de autores sociais anônimos no arcabouço institucional. De acordo com Sorrentino et al. (2005, p. 287), a questão ambiental é portadora do paradoxo: de um lado a necessidade de mais Estado, por conta da crescente complexidade social, por outro lado a opinião pública posicionando-se como anti-estado, fruto da doutrina neoliberal e seu conceito de Estado mínimo. O cenário descrito, altamente favorável à instalação e consolidação de outras esferas de poder, favoreceu a difusão e consolidação das ONGs⁸

No prólogo de *Desarrollo Sustentable y Calidad de Vida*, Horacio Reyes Ibarra adverte que “*es precisamente esa tendencia inacabable de todo ser humano por preguntar y preguntarse acerca de si mismo y del mundo que le rodea, la que lo impulsa a mantenerse en una incessante lucha por su propia supervivencia como individuo y como especie.*” (IBARRA, 1999, p.8), mencionando o “quadro sinistro” ambiental que parece acabar num abismo no qual vamos cair, por conta de uma espécie de impulso suicida ou de autodestruição em que se encontra a humanidade. Esse desconforto existencial, mencionado por Ibarra, por certo não é prerrogativa das questões ambientais, mas sua marca característica.

As alterações no comportamento social e a mudança de horizonte da ação política contemporânea são, cada vez mais, manifestadas pela redefinição das esferas sociais que, velando o “confronto ideológico da sociedade de classes”, colocam o meio ambiente como “novos espaços da expressão política e dos chamados novos movimentos sociais”. (CARVALHO, 2004b, p.3). O ambientalismo assume, assim, uma função mais política, ganhando espaço e repercussão, influenciando partidos políticos, governos e organizações não-governamentais. Este caráter universal é evidenciado em

⁸ Viola (1999, p. 44) afirma que as ONGs atualmente detêm cifras altíssimas em recursos financeiros, em número de filiados, desenvolvendo um sem número de projetos e ações, com atuação em praticamente todos os países.

movimentos sociais da Europa e dos Estados Unidos, principalmente. Segundo Castells (2006), o meio ambiente e as questões a ele associadas ganhou tal realce que, a partir dos anos noventa, seria difícil um partido político ou candidato se eleger sem “reverdecer” seu programa ou plataforma política.

Como expressão dessa nova consciência ambiental surgiu uma busca por compromissos dos diversos segmentos da comunidade expressos em inúmeros pactos e documentos, conferências e debates. Na América Latina há muitas iniciativas em Educação Ambiental, com destaque para o México, onde, por exemplo, podemos citar a Universidade Ibero-americana Golfo, através de pactos e documentos, como o denominado “*Buscando nuevos caminos para un mismo por qué*”, elaborado por Lopes Calva, em 1995. No Brasil, cito a Carta das Universidades – “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas e as Universidades” que reuniu, em 2004, vinte e quatro representantes de instituições de ensino superior para, junto com a Coordenação Geral de Educação Ambiental, formalizar os seguintes eixos de atuação: fortalecimento da Política Nacional de Educação Ambiental, formação continuada na educação básica e projetos e experiências de educação ambiental, com ênfase especial para a educação ambiental no ensino superior.

Para um melhor entendimento de como as questões ambientais se constituíram ao longo do tempo, é interessante rever também a evolução do pensamento humano, valendo-nos de algumas referências históricas, a começar pelas modificações introduzidas pela Modernidade. Com ela começa a tomar corpo a objetividade do pensamento racional que se distancia da tradição e do passado e passa a intervir de forma diferente na Natureza, trazendo a razão científica como explicação definitiva da realidade. Não se trata de atribuir à Modernidade a responsabilidade primeira e única de toda essa profunda alteração que caracteriza nossos tempos, mas ela, por certo, marca um tempo de profundas transformações nas relações entre as pessoas, uma espécie de força motriz do modo de produção que transformou o mundo. (WILLIAMS, 2000) e que, para a compreensão do meio ambiente, tomou para a estruturação de todo o seu dizer e fazer, o paradigma da disjunção, com o qual as partes são vistas em separado e a totalidade é apenas a soma de todas elas, justapostas e autônomas. Segundo Guimarães (2006), este focar na parte é o cerne do cientificismo cartesiano e do antropocentrismo que estruturaram a compreensão/ação sobre o mundo na sociedade moderna.

A racionalidade, como base do pensamento moderno do ser humano branco e europeu, através das grandes navegações, se disseminou pelo Ocidente, dando origem a um novo olhar *sobre* a Natureza e não mais *com* ela. É o olhar do dono, do senhor (o Ser

humano) sobre o seu objeto, sua posse (a Natureza). Para Grün (2007), compreender o processo de esquecimento da tradição, instituído pelo pensamento científico moderno, a partir do Iluminismo, que se inicia com Bacon e tem seu auge com Descartes, pode ajudar a entender como se forjou o novo olhar do Ser humano sobre a Natureza. O modo de pensar de Descartes, seu método de “purificação do pensamento”, afastando a cultura e a historicidade do conhecimento, “colocando o eu como centro de toda a certeza e verdade” (GRÜN, 2007, p.4), influenciaram profundamente as instituições educacionais e toda a forma de ver e entender a Natureza através dos sentidos. O que ele propunha era a libertação da subjetividade de toda e qualquer raiz, com uma existência por si mesmo, externa a todo o ambiente natural e social.

O pensamento cartesiano que ganhou corpo e marca a Modernidade instaurou o novo olhar e as novas relações com a Natureza, agora apenas um espaço que abriga os corpos, já que a alma é a razão e está irremediavelmente separada das emoções, dos sentidos, do bom senso, da tradição e da cultura, bem como do tempo e do espaço. A própria Filosofia deixaria de ser especulativa para ser prática, dando um novo rumo às relações sociais, à política e à ética. A lógica cartesiana do pensamento moderno desloca o sujeito, ou seja, retira-o de sua ligação com o local – sua essência não está mais no lugar e no tempo, conforme a tradição, e isto muda sua relação com a natureza (local), que passa a ser vista como prescindível, assim como a história (tempo) que perde sua dimensão temporal. Como os discursos ecológicos pretendem conferir ao sujeito um senso de localização histórica (tempo/espaço) são inevitáveis os choques e contradições entre o pensamento racional moderno e o ecologismo.

Assim, é compreensível pensar que a crise ambiental é a crise do ser humano moderno, sujeito ao seu eu racional, empobrecido em meio a uma fantástica explosão tecnológica. Neste início de milênio nos deparamos com um mundo que não alcançou os ideais da razão e do Iluminismo- a ameaça nuclear, as sempre novas e velhas guerras, o abismo entre pobres e ricos e os perigos gerados pelo progresso, como poluição, esgotamento e novas doenças são o nosso cotidiano. (PORTO-GONÇALVES, 2006). Este cenário estranho, com um inventário sombrio, que se traduz também em inúmeras mazelas sociais como corrupção, intolerância, estresse e violência pode ter no ambientalismo uma oportunidade de refletir sobre o mundo que construímos, para que possamos assumir não a “má execução de um projeto, mas a execução de um mau projeto” (VEIGA-NETO, 2000, p. 45).

O ambientalismo hoje é um movimento baseado na ciência, porque a utiliza para opor-se a ela, em nome da vida. Defende um conhecimento superior e uma visão

holística⁹ capaz de superar interesses fragmentários e a simples satisfação de instintos básicos, *“aspira a retomar el control sobre los productos de la mente humana antes de que la ciência y la tecnologia tengan vida propia y las máquinas acaben imponiendo su voluntad sobre nosotros y la naturaleza...”* (CASTELLS, 2006, p.15). Leff (1998) fala de um saber ambiental, que estaria se forjando. Caracteriza-o como um saber sobre o ambiente que, mais que levar em conta a realidade visível da poluição, considera a emergência da complexidade no reencontro (ou seria diluição?) de pensamento e mundo, sociedade e natureza e outras dicotomias; um saber que se debruça para uma reflexão sobre o mundo atual, com novas luzes e sombras, atravessado por estratégias de poder para a reapropriação da natureza, sob novos paradigmas filosóficos, epistemológicos, econômicos, tecnológicos e culturais

Nos vieses que serão focados neste estudo, o que se pretende é adentrar o terreno da formação da identidade ecológica de agentes educativos, realizar uma nova leitura nas relações do seres sociais com seu ambiente natural, que têm influenciado e sido influenciado por questões ambientais, entendidos como sujeitos construídos historicamente em e através do projeto civilizatório moderno. Se a crise ambiental representa, na atualidade, um dos mais complexos temas com os quais se depara a sociedade, a educação ambiental ganha importância crescente no debate sobre os rumos e o futuro da humanidade, constituindo-se em item sempre presente na agenda das políticas públicas. Assim, considerarei importante fazer incursões sobre trajetórias e histórias de vida de sujeitos que participam de ações ambientais, no âmbito de suas comunidades, divulgando e implementando projetos que dizem respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

O ponto convergente de quase todas as falas é o apelo para o senso ético e estético das pessoas, na tentativa de reestruturar as relações humanas com todas as outras formas de vida e com os elementos que constituem o meio ambiente. De um modo geral, as abordagens da literatura sobre meio ambiente fazem uso de argumentos incisivos, trazem a farta estatística da destruição da cobertura vegetal, do elevado índice de poluição do solo e das águas, da exploração exaustiva e predatória de recursos naturais e de toda sorte de males que afligem a Natureza e o ser humano. Este, por sua vez, é acusado de ser incapaz de gerenciar adequadamente o planeta que habita e do qual dependerão as futuras gerações para a satisfação das mesmas (ou ampliadas)

⁹ O Holismo é explicado como uma forma de ver a natureza , assim como a sociedade, “como uma teia visível e invisível de interdependências e relacionamentos, através dos quais mudanças em uma determinada área se propagam às demais, provocando reações em cadeia de conseqüências imprevisíveis.” (CAMARGO, 2003, p. 318).

necessidades básicas. O lixo urbano é um dos temas relevantes no amplo contexto das questões ambientais, constituindo-se em item destacado da Agenda 21 do Brasil.¹⁰

Nos últimos anos, as questões vinculadas à disposição e tratamento do lixo deixaram de ser apenas assunto administrativo das municipalidades, um problema “logístico”, para ganhar espaço na mídia, nos livros e nas cartilhas escolares, sendo capazes de mobilizar comunidades inteiras e sensibilizar a população, através de sua presença concreta, constante e “incômoda”, como um inseto zumbidor, trazendo à tona as muitas faces do consumismo, normalmente submersas e convenientemente ausentes da cena, e suas conseqüências no atual *modus vivendis*. A publicização de diferentes cenários relacionados ao lixo, geralmente em sua expressão mais caótica e miserável, bem como de projetos e atividades que objetivam solucionar (ou, mais freqüentemente amenizar...) os problemas, fazem uso de diferentes falas. Estas, propaladas através da mídia e dos agentes educacionais constituem-se em discursos que, por sua vez, participam da construção da identidade de escolares e de pessoas da comunidade. Na pesquisa que desenvolvo, trago olhares sobre a educação ambiental sofrida/praticada pelos sujeitos envolvidos no Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos em Carazinho, a partir de seus relatos biográficos, bem como das referências fornecidas por documentos que tratam da questão, como por exemplo, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGIRS) e o Projeto do Sistema de Coleta Regular e Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Carazinho/RS.

A compreensão de sujeitos envolvidos em um programa ambiental de gestão de resíduos sólidos urbanos, tal como foi e está sendo desenvolvido no município de Carazinho, é o cenário pelo qual faço algumas incursões, tendo como pressuposto que meu olhar para os diferentes atores poderá contribuir para a compreensão de como ocorre a formação de sua identidade ecológica¹¹ e, conseqüentemente, entender melhor as relações que a partir daí se estabelecem. Os protagonistas, além do/a professor/a, vistos/as como autoridades na maior parte dos discursos sobre Educação Ambiental, incluem outros/as personagens como: alunos/as, gestores públicos, integrantes de departamentos e secretarias responsáveis pela elaboração e execução de projetos ambientais, e os/as catadores/as de resíduos sólidos¹² e trabalhadores/as da unidade de reciclagem que funciona junto ao Aterro Sanitário do Município de Carazinho.

¹⁰ Na Agenda 21 a gestão ambiental e, como tal, a gestão de resíduos, é entendida como o conjunto de princípios, estratégias e diretrizes de ações e procedimentos que visem proteger a integridade dos meios físicos e bióticos, bem como de grupos sociais que deles dependem (Item 3.3.3 – questões urbanas: alínea b – resíduos sólidos).

¹¹ Retomando a conceituação estabelecida em páginas anteriores desta dissertação, onde distingo os termos ecológico e ambiental, reitero minha escolha, entendendo como “sujeito ecológico” aquele sujeito que, a partir de uma identidade ecológica, é movido ou instigado à participação em ações ambientais.

Envolver-se num trabalho da envergadura que requer uma dissertação de Mestrado, especialmente quando nele empenhamos precioso tempo, se explica nas razões pessoais de quem envereda neste caminho sem volta, na história da vida vivida. São muitas interrogações com as quais nos deparamos, quando nos adentramos nas regiões que estiveram encobertas, mas que constituem o território por onde estivemos caminhando, quer se trate de nossa dimensão profissional ou da pessoal, quer da relacional ou da espiritual. No meu caso, a problemática do lixo sempre foi motivo de inquietação, investigação e de diversas ações na minha comunidade, conforme descrevo adiante. Foi por isto que elegi este tema como meu foco de pesquisa, entre tantos outros que se ofereciam no panorama dos Estudos Culturais

Como vamos nos constituindo como os sujeitos que somos? Até que ponto nossas histórias de vida nos tomam pela mão e nos impelem para determinados caminhos, num universo de ofertas e escolhas? É por que vamos “colando” novos elementos, recolhidos aqui e ali nas nossas atividades sociais e profissionais? É o passar do tempo que permite incorporar essas histórias ao tecido original, agregando riqueza e complexidade ao nosso arcabouço, sempre incompleto, sempre capaz de receber novos construtos, numa mudança inexorável do ser que existiu para o vir-a-ser? Não tenho respostas unívocas para cada uma das minhas perplexidades, mas uma certa “intuição” de que todas e cada uma delas serve como justificativa, como explicação para a forma como fui elaborando um projeto que culminou com o estudo que agora apresento.

Mato (2005, p.164) diz que o “problema” da escolha do problema a ser investigado é “estabelecer, em linhas gerais, o tipo de conhecimento útil que pode ser gerado para os atores envolvidos, de forma ética e politicamente adequada”. Outro aspecto, não menos importante, em se tratando de pesquisas no âmbito dos Estudos Culturais, é o de centrar-se no estudo das práticas dos atores sociais, o que favorece a interpretação sobre os sentidos dos fazeres e possibilita a análise de modos próprios de participação. Estas são razões fortes, mas não exclusivas, para explicar a motivação. Talvez eu nunca venha a descobrir (e seria relevante?) o porquê da escolha e, na busca de uma razão, a “verdadeira”, para justificar os caminhos que percorri.

Descobrir-me como ser capaz de tantas possibilidades, do “vir a ser”, chegou a ser assustador, pela sinuosidade do caminho traçado, pelo constante

¹² Os/as catadores/as são o tema da capa do trabalho, uma montagem elaborado pelo designer Daniel Quintana Sperb, a partir de obras da artista plástica carazinhense Ilse Ana Piva Paim, autora da coleção de 13 telas em acrílico, denominada *Catadores de Sonhos* e que retratam cenas do cotidiano desses trabalhadores.

afastamento/aproximação do horizonte ao qual me dirigia. Por outro lado, todo o estudo empreendido foi uma revelação promissora das possibilidades de construção pessoal e social, um sentimento de alegria pelo vislumbre da possibilidade de criar e transformar, foi “sensibilização e engajamento” (LAYRARGUES, 2002, p. 146) e possibilidade de fruir “novas sensibilidades” (THOMAZ, 1989, *apud* CARVALHO 2002, p. 146). Mas isto gerou responsabilidades, pois, como adverte Warth (2002, p.14), “só eu sou responsável pela minha vida no ambiente em que estou colocado”, referindo-me à ética dos meus atos. Reconhecer-me como sujeito ecológico, na tênue e difusa linha que separa o meu eu individual do meu eu social, foi um exercício desafiador, com incursões no terreno da ética. De acordo com Sato & Passos (2006, p. 26): “conhecer o que há do outro em mim e o que há de mim no outro [...], saber que, para além das diferenças, há entre nós também continuidades, campos de referência mútua, de alianças, de similitudes que nos circunscrevem como semelhantes” é conhecer e re-conhecer o campo da ética, dizem os autores.

Grün (2004, p.19), diz que uma das formas de compreender a realidade é através da dialética, que a apresenta como essencialmente contraditória e mutante. Em contrapartida, a alienação¹³, que “resulta no afastamento da natureza, não como totalidade fixa e imutável, mas como realidade que se manifesta ao longo da história” só pode ser vencida pela emancipação, pelo livre manifestar de potencialidades e pelo enriquecimento espiritual, já que “a razão, longe de ser uma luz interior, desvelando a verdade, é uma mera faculdade de lidar com conseqüências.” (ARENDR, 1997, p.87). Neste aspecto, a educação ambiental – atos e ética - parece estar bem vinculada a um ideal de emancipação que não rompe o compromisso com o outro – os outros humanos e não-humanos.

A identificação e conseqüente escolha do tema deste projeto eu o reputo à minha história de vida, do meu cotidiano desde tenros anos, histórias que têm por fundo uma visão organísmica¹⁴ e que, de tão incorporadas, já não mais se distinguem do tecido original. Ou talvez, como explica Carvalho (2002a), eu esteja apenas frente a um mito de origem que tem nos gostos, cheiros, cores, texturas e sons da infância uma expressão de subjetividade que busco ressuscitar e trazer como explicação para a vida adulta. Preciso pensar mais sobre isto e quem sabe, levantar a tampa desse baú (e que baú!) que são todas minhas lembranças de meninice e adolescência, seja parte do processo que

¹³ Segundo Marx, alienação é a separação de nós mesmos, quanto ao produto do nosso trabalho, dos demais elementos da natureza, dos outros seres humanos.(LOUREIRO, 2000, p. 19).

¹⁴ O termo organísmico é empregado por Grün (2004, p. 27) para distinguir os atributos da virada epistemológica que caracteriza o antropocentrismo e que confere à natureza uma concepção mecanicista, em oposição ao sentido orgânico das idéias aristotélicas.

necessito para, em me desconstruindo, debruçar-me sobre o que me constitui como sujeito ecológico que penso ser.

Leituras e reflexões contribuíram significativamente para ampliar minha compreensão do que seja a natureza, em especial dos filósofos Bauman e Heidegger. Segundo este último, quando discute a questão da técnica, o problema não está em preparar modelos, explicações e dados a serem utilizados pela tecnologia, mas na forma de posicionar-se na natureza, assegurando um modo de estar presente (sem ser apenas uma pura contemplação), atacando-a e exigindo que se mostre na sua objetividade e calculabilidade. Assim, a ciência moderna é devastadora em sua violação contra a auto-reserva da natureza, o seu “ir-de-volta-para-si-própria”, seu autodesdobramento, a dualidade de emergência e autofechamento. A tecnologia ignora isto e exige presença incontrolada e incondicional, sob forma de reserva permanente, o que conduz a Terra para além da esfera natural de sua possibilidade. Heidegger fala da necessidade de desmanchar o próprio conceito de natureza como simples presença, fazendo uma análise desconstrutiva, cujo final é interpretá-la como *phusis* - emergência autodesdobrante. (FOLTZ, 1995).

A forma que a ciência moderna tem de encarar a natureza não pode pretender ser a Verdade, a única, ignorando os outros modos pelos quais a natureza poderia ser entendida, mostrando outras faces, permitindo diferentes entendimentos e, na reinterpretação, novos significados. Se a natureza não é uma coisa, um objeto, também o educador deixa de ser um mero transmissor de conhecimentos científicos sobre a natureza objetivada, para se converter em um arqueólogo que busca os sentidos que a humanidade foi atribuindo a ela e a seus seres. Tudo isto possibilita uma mobilização como se tivéssemos cristais cujas faces mostram outros ângulos, inusitados pontos de vista, que autorizam novas estratégias e formas de uso, convertendo o educador em ator social, que ensina a aprender novos significados e novas formas de enfrentamento da realidade.

Concluindo, Heidegger me convenceu da profundidade e da complexidade do problema - textura do pensamento ocidental; sua crucialidade - a sobrevivência da Terra e sua nova face, se sobreviver; sua resolução - ultrapassagem da metafísica; o próximo e o simples - nossa relação com as coisas e nossa aprendizagem de habitação. A alteridade da natureza impõe-se quando a busca é a da relação e “toda alteridade é dramática porque chamada à comunhão para continuar sendo, nunca pode ser de entrega total”. (SATO & PASSOS, 2006, p. 27). Ao mesmo tempo em que inclui na condição de todos, dizem os autores, essa inclusão se deve à singularidade que ali se

ocupa “pelo fato de ser um outro e de manter a distinção e o limite indelével de não poder nunca ser todos”. Nesta condição, continuam, estamos sós, sem ter sequer o poder de ser cada um. ... É a experiência do incomunicável.

E, para finalizar, reitero a pertinência dos temas ambientais nos Estudos Culturais, pela identidade que ambos assumem. Talvez fosse mais adequado dizer que, sob o ponto de vista dos Estudos Culturais- EC, as questões ambientais assumem novas dimensões que, somadas às já tão conhecidas, de fundo científico (especialmente através das ciências biológicas); de caráter social (especialmente com os novos e antigos movimentos ambientais); de caráter religioso (com os movimentos de espiritualidade e complexidade planetária) e de cunho político (na agenda dos partidos políticos e governos) podem possibilitar novas órbitas. Isto é válido especialmente se confrontarmos com a definição dada por Tony Bennett, que considera os EC “uma gama bastante dispersa de posições teóricas e políticas, as quais não importam quão amplamente divergentes possam ser sob outros aspectos, partilham um compromisso de examinar práticas culturais do ponto de vista de seu envolvimento com, e no interior de relações de poder”. (SILVA, 1995, p.11).

Este é o entrecruzamento, no sentido de *crossroads* que compõem uma visão multifacetada de dimensões naturais e sociais do fenômeno ambiental, onde a diversidade das direções de análise pode nos ajudar a perceber os aspectos multiculturais dos temas ambientais em suas diferentes direções...

2 DO SUJEITO QUE ESCREVE – UMA CRONOLOGIA – histórias que conto, que me contam e que me instituem como sujeito ecológico

As narrativas que farei neste capítulo referem-se à minha própria história. Considerarei importante incluí-las, não porque sejam excepcionais, ou porque pretenda, com elas, valorar mais o que eu própria vivi em relação às histórias dos outros/outras que aqui trago, mas porque ao contá-las talvez possa descobrir novos sentidos aos sentidos que já instituí. E, também, porque, segundo Carvalho (2004a), são os atos narrativos produzidos no campo ambiental por determinados sujeitos e atores sociais que fazem com que estes, ao comunicarem suas experiências “agenciem os fatos de acordo com uma perspectiva de compreensão do mundo” experiência esta caracterizada “pelo desejo de construir novas relações entre sociedade e natureza, ou ainda, sociedade e ambiente, se compreendido ambiente no sentido mais amplo que inclui a natureza, mas não se reduz a ela.” (p. 38). Assim, meu relato, mais que histórias que vivi, levanta uma ponta do véu que encobre o mundo – o mundo como eu o vejo e como penso que os outros o vêem.

Nasci, cresci e ainda moro em Carazinho, uma cidade de pequeno/médio porte no centro-norte do Estado do Rio Grande do Sul. Comecei minha formação profissional muito jovem, ao ingressar no Curso Normal para formação de Regentes Primários, uma modalidade escolar daquela época que habilitava para a docência. Também cursei Normal e Técnico em Contabilidade. Antes de completar 20 anos era professora e contabilista e, no meu projeto de futuro, não havia nenhum plano mais arrojado. Como muitos/as adolescentes da minha época, vivi o auge do movimento estudantil (1960) e dela participei ativamente. Assembléias estudantis, torneios esportivos e outros eventos eram nossa arena de mobilização. Mesmo que na época não tivéssemos muita clareza do momento de “virada” que vivíamos, hoje sei que estávamos a inscrever importante página da história política do Brasil e de nossas próprias vidas.

Antes ainda de terminar o estágio do curso normal eu já dava aulas e foi assim que, em 1967, comecei minha carreira docente, como professora de turmas do curso primário e do curso ginásial (hoje ensino fundamental). Casei aos 20 anos. Meu marido se chama Oscar e, de 1970 a 1976, nasceram nossas filhas Anelise e Elenise (esta, mãe de minha neta Ana Catharina) e nosso filho Alexandre (pai da Eduarda, minha segunda neta). No ano em que Anelise nasceu iniciei licenciatura em Ciências Naturais e depois

completei Ciências Biológicas, que terminei em 1976. Depois, cursei algumas especializações e freqüentei muitos cursos de atualização e aperfeiçoamento. De 1973 a 1985 atuei como vice-diretora e coordenadora pedagógica em escola de ensino médio, onde vivi intensamente o processo da reforma do ensino. De 1987 a 1990 estive na chefia pedagógica da 39ª Coordenadoria de Educação em Carazinho, voltando, em 1990, à atividade docente no ensino médio e atuando também como professora de Ciências e coordenadora das séries iniciais.

Em 1994 participei da elaboração do projeto social e da implantação do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, CAIC, que gerenciei de 1995 a 1996. Meus dois anos de CAIC também poderiam render boas histórias. A partir de 1997 passei a trabalhar como diretora de projetos sociais na Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social do município, quando começou a movimentação da comunidade local e regional para a instalação da ULBRA em Carazinho. Colaborei na montagem do projeto, que culminou, em 2000, com a sua instalação e onde atualmente sou assessora pedagógica.

Na minha cronologia episódios de infância e de juventude somam-se a outros tantos da minha vida acadêmica e profissional. Narrando passagens de minha infância, passando pela juventude até a adultez madura, destaco alguns episódios e impressões que, ainda vívidos e marcantes, vou descrever. O exercício de debruçar-me sobre momentos de minha própria vida é uma tentativa de entender como se deu minha própria formação e como os discursos da minha época, que atravessavam e constituíam as instituições nas quais nasci e cresci também me constituíram como indivíduo, como ser social e como sujeito ecológico. Na narrativa que faço de momentos da minha trajetória pessoal e profissional, “não busco encontrar verdades; apenas olhares...” (VEIGA-NETO, 2002)

A primeira fase de contato e compreensão do meio ambiente começou da forma como me relacionei com o meio ambiente nos primeiros anos de minha vida, como criança e adolescente; como vivi e senti a natureza, em seus elementos primitivos e “puros” (visão de “paraíso”): sanga, mato, terra, num contato estreito e orgânico, povoado de brincadeiras e de experiências sensoriais. Também vivi a transformação cultural que mudou a feição do meu bairro: de uma pequena “ilha” natural para uma fatia urbana, com ruas pavimentadas, muitas casas, muros, bueiros, trânsito e, bem no meio, hoje aprisionado por alta e intransponível cerca, o matinho que, de palco das deliciosas tardes da minha infância, se transformou, hoje, em reserva ambiental, vigiado pelos adultos e ignorado pelas crianças. Teria sido, mesmo, uma primeira fase? Ou trata-se apenas de

um mito?

Quando procuro explicar, para mim mesma, por que as coisas são assim como eu penso que foram, busco uma origem (tem que haver uma origem!) sem perceber que as origens não estão dentro de mim mesma, mas na forma como a “realidade” estava constituída e que eu, ingenuamente, pensei ter construindo, como se fosse uma costura, em que diligentemente podia mover o pedal e o “pé” da máquina, a fim de que essa seguisse a linha que eu traçara...

Mais tarde, com a formação acadêmica, natureza e ambiente viraram ciência: taxionomia, composição, monitoramento, dissecação. Meu ambiente foi para dentro de microscópio e lupa. Comecei a fazer novas leituras – aprendi nomes para coisas que não conhecia: cloroplastos, meristemas, vacúolos, fibras, cílios, vilosidades, pseudópodos e todo o universo micro e macroscópico dos tratados e publicações da área das ciências naturais. Se “nomear é recortar da totalidade do mundo caótico das impressões um objeto constituindo-o como tal, pelo ato instituinte da palavra humana que, criando, incorpora o instituído numa determinada ordem” (SATO & PASSOS, 2006, p. 18), pude estabelecer essa nova ordem, dar a cada objeto/estrutura que descobria uma finalidade específica. Chamar cada coisa por seu nome é, segundo Carvalho (2006), estabelecer uma essência existente. E foi assim que tudo isto passou a fazer parte de meu universo conceitual, ou seja, passou a existir para mim.

As coisas pequenas ficaram grandes, ganharam dimensões respeitáveis e me assombraram. Apaixonei-me pela lógica do universo, pela exatidão das moléculas, pelo rigor das combinações químicas e pela exatidão daquilo que na infância era meu brinquedo. Até me sentia um tanto profana, tendo brincado com coisas tão sérias. Mas é próprio das crianças não saber das coisas – as grandes descobertas, os verdadeiros conhecimentos são domínio do mundo adulto científico e está à espera de quem, com muito esforço e estudo, penetra no âmago, na essência da “coisa”. Daí ela se “desvela”, você a compreende e seu conhecimento vai se aperfeiçoando. Era isto que eu pensava, era nisto que acreditava... Hoje vejo que o que deixei para trás é o que me constituía como sujeito, Fica uma questão: deixar para trás é ultrapassar? Penso que este “deixar para trás” tem um sentido que é o de poder olhar de outro jeito e por outro ângulo momentos vividos.

Olhar para trás é necessário. Se estamos a caminhar e paramos, volvemos e olhamos por detrás o que antes víamos à frente, teremos, inevitavelmente, uma paisagem diferente. O que era grande, já ficou pequeno, o que estava bem próximo,

agora está longe. O cheiro mudou, o vento sopra de outro lado; o que subia, agora desce e nosso cérebro precisa reconhecer um novo quadro. Marchar sem olhar para trás, sem parar a própria caminhada é de uma rotina empobrecedora – é simplesmente caminhar. O que confere valor à caminhada é precisamente poder parar e ver de outro ângulo o que já passou.

Segundo Sato & Passos (2006), “recorrer à linguagem poética, metafórica, porque mágica, que, produzindo a sensação de feitiçaria, evoca o indizível e nos permite vê-lo apenas pelas costas [...] faz emergir situações sem nenhuma aliança com a pretensa realidade a que chamamos mundo.” Pois é precisamente disto que falo agora: parar e enquadrar de outros ângulos, lugares e momentos pelos quais já passei e que está sendo uma experiência singular. É como ver de novo um velho filme, mas com novos atores e diferente reinterpretação. Não é mais o mesmo filme. É outra história. A minha história também muda a cada vez que a conto de novo. Até há pouco tempo achava que isto era um defeito, “falta de fidelidade”, até descobrir o quanto pode ser saudável contar novas “velhas histórias”, com os diferentes sentidos que foram assumindo; sentir-se “atraído/a pela aventura (às vezes, quase sem saída...) de desemaranhar o entrelaçamento de vozes que se ouvem nos discursos [...] começando – quem sabe - pelo seu próprio...” (SILVEIRA, 2002, p. 81).

No contexto que narro e no qual sou narrada, preciso também considerar a importância da linguagem para qualquer estudo da cultura. Costa et al. (2003, p. 42-43) , citando Hall, consideram como importantes

A expansão da noção de texto e textualidade, seja como fonte de significado, seja como aquilo que elide ou adia o significado; o reconhecimento da heterogeneidade, da multiplicidade dos significados, do esforço envolvido no fechamento arbitrário da semiose infinita para além dos significados; o reconhecimento da textualidade e do poder cultural, da própria representação, como sítio do poder e de regulamentação; do simbólico como fonte de identidade.

Volto à minha história e constato que enquanto o tempo passou (e muito tempo se passou!) uma crosta científica cobriu toda a minha paisagem. Acostumei-me a explicar como se dava a respiração celular, o transporte ativo, a oxidação, a redução – energia e matéria num processo inter-conversível, cada vez mais apropriado pelo ser humano, através da tecnologia. As viagens espaciais, as comunicações, a robótica eram

possibilidades sempre crescentes, acenando para um futuro tecnológico de prosperidade, felicidade e fartura. Eram verdades respeitáveis, nas quais se podia estacionar e construir, sem medo, um edifício de valores e possibilidades, de inteligência e criatividade humana, com ilhas de natureza preservada – espécie de santuários, como as revistas de turismo são pródigas em mostrar.

Mas surpresas me aguardavam no alvorecer dos meus 60 anos – ver o mundo com outras lentes, buscar novos pontos de observação, quebrar estruturas que ergui com tanto esmero e que me colocaram na perspectiva através da qual explicava e simplificava o mundo e a natureza. Tive que quebrar o bico, arrancar penas velhas e pesadas e extirpar garras recurvas que já não serviam para muita coisa, como, dizem, fazem as águias, para poder se renovar e continuar a viver, num processo doloroso, mas necessário. Acredito que ao me expor e empregar minhas competências para inventar novos postos de observação, subverto o que estava estabelecido, mudei de lugar para procurar, não a saída, mas novos labirintos, diferentes paisagens e novas faces da natureza, não mais aquela natureza de imagem congelada do paraíso, mas uma natureza dinâmica, cultural, sujeita aos processos históricos, sendo construída e desconstruída, palco de relações, adaptações, inovações, fissuras e rupturas.

Parece estranho e um tanto inverossímil pensar assim – é um gosto de novidade, de emoção, mas também tem um pouco de medo do ridículo. Não foi fácil abandonar posições consolidadas e é tão mais difícil porque são antigas. É um sentimento como sair de um casulo onde estava aprisionada para ver e sentir de outro jeito – mais exposta sim, mas mais humana, mais frágil, mais sensível. A compreensão da relação indissociável natureza-cultura provoca um grande solavanco – é como cair num buraco ou ter a ousadia de embarcar num *looping*¹⁵ e perceber que, ao invés de estar no buraco, estamos fazendo altos vôos e aproximações – tantas quantas quisermos, com previsões esperançosas do que há de vir.

Revendo o que vivi, me redescubro com os mesmos sentimentos de inquietação e de enfrentamento a desafios que marcaram inúmeros momentos de minha vida pessoal e profissional. Valendo-me de diferentes lentes e de novos pontos de vista, percebo como fui construindo representações ao longo da vida – na adolescência, mais sendo levada pelas circunstâncias do que tendo um movimento próprio; na juventude e no período de adultez jovem, construindo uma nova história familiar e profissional, aperfeiçoando a formação acadêmica e hoje, na atual fase de maturidade física e intelectual, cheia de sonhos e expectativas, reescrevendo histórias que já vivi, agora de uma nova janela que

¹⁵ Voltas de 360° em brinquedos de parques de diversões.

abri com a "viagem" iniciada no mestrado e na qual encontrei novos e fortes sentidos para a vida e para a profissão.

Os Estudos Culturais são estas novas janelas que abri, portas pelas quais estou passando, novos velhos lugares que estou a visitar e de onde já vejo novas paisagens. Foi como se eu tivesse tomado uma lupa, dessas que se usa para ver o detalhe da pata de um inseto ou as rugosidades da casca de um ovo, e passasse a ver coisas que normalmente não via, porque não tinha aprendido a olhar. Aprendi que posso olhar o que está perto e me distanciar, olhando de longe e, de novo me aproximar, numa estrutura multifacetada, como num cristal ou como no movimento das ondas, que estão sempre a voltar para a praia, na singularidade de cada movimento e do seu eterno recomeçar.

Dentre o que determinados autores (SARDAR e VAN LOON, *apud* COSTA et al. 2003)) destacam como sendo os objetivos dos EC, objetivos estes que contrapõem a uma idéia que poderia, a partir dessa abertura ao desconhecido e ao inominável, levar a considerá-los como sendo “qualquer coisa”; destaco ter encontrado identidade com meu tema e meu estudo, qual seja: a dupla função de ser ao mesmo tempo objeto de estudo e local da ação e da crítica política; a possibilidade de tentar expor e reconciliar a divisão do conhecimento entre quem conhece e o que é conhecido e o compromisso com uma avaliação moral da sociedade moderna e com uma linha radical de ação política.

O vai-e-vem do meu olhar sobre o mundo que me cerca, ao contrário de um fluxo unidirecional, está permitindo perscrutar melhor o que estava encoberto, para novas leituras, novos conceitos, descobertas, abrindo portas e descortinando horizontes que minha formação acadêmica, extremamente positivista, (mesmo “temperada” e “amaciada” com minha prática social), se revelava incapaz de dar conta. Consigo, agora, respostas mais congruentes, frente aos meus anseios de educadora, de cidadã, de mulher. Se minha sensibilidade para com as questões sociais recebeu novo impulso e os conhecimentos dos quais eu já era detentora ganharam um novo significado, especialmente na percepção da incompletude que me constitui como ser no mundo, dependente dos outros (humanos ou não), também vislumbrei a possibilidade de aperfeiçoar minha prática docente pelo aprendizado através da pesquisa.

Aprendi que, como seres humanos, estamos constantemente a construir nossa identidade pela adoção dos paradigmas que hoje nos satisfazem, mas que podem vir a ser abandonados logo adiante. Amanhã não seremos mais o que somos hoje, assim como hoje já não somos o que éramos ontem; nossa identidade é permanentemente composta e recomposta nos grupos sociais com os quais interagimos pelos discursos

que ouvimos e que proferimos durante o tempo e o espaço nos quais nos movemos. Das muitas “bolhas” que estouraram neste caldeirão, que é onde “cozinho” a minha história, não posso deixar de falar da minha cisma pela questão ambiental, como alguém para quem a educação ambiental sempre esteve no topo das prioridades, quer como professora nas escolas, quer como cidadã participante dos movimentos ecológicos, quer na minha casa, como consumidora e administradora.

Voltando ao relato de alguns episódios marcantes, destaco um que deixou marcas profundas em quem o vivenciou. Em 1985, no Dia Mundial do Meio Ambiente, como militantes de uma ONG¹⁶, fizemos um chamamento à comunidade, acerca do problema do “lixão”, na época existente no município. Após, em grupo, nos dirigimos ao local, onde fomos “recebidos” com armas e cães pela pessoa que, tendo cedido a área à Prefeitura, ali permitia/recebia o depósito do lixo da coleta urbana do município. O depósito, próximo à cidade, localizava-se às margens do Rio da Várzea, que é o manancial de água da CORSAN¹⁷ para diversas localidades e afluente do rio Uruguai, a principal bacia hidrográfica do sul do Brasil.

Lá naquele local constatamos o que se comentava: os despejos eram disputados por porcos e crianças, na busca por comida e material aproveitável. Até hoje tenho em minhas retinas e nas minhas narinas, lembrança das crianças que moravam num barraco construído dentro do lixão, onde permaneciam durante a semana, sendo levadas, no final de semana, juntamente com o material que haviam catado, por um caminhão, para uma cidade vizinha. O cheiro que o conjunto lixo, porcos, crianças (nesta ordem de importância!) oferecia era impressionante. Visualmente, havia o colorido dos despejos recentes: cores, estampas, formas e volumes dos mais variados e, logo adiante, o líquido negro (chorume) que o resíduo gerava e que escorria, em valas abertas, para o leito do rio. Crianças de corpo encardido, olhar assustado, que o medo fazia mais fugidivo, vestidas com abrigos resgatados dos monturos, que não entendiam o que tinham feito de errado para terem seu espaço assim invadido por aqueles estranhos que estavam ali, com olhar reprovador.

Em meu imaginário, sempre que volto sempre àquele lugar e vejo, de novo, aquelas cenas, fico a pensar no sentido que construí a partir de lixo e crianças. Quem era/ é o mais importante? Este foi, na época, o estopim que deu “pano” para a imprensa e que fortaleceu a Associação Amigos do Meio Ambiente, que forçou o poder público a

¹⁶ AMA -Associação Amigos do Meio Ambiente de Carazinho.

¹⁷ CORSAN – Companhia Rio-grandense de Saneamento, que é responsável pela ETA – Estação de Tratamento de Água, que abastece o município.

desativar o lixão e instalar aterro sanitário, que gerou inúmeras ações nas escolas, que catapultou, no final dos anos 80, o projeto “Carazinho Cara Limpa” e que, mais recentemente, (2002) fez surgir o Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos que, por sua vez, levou à criação de uma associação de catadores (Catadores de Sonhos) e que ainda vai ter muita história para contar...

Enfim, minha história, ou a temática que abordo, é afinada com os EC, considerando o que a respeito deles declara o *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, ao divulgar as linhas mestras de um curso sobre Estudos Culturais na América Latina:

No nível dos conteúdos temáticos, a cultura que os estudos culturais criam não é a mesma que haviam criado, anteriormente, a antropologia, a sociologia, a economia ou as humanidades [...] a cultura que os EC “estudam” têm menos a ver com os artefatos culturais em si mesmos (gestos, obras de arte, mitos, valores, costumes etc) do que com os processos sociais de produção, distribuição e recepção desses artefatos. Ao mesmo tempo, os estudos culturais privilegiam o modo pelo qual os próprios atores sociais se apropriam desses imaginários e os integram a formas locais de conhecimento. “(COSTA, 2003, p. 52)

Ao encerrar este capítulo, faço para mim mesma, algumas indagações: Serão as histórias que narrei, as minhas mais fortes motivações? Foram estes mesmos os caminhos que percorri, ao viver as histórias narradas? Ao contá-las, mais uma vez, tive a nítida impressão de que, mais que velhas histórias, que muitos mais conhecem, parecem ser perguntas que volto a fazer. Dúvidas... Perguntas... Lapsos... Nossas histórias de vida não são apenas histórias – é nossa própria vida. E a pergunta insiste em se fazer ouvir: serão estas as histórias que eu quis contar? Segundo Grün (2004, p.141), a instauração da dúvida é a marca da “atitude científica”, para a qual a pergunta é sempre mais relevante que a resposta e que a atitude “correta” numa investigação científica é perguntar sempre “quais os modos de ser que fazem esses ou aqueles arranjos”, “quais são, como são e por que são”.

Instaurar a dúvida, desconstruir o instituído, conforme o fizeram Sócrates e Descartes, é o modo de ser dos filósofos e semear dúvidas tem muito mais méritos que colher respostas. À exemplo do diálogo socrático, que não dá respostas, pois é amigo da sabedoria, mas não dono dela, “Gadamer diria que há uma primazia da pergunta sobre a resposta”. (GRÜN, 2004, p. 151). A pergunta abre, mantém o fluxo; a resposta encerra,

fecha, cala. O método da dúvida, da instauração da pergunta tem um momento especial e deve ser parcimonioso. Um destes momentos, segundo o autor, é na elaboração de teses e dissertações. Chegou, pois o momento...

Penso que com as histórias que me constituíram e com as quais me reencontrei neste relato fui me tornando um sujeito ecológico, considerando “as trajetórias e o horizonte histórico construído e sendo reconstruído por uma identidade narrativa ambiental” ou ainda como um “tipo ideal que alude simultaneamente a um perfil identitário e a uma utopia societária” (CARVALHO, 2002a, p.71), na forma de um educador ambiental. Na breve cronologia que escrevi, narrei episódios, conforme os vejo hoje e omiti outros tantos – muito mais do que contei – de uma infância e de uma adolescência cheias de momentos mágicos, durante as quais meu maior sonho era crescer (ou seja, na época não achava nada daquilo importante), de uma travessia adulta que vivi/vivo com intensidade. Nos capítulos que se seguem farei novas incursões pelo terreno da formação do educador ambiental, refletindo mais aprofundadamente acerca de narrativas de outros sujeitos e suas histórias, no mundo em que ciência e técnica parecem ser os únicos balizadores.

3 MODERNIDADE E MEIO AMBIENTE: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS – sem fugir e sem adotar subterfúgios, onde residem nossas esperanças?

A nossa condição de homens modernos nos permitiu desfrutar artefatos que não foram sequer pensados por gerações que nos antecederam. Desfrutamos hoje produtos da ciência e da técnica que nos fazem crer numa supremacia e numa possibilidade quase infinita de progresso e bem-estar. Cada vez mais e individualmente¹⁸, procuramos, através do conhecimento, a pedra filosofal e o elixir da longa vida. “No horizonte da modernidade tornou-se impossível assegurar uma idéia única de bem-viver, portanto o ideal ético busca legitimar-se no âmbito discursivo, sobre bens particulares”, escreve Carvalho (2006, p, 33). Segundo a autora, isto poderia ser compreendido através “do horizonte das práticas culturais de uma determinada época e de um determinado grupo social, que parece ser o caso contemporâneo da preocupação e do cuidado para com o meio ambiente e a natureza, tomados como valores instituintes de uma cultura ambiental na sociedade contemporânea”. Nesse contexto, o meio ambiente deixa de ser apenas um bem coletivo para ser, cada vez mais, “meu ambiente”.

Na contramão desse processo individualizador, que torna o ambiente comum cada vez mais privatizado e coisificado, surgem movimentos que buscam, através de novas expressões, uma “política de celebração”, conforme Petra Kelly (in: CASTELLS, 2006, p.1), no sentido de simplificar nossas vidas e viver de um modo que afirme valores ecológicos e humanos. Este princípio parece estar de acordo com a posição de Carvalho (2006) para quem a preocupação ambiental e as práticas educativas vêm se constituindo em “um bem na contemporaneidade, valorizada pela sociedade, em processo de incorporação pela educação e um ideal para os processos de formação identitária, o que converte crenças, valores e atitudes ecologicamente orientadas em valores sociais e pessoais. (p. 32). Para Castells (2006) estamos frente a novos paradigmas que orientam a ação social. Segundo este autor, os movimentos ecologistas podem ser considerados como novos cenários do movimento social nos tempos em que vivemos.

A forma como o ser humano viu e sentiu o mundo não foi sempre a mesma. De uma concepção de mágica, do ser humano primitivo, passamos para uma concepção

¹⁸ Ao referir-me à característica de individual, não o faço com o sentido de sozinho ou isolado. A perspectiva da individualidade pode abranger equipes, grupos, tribos, conglomerados, associações, clubes e outras formas de corporativismo que buscam, pela reunião de indivíduos cujos interesses se assemelham, o individualismo de ações que excluem os diferentes.

utilitarista, do pensamento grego e, por fim, para uma concepção científica, construída a partir da revolução mecanicista do século XVII, que tem como marco a racionalidade do pensamento de Descartes. (TOZONI-REIS, 2004, p. 35-37). De acordo com Grün (2004), o ser humano como centro do mundo não é uma idéia nova, nem começa com Descartes, já que pode ser identificada ainda no Velho Testamento. A própria ascendência do cristianismo sobre o paganismo transformou e continua transformando o pensamento ocidental. Um século antes de Descartes, através da arte e da literatura mudou-se o lugar de onde se olhavam as coisas, instituindo-se como referencial o ponto de vista do ser humano, numa nova relação razão/sentidos. Embora a ética antropocêntrica seja anterior a Descartes, o seu pensamento é um marco filosófico do predomínio do ser humano sobre as coisas e criaturas e da transição do pensamento medieval para o moderno, passando pelo humanismo renascentista.

Uma revolução cultural / científica da envergadura que a Modernidade apresenta uma “alquimia do modernismo” (GRÜN, 2004, p. 29), não pode ser creditada à meia dúzia de nomes. Ela é fruto de um crescendo que tem nos pensadores Galileu, Bacon, Descartes e Newton, num período de quase dois séculos, sua expressão máxima, promovendo em definitivo a ruptura com a física aristotélica e instaurando a descrição matemática da natureza, despindo-a de qualidades, promovendo um enxugamento que coloca no camarote apenas forma e tamanho, qualidades “primárias”, isto é, que existem por si mesmas, independente da cognição humana, por poderem ser quantificadas e mensuradas, ao contrário das qualidades “secundárias” e “terciárias”, subjetivas, como por exemplo, a sensibilidade¹⁹.

Cada sociedade, em seu espaço, tem uma visão de natureza. O que a história e a antropologia fazem é identificá-las, levando em conta pontos comuns e diferenças, o que dá conta das diversas concepções, que vão desde a visão mágica, de ordem sagrada, que não admite questionamentos, mas somente culto, passando para uma integração natureza humana e não humana, nos primórdios da engenharia na antiguidade, evoluindo para a cosmovisão dos gregos, que começam a interrogá-la; daí para o cristianismo, que elimina de vez a sacralidade da natureza e coloca o ser humano no meio do plano Deus-Natureza. Segue-se a revolução científica pela qual, por uma série de operações, foram separados sujeito/objeto, ser humano/animal, sociedade/natureza, razão/emoção e tempo/espaço, numa visão dualista do universo, com existência eterna e imutável, à semelhança de um relógio.

¹⁹ A “ânsia” mensurativa do pensamento moderno continua a procurar novas aplicações. Li, há algumas semanas, em um conhecido periódico de circulação semanal, artigo no qual se dizia ter sido mapeado, no cérebro humano, o centro da fé, comprovado pela medição eletromagnética dos impulsos cerebrais.

O momento que se vive presentemente é favorável a que vicejem idéias de indeterminação e de imprevisibilidade, válidas tanto para partículas subatômicas quanto para o macrocosmo, envolvendo o planeta Terra, com seus elementos vivos e não-vivos e as sociedades humanas, de acordo com autores contemporâneos como Boaventura Souza Santos, Fritjof Capra, James Lovelock, Roberto Crema, Félix Guattari, Edgar Morin, para citar alguns. (TOZONI-REIS, 2004). Somos conscientes, em maior ou menor grau, do poder que a Modernidade conferiu à Tecnologia, concedendo-lhe outorga para a busca de solução aos problemas criados pela espécie humana no seu entorno social e natural desde que se afastou deste último e dos demais seres vivos.

A ruptura com o tempo “natural” e com o espaço “físico”, substituídos pelo tempo “relógio/produção” e pelo espaço “virtual” que caracterizam os tempos modernos são algumas das dificuldades com as quais a Modernidade se depara na sua relação com a natureza, e causa dos descaminhos entre ambos. Para Hanna Arendt (1997), a ruptura com o conceito de tempo, que deixa de ser compreendido como “natural” para tornar-se histórico-cultural, muda a compreensão de História e das relações dos homens entre si, com os fatos e com as coisas. A descrição matemática da natureza, introduzida pelo racionalismo, “purifica-a de suas qualidades, limitando-as às mensuráveis e priorizando a visão” (GRÜN, 2004, p. 30), como órgão sensorial por excelência. Cheiros, sabores e texturas são perdidos. O ser humano se retira de dentro da natureza e passa a ser um observador externo. Nesse contexto, Francis Bacon foi um dos defensores da nova cultura, na qual a ciência tem o poder e o ser humano, como criador da ciência, é mestre e senhor de todas as coisas.

A objetificação da natureza foi o preço pago para a legitimação da unidade da razão, pois ao tempo que confere domínio, provoca o afastamento. Heisenberg (GRÜN, 2004, p.35) afirma que o procedimento objetificante penetrou profundamente no espírito humano e “levará muito tempo para que seja substituído por uma atitude realmente diferente, em face do problema da realidade”. Na educação, o modelo baconiano teve adeptos, como por exemplo, Comenius e seus seguidores, que propugnaram um ensino baseado na experimentação.

As ciências ditas “exatas” e a racionalidade da ciência conforme queriam Bacon e seus seguidores, do ponto de vista de um olhar relativizador, nunca foram objetivas. Segundo Hanna Arendt (1992) respostas vêm de perguntas e as perguntas “objetivas” formuladas à Natureza, e conseqüentemente suas respostas, dependem dos formuladores, já que nascem da subjetividade de quem as formulou. Isto evidencia que a propalada objetividade das ciências é irrelevante, e mais:

O problema da objetividade científica tal como foi colocada no século XIX devia-se à autocompreensão histórica e à confusão filosófica em tão larga escala que se tornou difícil reconhecer o verdadeiro problema em jogo, o problema da imparcialidade. (ARENDR, 1992, p. 81)

Outro aspecto que trago à discussão recai sobre a ética, que ganha cada vez mais realce na questão ambiental. Autores há como Grün (2005, p. 45), que falam desta relação, afirmando que “O problema ecológico não é somente um problema técnico, mas é também um problema ético. Uma vasta literatura no campo da ética ambiental tem identificado o antropocentrismo como um dos responsáveis pela devastação ambiental.” John Grey²⁰ é outro crítico do antropocentrismo ocidental, que outorga ao ser humano papel central no universo e que a partir do século XVIII vendeu a crença de que as “futuras gerações sempre viverão melhores do que as anteriores [...] a humanidade avança no conhecimento, na ética e na política” (VENTUROLI, 2005, p.12). Segundo ele, esta é uma das grandes falácias do nosso tempo e uma ilusão perigosa, pois embora o ser humano seja um “sucesso evolutivo” por causa da sofisticada capacidade de produzir ferramentas, bem como de registrar e transmitir sua memória cultural, também desenvolveu uma extrema ferocidade, gerando condições cada vez mais precárias para sua própria sobrevivência. Paradoxalmente, o poder que desenvolveu sobre a natureza não lhe conferiu controle sobre ela. Como a ciência contribui para aumentar cada vez mais o sentimento de poder, este acaba gerando uma falsa noção de progresso real.

De qualquer sorte, o sucesso do ser humano no planeta, hoje, é inédito, mas precário e absolutamente recente se for comparado ao de outras espécies que também foram bem sucedidas e pode acabar mais cedo do que se ousa pensar. De acordo com Grey, por mais que o conhecimento avance, as instituições e a sociedade impõem limites e, provavelmente, o nosso futuro será igual ao nosso passado, só que com mais conhecimento. O avanço dos tempos cria novas condições, estruturas que se sucedem, conectadas entre si. Mas, segundo Díaz (1996) isto não autoriza a pensar em progresso, ou num status de aperfeiçoamento na passagem de uma época para outra, o que ilustra com a imagem do caleidoscópio: ao girá-lo (o que corresponderia à passagem das épocas), temos um novo posicionamento das mesmas peças já presentes no caleidoscópio, ocorrem novos arranjos, formam-se novas figuras, em novas relações, sem que isto signifique uma evolução a partir da figura anterior.

Ciente de nossa condição moderna e da forma como fomos/estamos por ela

²⁰ Professor de Pensamento Europeu na London School of Economics

moldados, talvez nos seja facilitado entender como passar de uma visão de natureza “objeto” e com a qual teima em emergir também a visão de natureza “paraíso a ser preservado, tão a gosto de artefatos midiáticos do turismo de consumo, para um novo conceito de natureza: a de construção cultural.

Do imaginário de natureza “paraíso”²¹ à reação radical à intervenção humana, reifica-se a natureza. Para Sato et al. (2002) esse imaginário leva à falsa crença de uma história linear do planeta, sem interferência das espécies vivas, como se os ecossistemas não fossem resultado das interações dos elementos bióticos com os abióticos. É preciso olhar a evolução e olhar a história, para entender que a espécie humana, enquanto habitar sobre a Terra atuará sobre os ecossistemas, assim como o fazem todos os organismos e sistemas.

No cenário atual das relações ser humano X natureza a ação do ser humano também promove modificações impactantes na natureza. Os conhecimentos que a ciência oportunizou tornaram possível colocar em ação forças elementares, as quais, possivelmente, somos incapazes de controlar, risco que a humanidade nunca antes experimentou. No século XVII, com a Revolução Industrial, o que predominava era a fabricação, operação humana, com início e fim definido, tendo por objetivo um produto final. No século XX, com a Revolução Tecnológica, pôs-se em movimento a ação decorrente de processos, tanto sobre o mundo natural como na esfera dos negócios humanos, operações que, sem a finalidade específica de fabricar um objeto, põem em movimento uma interminável cadeia de acontecimentos, imprevisíveis e incontroláveis, sempre renovada. (ARENDDT, 1992, p. 27). Se na industrialização predominam os produtos, na tecnologia predominam os processos, com a intersecção dos domínios do ser humano e da natureza, que se cruzam e se interpenetram, apontando de volta para a conexão entre os conceitos de história e de natureza, tal como apareceram com o ascenso da época moderna, nos séculos XVI e XVII.

O presente capítulo, no qual faço uma revisão de meio ambiente, no cenário moderno, tornou-se importante à medida que me permitiu reflexões sobre a percepção de ambiente de diferentes sujeitos, ou seja, seus discursos ambientais, o que considero tão importante quanto a ampliação da compreensão da crise ambiental. Além disto, é preciso não esquecer que a problematização Modernidade e Ética Ambiental é também parte das narrativas que trago para a discussão.

²¹ De acordo com Carvalho (2002a), as visões de natureza edênicas são antigas. Elas foram a principal motivação das grandes viagens do século XV, quando os europeus – especialmente portugueses e espanhóis lançaram-se em mares desconhecidos para chegar ao “Novo Mundo”, um paraíso como acreditavam e como descreveram, de acordo com relatos da época, como, por exemplo, a carta de Pero Vaz de Caminha.

4 O MEIO AMBIENTE COMO DISCURSO E AS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS – como o meio ambiente se transforma em discurso e como os sujeitos se posicionam discursivamente

“Nenhuma linguagem consegue traduzir a beleza e a feiúra constitutivas da nossa existência. Pelo menos não a palavra ordinária, porque ela é anulada ao próprio momento em que é compreendida.” (NOVAES, 2005).

Ao pensar meio ambiente como discurso, poder-se-ia pensar, numa perspectiva modernista, estar ele, o meio ambiente, descarnado de práticas. Mas, a concepção de discurso que apresento é aquela que institui uma posição de sujeito. Nesta perspectiva, apresento o meio ambiente “estruturado como uma narrativa e organizado num campo de relações sociais” (CARVALHO, 2002b, p. 19). Isto me permite relacioná-lo com a ética e com a política na sociedade contemporânea, acessando todo um campo argumentativo acerca dos valores que, na sociedade moderna, regulam as práticas sociais e individuais. Os discursos indagam pelos significados que o meio ambiente assume em cada trajetória dos sujeitos que falam e/ou escutam, nas suas vivências pessoais, sociais e profissionais²².

Dos discursos ambientais que hoje povoam nosso cotidiano, considero que os mais controvertidos são os do desenvolvimento e os da sustentabilidade. Das diversas vertentes que se ocupam dos mesmos, para dar uma idéia de sua polissemia, basta destacar apenas duas: a dos ambientalistas e a dos economistas, para os quais as concepções de desenvolvimento e de sustentabilidade são diferentes, quando não diametralmente opostas. O discurso sobre estes dois temas se “mundializou” e começou a ganhar força (ou seja, espaço na mídia, nas agendas políticas, nos planos estratégicos e nos currículos escolares) a partir da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se reuniu pela primeira vez, em outubro de 1984, tendo na presidência Gro H.Brundtland e que publicou 900 dias depois, em abril de 1987, o seu relatório, denominado “Nosso Futuro Comum” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p.3). A partir daí começa a ascensão dos debates locais, nacionais e de bloco de países, sendo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio

²² Segundo Carvalho (2002a, p. 22), auto-relatos (citando trajetórias pessoais) são construções narrativas, orientadas para a história pessoal e, por isto, dotadas de “certo conjunto de proposições, pertencimentos institucionais, formas de adesão, ‘conversão’ e prognósticos de futuro que se constituem como plausíveis e necessários para os entrevistados”. Refere-se ainda às narrativas biográficas como espaços *ficcionais* (grifo da autora), a partir dos quais, lembrar e contar é sempre reorganizar e reconstruir uma identidade narrativa.

Ambiente e Desenvolvimento – a Rio-92, um marco emblemático de novos discursos acerca da possibilidade de regulamentar o processo de desenvolvimento com base em princípios de sustentabilidade. Até hoje persistem discussões irreconciliáveis sobre o que seja um desenvolvimento sustentável, de parte de economistas e de ambientalistas, o que se evidencia na dificuldade²³ de firmar acordos internacionais através de instrumentos jurídicos que regulariam politicamente os processos sociais, econômicos e ambientais nos países signatários.

A velocidade com que convivemos com a mudança é a marca da modernidade. Podemos considerar a atualidade como um entrecruzamento de tempos, no qual se entrelaçam as diversas racionalidades que constituíram as formas humanas de relacionamento com a natureza, nas diversas épocas. (LEFF, 1998). A encruzilhada que vivemos marca uma ruptura entre as sociedades antigas e as atuais. Segundo Hall (2005, p.14), a principal diferença entre as sociedades modernas e as tradicionais é que as modernas são, por definição, “sociedades de mudança constante, rápida e permanente”. Na verdade, somos literalmente bombardeados por informações, cobrados em nossas práticas sociais que trazemos pelos discursos e inquiridos sobre nossa responsabilidade na preservação do meio ambiente. Assim, pois, busco trazer, pelos discursos que recolhi e pelos que enunciei, o meu relato, o meu discurso, com o qual tento explicar como o meio ambiente se constitui, ele próprio, em discurso, através do qual os sujeitos se posicionam.

As múltiplas realidades vividas nas sociedades atuais, em maior ou menor medida, revelam o crescente apelo e consumo de bens supérfluos, com a conseqüente geração de volumes cada vez maiores e diversificados de resíduos e rejeitos, a sofisticação e a ampliação da paisagem rural e urbana, com incremento das necessidades de matérias-primas e da geração dos seus subprodutos indesejáveis - os resíduos de toda ordem e as também conseqüentes alterações na água, no ar, no clima, no relevo e no solo. (LEFF, 1998) Se isto é mais notório na paisagem dos grandes aglomerados urbanos, nas periferias das cidades, nos grandes complexos industriais, hidroelétricos, extrativistas, também o campo tem sido cenário de modificações extraordinárias, aliás, bem antes das cidades, conforme destaca Raymond William (2000) Estes novos espaços e contextos (re) produzem diferentes sujeitos, novas identidades e sociedades em rápido deslocamento. E não são, em absoluto, fenômenos novos ou apenas com uma nova roupagem. São novos discursos, novos cenários, compreensões, ambigüidades e polissemias, dos quais este estudo vai destacar os relacionados com a

²³ São bem recentes as discussões envolvendo a recusa dos Estados Unidos de assinar o Protocolo de Kioto, o que ilustra as mencionads dificuldades.

geração, gerenciamento e tratamento de resíduos sólidos, ou do lixo, como todos nós estamos acostumados a falar.

Conforme assinala Porto-Gonçalves (2006, p.23): “há um relativo consenso que reconhece que, desde o final dos anos de 1960, entramos num novo período histórico” e mesmo sem a unanimidade que este período deva ser chamado de globalização, este parece ser o termo mais adequado²⁴. No discurso globalizante da Modernidade, apresenta como marcas deste tempo, entre outros, a outorga do esforço para as máquinas, a comunicação veloz e perfeita, a cura das doenças, o aumento da longevidade e o acesso fácil a *commodities*²⁵. Estes e outros avanços, que efetivamente desfrutamos como consumidores e que rendem aos que deles *podem* usufruir mais conforto, fizeram-nos crer que, como seres humanos, estávamos definitivamente acima das amarras que sujeitam os demais seres do planeta: tempo, distância, falência e morte. Os discursos²⁶ que nos acostumamos a ouvir, desde que nascemos (e que já eram falados quando aqui chegamos) nos fizeram ver o mundo como hoje o vemos, levando-nos a acreditar que a realidade é esta, para a qual nos acostumamos a olhar – a que nos mostraram e que já estava posta; discursos que “através dos processos da globalização e da mundialização da cultura, entre outras práticas, se tornam cada vez mais uniformes e de grande força na imposição de sentidos.” (FABRIS, 2004, p. 269), São os múltiplos discursos, produto de também múltiplas práticas sociais, que se estabeleceram na nossa cultura, através dos tempos e em cada tempo e espaço. Assim, reforço a proposta que trago no título deste capítulo: nosso tempo produziu um conceito de meio ambiente, que

²⁴ Porto-Gonçalves (2006, p. 23), propõe quatro etapas do processo de globalização na construção do que chama sistema-mundo-moderno-colonial, a saber:

- do século XV a XVIII e até hoje: o Colonialismo e a implantação da Moderno-colonialidade;
- do século XVIII a XX e até hoje: o Capitalismo Fossilista e o Imperialismo;
- dos anos 30 a 60/70 e até hoje: o Capitalismo de Estado Fossilista Fordista e
- dos anos 60 até hoje: a Globalização Neoliberal ou Período Técnico-científico-informacional.

²⁵ Em sentido restrito, *commodities* são os bens que trazem comodidades. A comoditização ou comodificação de domínios e instituições sociais, que não tem o propósito de produzir mercadorias, são “organizadas e definidas em termos de produção, distribuição e consumo” e as pessoas às quais se destinam são referidas como “clientes”, “consumidores”, o que ganha explicação fácil e rápida dentro da cultura empresarial. Assim, seu significado pode ser “colonização de ordens do discurso institucional e mais largamente da ordem do discurso societário, por tipos de discursos associados à produção de mercadorias. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 255).

²⁶ O emprego do termo discurso não é feito sem embargos, dado os múltiplos usos que dele se pode fazer. Para Fairclough (2001, p.21), é um “conceito difícil, principalmente porque há tantas definições conflitantes e sobrepostas, formuladas de várias perspectivas teóricas e disciplinares”. Em termos de lingüística, seu significado envolve desde amostras ampliadas de diálogo falado aos textos escritos. Mais comumente, o autor refere que discurso é usado na lingüística com referência a amostras ampliadas de linguagem falada ou escrita. Não pode ser confundido com texto, já que este é uma dimensão do discurso, seu produto, quer seja escrito ou falado. Discurso também pode significar os vários tipos de linguagem usados em diferentes situações sociais. Para Foucault, está vinculado aos diferentes modos de estruturação das áreas de conhecimento e prática social. “Os discursos são manifestados nos modos particulares de uso da linguagem e de outras formas simbólicas e [...] não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as constituem; diferentes discursos constituem entidades-chave de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais”. Os discursos, em suas diferentes construções também se ombinam em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

é o que nos é narrado, descrito, classificado, ora reificando a natureza como simples fornecedor de recursos e afastando-a do ser humano sujeito social, ora conferindo-lhe mais valia que às questões sociais, ou ainda separando o ser humano do ambiente natural, ao qual é conferido papel de santuário, a exemplo de alguns movimentos conservacionistas.

Estamos “autorizados” a pensar o meio ambiente da forma como vimos fazendo pelos discursos que enunciamos e/ou nos permitimos ouvir de significados compartilhados e produzidos ativamente, através de relações de poder (FOUCAULT, 1979) E são esses discursos que contam como é o ambiente, pois:

A multiplicidade de sentidos em disputa constitui a instável condição da ação humana no mundo, o que nos lança em permanente construção, desconstrução e reconstrução de sentidos no âmbito discursivo. Por isso não há como fugir do universo da linguagem como meio necessário para a produção de sentido e instância onde se legitima a ação. Uma vez lançados num mundo que não se funda em verdades naturais ou essenciais, estamos no domínio das interpretações (CARVALHO, 2006, p. 33)

A autora acima destaca a importância da chamada re-compreensão, ou seja, o âmbito da experiência dos sujeitos no mundo, que antecede e torna possível a construção de sentidos por meio da linguagem, afirmando que “existe uma compreensão que está para além daquela produzida pelo discurso, mas que diz respeito a uma compreensão anterior de se saber no mundo. Isto aponta para um “nível de vigência do sentido que ilumina os objetos na linguagem”. (p. 33). A noção de experiência também constitui a condição para a produção de sentido e este é produzido na experiência dos sujeitos no mundo. Portanto, é contextual. Assim, a linguagem, bem como a noção de discurso está, de certa forma, submetida à experiência. Carvalho (2006, p. 35) cita Ricoeur (1978) para quem “o discurso é uma tentativa incessantemente renovada para exprimir integralmente o pensável e o dizível da nossa experiência.”; que “compreendemos, então o que ocorre quando a palavra acede ao discurso, com sua riqueza semântica.” e que “sendo todas as nossas palavras polissêmicas em certo grau, a univocidade ou a plurivocidade de nosso discurso não é obra das palavras, mas dos contextos”

Desconstruir os discursos que vêm sendo falados significa, antes de tudo, tensionar os significados que carregam: O que descrevem? Como descrevem? Quais são

os enunciados que ganham maior *status*? Como são as pessoas que neles transitam? Como as coisas às quais se referem se relacionam entre si e com as pessoas? Questões gerais como estas, a respeito do discurso, ganham um sabor *sui generis* e deixam a mostra fraturas e desníveis, por conta da própria complexidade e ambigüidade que carregam quando o foco são as questões ambientais. .

Descrever a “realidade”, conforme acreditamos que ela seja, através do ponto de onde estamos colocados e com o olhar que aprendemos a ter, através do longo cozimento das nossas práticas sociais, é a intenção de qualquer discurso, é a pretensão do narrador. Segundo Fairclough (2001), a construção da identidade dos sujeitos sociais, das relações sociais entre as pessoas e também a construção dos conhecimentos e crenças assumidos é uma construção discursiva e que apresenta três diferentes funções: a) identitária, entendida como constitutiva das identidades sociais dos sujeitos, b) relacional, como aquelas que se estabelecem e onde são negociadas as relações entre os sujeitos e c) ideacional, significando o mundo, as entidades e as relações.

Com os discursos relativos ao meio ambiente continuam valendo a mesma construção e as funções mencionadas no parágrafo anterior, mas com as peculiaridades que são próprias do campo ambiental. Para Grün (2007, p. 9), a tarefa dos discursos ecológicos é a de relocalizar e situar o sujeito em um tempo, pois “eles exigem que o sujeito seja localizado em algum lugar e que sua localização produza significados.” Esses discursos pretendem contrariar a subjetividade cartesiana de um sujeito liberto de quaisquer raízes, com uma existência independente do lugar e do tempo em que se encontra um sujeito que depende somente de sua razão e de sua vontade. A superioridade sobre os demais seres da Natureza, derivada do pensamento moderno, parece legitimar a idéia que nós, humanos, somos os donos, somos superiores e que é tão natural e tão “legítima” nossa aspiração, que não poderiam pairar dúvidas sobre nossos direitos e superioridade, como seres racionais e dotados de inteligência, direitos esses derivados de concessão divina²⁷.

Se o discurso contribui para reproduzir a sociedade nas suas identidades, relações sociais, conhecimentos e crenças, também ajudam a transformá-la, numa relação dialética e são as "condições de possibilidade do discurso sobre as regras de formação que definem possíveis objetos, modalidades enunciativas, sujeitos, conceitos e estratégias de um tipo particular de discurso." (FAIRCLOUGH, 2001, p. 63). O discurso

²⁷ No Gênesis, primeiro livro da Bíblia, formaliza-se o direito e a supremacia do ser humano sobre os demais seres vivos, conforme aparecem nos capítulos 1,26, “ Que ele domine os peixes do mar, as aves do céu...” o que foi reforçado após o Dilúvio (capítulo 9,2):” Todos os animais da terra temerão e respeitarão vocês... E a vocês eu entrego tudo....”

produz, reproduz e/ou transforma os objetos e a vida social, tendo uma relação ativa com a realidade.

Na questão ambiental, os discursos mais apreciados, especialmente pelos meios de comunicação de massa, são aqueles tidos como “científicos”, isto é, aqueles que se apóiam em verdades das chamadas *hard sciences*, dentre as quais a Biologia figura como destaque. Assim, tendo a linguagem como instituidora da realidade, no sentido da construção do significado, percebe-se, no discurso do meio ambiente, muito do discurso da Biologia, o que poderia dar uma falsa idéia de identidade entre elas. Visto que um novo campo de relações sociais esteve/está a se constituir a partir e por causa das questões ambientais, pode-se também falar em um sujeito ecológico, fruto e causa dessa nova ordem social. Carvalho (2006, p.1) fala do sujeito ecológico, enquanto tipo ideal, como alguém que

...remete a um modo instituinte de ser, posicionado à margem (alternativo) e animado pela pretensão libertária de deslocar as fronteiras entre militância e estilo de vida, intimidade e esfera pública, opções individuais e transformação coletiva, constituindo parte de um novo horizonte para a ação política ambiental.

Discursos têm destinatários. No caso da educação, especialmente uma educação ambiental escolar, os principais destinatários são os professores e os alunos, os quais também dirigem suas falas e crenças aos que os rodeiam e com os quais interagem. Através deles se busca atingir e mudar toda a sociedade. Proust tinha grande habilidade para retratar personagens e cenários da sua época, criando assim personagens, “estereótipos”, sujeitos, que a exemplo do que caracterizamos como “sujeito ecológico”, retratava a paisagem da época, a linguagem e as relações sociais vigentes, conforme descreve Benjamim (1994, p. 42):

A quintessência da experiência não é aprender e ouvir explicações prolixas que à primeira vista poderiam ser resumidas em poucas palavras e sim aprender que essas palavras fazem parte de um jargão regulamentado por critérios de casta e de classe e não são acessíveis a estranhos.

Talvez, por isto, seja “fácil” para os professores falarem sobre o tema. Afinal os jargões que marcam as questões ambientais são bem conhecidos na escola e também passaram a ingressar no discurso dos meios de comunicação social, o que têm dado ao movimento ambientalista destaque suficiente para se configurar como um movimento social, de grande penetração e influência, posição esta conquistada pelas estratégias de divulgar ações espetaculares que atrai a atenção dos povos e, assim, provocam ações nos governos e responsáveis. (CASTELLS, 2006, p.1)

A educação ambiental, especialmente aquela que é praticada na escola²⁸, formalizada no currículo e nos programas e, às vezes, até em disciplinas ou aulas especiais, reforça um papel disciplinador, aplainado, especialmente se considerarmos a pretensa já citada identidade entre o discurso do meio ambiente e o da biologia, o que pode levar a uma “universalização” dos seus conceitos, a uma submissão à ciência, cujo papel tem sido o de “renovar, totalizar e preencher os buracos deixados pelas redes, transformando-as em superfícies lisas e unidas, absolutamente universais (LATOURETTE, 1994, *apud* SANTOS, 2004, p. 240) e, assim, dificultando uma compreensão mais ampla das complexas e interdependentes dimensões que assume no cotidiano. Esta complexidade da dimensão do sentido de meio ambiente pode ser estendida à de educação ambiental. A compreensão do que seja educação ambiental varia muito. Se tomarmos as palavras de Tozoni-Reis (2004, p.147), tem-se que ela é:

Dimensão da educação, atividade intencional da prática social que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental. Essa atividade exige sistematização através de uma metodologia que organize os processos e a transmissão/apropriação crítica de conhecimentos, atitudes e valores políticos, sociais e históricos. Assim, se a educação é mediadora na atividade humana, articulando teoria e prática, a educação ambiental é mediadora da apropriação, pelos sujeitos, das qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável, diante do ambiente em que vivem. Podemos dizer que a gênese do processo educativo ambiental é o movimento de fazer-se plenamente humano, pela apropriação, transmissão crítica e transformadora da totalidade histórica e concreta da vida dos homens no ambiente.

²⁸ Quando nos referimos a escola, o fazemos com a caracterização dada por Veiga-Neto (1999, p. 18), de instituição moderna, cujos objetivos de escolarização *na e para a* lógica neoliberal é a de “criar/moldar o sujeito cliente”, no entanto dotada de brechas que podem permitir a entrada de novas tecnologias, referindo-se especialmente às tecnologias telemáticas e, com isto, constituir novos agenciamentos, novos dispositivos de subjetivação, capazes de colocar em xeque a própria estrutura escolar, de conformação neoliberal.

O conceito anterior destaca o caráter prático da educação ambiental, prática essa articulada com a teoria, segundo Tozzoni-Reis (2004). O entendimento do que seja uma prática pode ser mais bem apresentado se atentarmos ao diz Foucault (1979): ele fala em revezamento, em um conjunto, em uma multiplicidade de componentes, ao mesmo tempo teóricos e práticos, com a teoria não como representação, mas referenciando a ação. Para esse autor, as teorias, como caixas de ferramentas²⁹ ou a exemplo de óculos, se não servem, devem ser jogadas fora e substituídas por outras. Como instrumentos de combate ou ferramentas, é preciso que funcionem que sirvam. Os discursos (ou se preferirmos, as teorias) precisam ficar sob nossa mira, pois corremos o risco de termos nossas tradições teóricas (e que vêm expressas em nossos discursos) modelando nossa identidade e nossos pensamentos. Quanto às teorias, há que se reconhecer que as narrativas dominantes definem limites e possibilidades do que pode e do que vai ser investigado, pois

...absorvemos teorias num grau tal que elas governam nossas idéias e ações, embora possamos não reconhecer que isso esteja ocorrendo – chegando-se mesmo ao limite de confundir teoria com verdade. Assim, tais teorias podem ser assumidas tacitamente, tornarem-se auto-evidentes, inquestionáveis e serem vistas como a única maneira correta de pensar e agir, ao invés de serem entendidas como um modo possível de fazer isso. (DAHLBERG ET AL, 1999, *apud* BUJES, 2005, p. 183).

Assim, o professor ensina mergulhado em suas crenças e valores, nascidas de suas teorias e nelas apóia os conteúdos e dirige seus ensinamentos ao aluno que, por sua vez, também imerso em suas crenças e princípios, realiza suas aprendizagens. No caso da Educação Ambiental, esta prática vai acionar crenças e experiências do professor em relação a sua própria educação ambiental. Segundo Carvalho (2006, p. 32),

...do debate contemporâneo podemos apreender que não existe instância nenhuma fora do discurso para orientar nossas ações. A idéia de um bem aparece como ponto de cruzamento de uma multiplicidade de idéias sobre o bem-viver, que concorrem entre si e por isso não há fundamento ou uma substância que assegure o Bem. [...] Cada época constrói, entre as pluralidades de perspectivas, algumas idéias que

²⁹ VEIGA-NETO, explicando o uso da expressão caixa de ferramentas, faz referência a Foucault, para compreender o papel da Educação nas mudanças do mundo atual: “nada de imposições, uma possibilidade entre outras; certamente que não mais verdadeiras que as outras, mas talvez mais eficiente, mais eficaz, mais produtiva. E é isso que importa: não produzir algo de verdadeiro, no sentido de definitivo, absoluto, peremptório, mas dar “peças” ou “bocados”, verdades modestas, novos relances, estranhos, que não implicam em silêncio de estupefação ou um burburinho de comentários, mas que sejam utilizados por outros como as chaves de uma caixa de ferramentas.” (1999, p. 3)

orientam a vida humana, dependentes das experiências comunicativas de sujeitos que vivem biografias próprias, de cada época.

Porque o “discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significado do mundo, constituindo e construindo o mundo em significados”, (FAIRCLOUGH, 2001, p.91) os problemas ambientais também são uma questão de discurso e a ética também o é. O discurso do meio ambiente deve ser assumido na sua dimensão ética, de responsabilidade de todos nós. Assim corre menor risco de se constituir em simples retórica ou de camuflar interesses econômicos das grandes empresas e grupos aos quais poderia interessar muito mais uma fachada de responsabilidade ambiental do que realmente atuar numa transformação social de cunho democrático e humanizadora.

Para Gill (2002, p.248), a natureza, para além de sua existência física, também sempre é uma criação cultural e que os “discursos em defesa da preservação de espaços e riquezas não existiram desde sempre. São coisas historicamente datadas”. (p. 47), significando sua construção cultural. Defende que não existe nada simples ou sem importância com respeito à linguagem, pois

...fala e texto são práticas sociais [...] nós lidamos com o mundo em termos de construção e não de uma maneira mais ou menos direta ou imediata; em um sentido *verdadeiramente real*, diferentes tipos de textos constroem nosso mundo. (GILL, 2002, p. 248).

Se a ética comparece no discurso do meio ambiente apregoando a responsabilidade de cada um de nós na questão da sobrevivência, também perpassa todas as discussões de educação ambiental e passa a ser não apenas preocupação de ecologistas e educadores, mas de toda a sociedade. Temos sido advertidos para os perigos do individualismo, da falta de ação política. A obra “Ética Pós-Moderna” faz menção a uma história que bem pode ilustrar o perigo das técnicas de sobrevivência individual, tão em voga neste primado do cientificismo tecnológico:

Até que ponto as técnicas de sobrevivência individual (técnicas, aliás, postas largamente à disposição para todos os presentes e os futuros, verdadeiros ou putativos sorvedouros, por mercadores, desejosos de forçar e tirar lucros, de bens e conselhos) podem-se estender para abarcar a sobrevivência coletiva? O sorvedouro da espécie em que estamos – todos nós juntos, e a maioria de nós individualmente – é tão aterrador por causa de sua tendência de fracionar a questão da sobrevivência, eliminando depois a questão assim pulverizada da agenda política. (BAUMAN, 1997, p. 282).

No trecho acima o autor refere-se à história de Edgar Allan Poe, de três pescadores que foram colhidos em um redemoinho – enquanto dois morreram paralisados pelo medo e pela inércia, o terceiro sobreviveu por ter notado que objetos redondos são sugados mais devagar para o abismo e, por isto, lançou-se sobre um barril. O pescador, frio e esperto, escapou sozinho, não importando quantos barris havia ainda no barco.

As reflexões suscitadas por Bauman são pertinentes se quisermos nos valer de questões éticas para interpretar nossas práticas e conceitos ambientais. Nos discursos ambientais, reveladores de identidades ecológicas, os fundamentos éticos são balizadores das atitudes e práticas que nos constituem como sujeitos ecológicos.

5 MEIO AMBIENTE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: uma bússola, uma carta enigmática ou um manual de sobrevivência?

Nossa compreensão moderna de meio ambiente, considerado como um somatório de partes que o compõem, sem levar em conta o conjunto complexo da interação das partes entre si e com o todo, em relações complementares, antagônicas, sobrepostas, em fenômenos encadeados ou até simultâneos, como expressa Guimarães (2006, p.13): “é tudo junto ao mesmo tempo agora”, pode ser um dos motivos pelos quais geramos a atual crise ambiental³⁰. “Será possível transcender a herança da Modernidade até alcançar e exceder os limites da própria significação pós-moderna da Educação Ambiental”? (SATO & PASSOS, 2006, p. 22). Esta questão intriga e, provocada pela instigação que lança, procurarei, neste capítulo, discutir alguns aspectos, controvérsias e indagações sobre a Educação Ambiental – EA e sobre o educador que busca, na problemática ambiental, uma razão, talvez, para o seu fazer pedagógico, um motivo para desafiar mesmices e abraçar ambigüidades.

A partir da lógica pela qual a educação é vista como a solução para tudo, tendo como pressuposto que é suficiente conhecer para compreender, compreender para agir e agir para transformar, numa perspectiva de que cada sujeito assim transformado poderá se juntar a outro e mais um, num somatório que, em pouco tempo, alcançará toda a humanidade, reside a crença, alimentada pela lógica do pensar e do agir sobre o mundo, que a educação pode mudar a sociedade e superar os graves problemas pelos quais navegamos e, entre eles, os de ordem ambiental. No atual contexto, destarte o racionalismo e o individualismo ditarem regras e apresentarem soluções tecnológicas, temos graves problemas ambientais, recorrentemente denunciados.

Na análise da atual situação ambiental, o que gera maior perplexidade é que, apesar de termos construído e termos a nossa disposição, como humanidade, uma parafernália tecnológica, não temos autonomia e nem conseguimos assumir o comando de nossas práticas individuais e sociais, submetidos que estamos às estruturas de poder

³⁰Segundo Porto-Gonçalves (2006, p. 17), a problemática ambiental é uma questão de ordem ética, filosófica e política; é se desviar do caminho fácil proposto pelo ecologismo ingênuo, manipulado pela mídia, de que devemos nos debruçar sobre questões práticas, como resolver os graves problemas de poluição, desmatamento, erosão, “que nos tornam prisioneiros de um pensamento herdado que é, ele mesmo, parte do problema a ser analisado. Há uma crença acrítica de que há sempre uma solução técnica para tudo – uma crença ingênua no papel redentor da técnica, consolidado a partir da Revolução Industrial. Estamos abandonando a crítica do projeto civilizatório europeu para projetos superficiais como “desenvolvimento sustentável”, “selo verde”, “coleta seletiva do lixo” ou “ecoturismo”, sem nos debruçar sobre os desafios ambientais contemporâneos.

que organizam as relações sociais. Assim, a solução dos problemas ambientais fica cada vez mais distante da ação dos educadores e das escolas. A EA, então, é incapaz de dar conta da mudança que pretendemos. Abandonando uma visão simplista através da qual teríamos, como produto final do processo educativo, a mudança dos sujeitos e, através da mudança de cada um, a mudança da sociedade, devemos estar atentos ao que Guimarães (2006, p. 16) chama de “movimento coletivo conjunto”, no sentido de uma “perspectiva interativa das partes/indivíduos entre si”, uma certa “dimensão política de enfrentamento” (p.16), que poderia gerar uma pressão maior que a simples soma das partes, uma pressão sinérgica, que permitisse aos nossos educandos exercitar uma cidadania ativa, em seus aspectos individuais, coletivos e políticos, transformando-se e contribuindo para a transformação social.

As reflexões acima e que abrem este capítulo não significam desesperança, antes falam de um desvencilhamento do ideário de racionalidade que pretende conseguir, pela implantação de um discurso “eu quero, eu posso”, uma falsa idéia que é suficiente que eu mude para que o mundo também comece a mudar. Segundo Guimarães (2006, p. 14), “a limitação na compreensão do mundo complexo provoca uma incapacidade discursiva para lidar com a complexidade das questões ambientais” e são esses limites (os da compreensão do mundo) que geram as práticas educativas que conhecemos (e praticamos!), incapazes de fazer diferente, de romper com o fazer pedagógico tradicional, reprodutivista, arautos de uma educação ambiental também de caráter conservador. Os saberes interpretativos, entre eles a educação ambiental - EA caracterizam-se por estarem urdidos por seus protagonistas, presas em “teias de significado

Loureiro (2002) destaca três posturas ambientalistas distintas, hoje em voga, e que devem ser questionadas na abordagem das questões ambientais: o naturalismo, que geralmente ignora as relações sociais e condiciona o indivíduo às relações e dinâmicas naturais, numa perspectiva determinista; o tecnicismo, que acredita que as soluções técnicas, manejo e gestão são capazes de resolver os problemas, na contramão da teoria social crítica e o romantismo ingênuo, que sacraliza o ambiente, como os *deep ecology*, que tendem a colocar o ser humano numa posição inferior à natureza e a naturalizar relações sociais.

Outra importante iniciativa que busca posicionar-se no cenário da EA é a contemplada no Programa Cone Sul Sustentável, que congrega Argentina, Brasil, Chile e Uruguai desde 1998. Tal Programa levou ao Pacto de Ação Ecológica da América Latina quando da realização do seminário “Nosso Futuro Ameaçado”, em oposição ao “Nosso Futuro Comum” responsável, no Brasil, pelo programa “Brasil Sustentável e

Democrático”, ambos na contramão dos acordos vigentes com fundos e bancos que se caracterizam pela externalização dos custos sociais e ambientais dos países desenvolvidos e pelo intercâmbio ecológico e econômico desigual, apostando no otimismo tecnológico como alternativa principal para a crise ambiental. Segundo Sato et al. (2005, p.103), estes movimentos, ao reivindicarem um conceito de sustentabilidade³¹ com a “cor” da América Latina propõem conceitos diferentes dos até aqui defendidos, entre os quais o de sustentabilidade, que, segundo os autores,

...pauta-se nos objetivos da equidade social, da proteção ambiental e da participação democrática, integrando o desenvolvimento econômico apenas como um aspecto dependente dos anteriores e jamais aceitando a trilogia do desenvolvimento sustentável, em evidenciando a economia como fator de igual importância à sociedade e à ecologia.

Esse desenvolvimento sustentável em nível local, regional e nacional estaria alicerçado em um saber ambiental que, segundo Enrique Leff (CARVALHO, 2004a), problematiza o conhecimento fracionado em disciplinas e a administração setorial do desenvolvimento.

Para Tozoni-Reis (2004, p.119), estamos vivendo um movimento de transição e para o “enfrentamento da problemática ambiental é preciso superar, por um lado, a lógica antropocêntrica e, por outro, superar a dominação do ser humano sobre o ser humano”, o que significa alterar paradigmas científicos e sócio-culturais, confrontando conhecimentos

³¹ Tão complexo quanto as expressões meio ambiente, desenvolvimento, sujeito ecológico, educação ambiental e outras tantas, cujos matizes revelam polissemias decorrentes de suas concepções e paradigmas norteadores, é o termo sustentabilidade. A sustentabilidade pode assumir, de acordo com Mota (2001, p. 28), diferentes dimensões: social (melhor distribuição de renda e de bens); econômica (gestão eficiente dos recursos); ecológica (uso adequado dos recursos dos diversos ecossistemas); espacial (equidade distributiva territorial); cultural (soluções criativas para o codesenvolvimento e continuidade cultural); ambiental (capacidade de suporte, resistência e resiliência dos ecossistemas); política nacional (democracia e respeito aos direitos humanos para um projeto nacional); política internacional (precaução na gestão de ativos ambientais, paz entre as nações e cooperação internacional). A sustentabilidade tem se mostrado, além de polissêmico, um tema polêmico. Ganhou destaque desde 1968, quando foi debatido no Clube de Roma (Relatório Meadows), em 1972, na Conferência de Estocolmo, em 1984, da Comissão para o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (que publicou, em 1987, o Relatório Brundtland: Nosso Futuro Comum), em 1992, a Rio-92 e sua Agenda 21 e outras tantas, mais recentemente, como a que originou o Protocolo de Kioto. (MOTA, 2001, p. 28-34). Para Carvalho (2001, “é um conceito polivalente que por si mesmo não define um único marco interpretativo e ideológico, mas transita entre diferentes matrizes discursivas, sendo disputado ideológica e semanticamente. Por essa razão é interessante tomar a noção de sustentabilidade como um horizonte de compreensão dos processos de transformação da sociedade contemporânea”. Destaca dois paradigmas: sustentabilidade fraca e sustentabilidade forte, nos quais variam valores como democracia, cidadania e esfera pública, com funções e sentidos diferentes. Entende a sustentabilidade fraca sob uma ótica do mercado, e de sustentabilidade forte, a que reconhece a finitude dos recursos naturais e a desigualdade do acesso e uso desses bens materiais e finitos, assumindo o projeto político de uma redistribuição equitativa dos recursos em termos globais e intergeracionais.

com valores e atitudes. Os paradigmas têm laços profundos com os conteúdos, sobre a forma como lançamos nossos olhares para compreender o mundo, o ser humano e as demais criaturas. Pela sua incapacidade de explicar o mundo, a vida e as relações, os paradigmas da ciência moderna têm sido questionados, sendo-nos reveladas suas falhas e fissuras.

O conhecimento científico deixou de ser um bloco monolítico, gigante, para se constituir em frações que permanentemente se sobrepõem, mergulham e fundem para emergir e soçobrar mais adiante. Assim, “a verdade absoluta deixa de existir e seu lugar permanece vazio, ou seja, os conflitos paradigmáticos são os principais referenciais da ciência e da organização social.” (TOZONI-REIS, 2004, p. 121). Bauman entende o fenômeno da ciência moderna nos seguintes termos: “O moderno romance com a razão e a perfeição universais evidenciou ser negócio custoso; mostrou também ser abortivo, pois a grande fábrica da ordem continuou a produzir mais desordem, enquanto a guerra santa contra a ambivalência produziu mais ambivalência.” (2002, p. 271).

Dar conta desse caleidoscópio, das novas concepções que surgem a cada dia, é praticar o esforço de explicar melhor o que não se explica totalmente e tentar reduzir ao plano horizontal o que é multifacetado. Essas novas concepções têm feito projetar teóricos como Capra, Sen, Unger e Prigogine, de quem é a declaração: “O universo da ciência moderna é linear, o tempo é reversível, a ordenação do mundo é não-caótica, mas para a nova física, o universo é turbulento, não-linear, irreversível e caótico.” (TOZONI-REIS, 2004, p. 122). As concepções descritas são amostras das contradições que marcam os tempos modernos, que marcam a educação e, de forma ampla e inelutável, as relações entre os sujeitos sociais, acometendo, conseqüentemente, os educadores ambientais.

Difícilmente encontraremos no mar de teorias e tendências que atravessam o campo ambiental e toda a problemática moderna, uma definição clara e distinta e tampouco a buscamos. Uma definição hermética da educação ambiental, dizem Sato & Passos (2006, p. 18), “constituir-se-ia numa circunscrição de sua abrangência, implodindo a riqueza de sua contribuição.” Talvez, como escrevem os autores, nossa labuta deveria ser a de permitir que a EA “floresça na sua exuberância de cores e perfumes, com toda a ambigüidade, como estando em toda parte e em nenhuma parte, ora machucando com seus espinhos, ora expondo suas texturas, seus aromas e seus sentidos polissêmicos.”

O atual cenário que atravessa as relações sociais põe em xeque especialmente

o professor, “cuja dimensão trágica é ser interpelado pública e pessoalmente pelas grandes contradições” contradições estas que marcam nossos tempos. O que está em jogo é o projeto de uma cidadania democrática, num tempo de “avanços, recuos e recomposição dos projetos sociais e ambientais”. (CARVALHO, 2002b, p.64) Assim, as práticas ambientais, mais que um caráter pedagógico, requer uma opção política.

Assim como outros saberes, a EA pode (e faz), em determinados momentos, “desarrumar a hierarquia racionalista, fazendo emergir outros arranjos e relações. Neste sentido, tensiona a educação, pois sua proposta emancipatória, embora de um caráter moderno, pode contribuir para o debate. Como declaram Sato et al. (2002, p.94):

A EA não é um código de condutas, nem representa uma lógica filosófica ou uma religião doutrinária, pois ela nasce e se concretiza através da prática discursiva. A EA não é um movimento estético, como o impressionismo ou o cubismo, mas talvez seja uma expressão surrealista do ser humano – dele mesmo, com o outro e de suas relações com o mundo. É um esforço de conhecimento para libertar o ser das pressões que se dividem entre a razão e a intuição, a vigília e o sonho, a sociedade e a natureza

“Educar é uma atitude filosófica para alimentar sonho”. A frase, atribuída a Bachelard, aponta para um olhar nunca certo ou de busca de clareza. Para ele, era preciso mergulhar no turbilhão de dúvidas, inquietações e incertezas, revolucionar o modo de organização dos grupos, no enfoque de uma geometria diligente não-euclidiana, na dinâmica dos movimentos contra a inércia newtoniana, na construção de saberes sem fragmentos, daquilo que chamamos de complexidade. “Nada teríamos a interpretar ou compreender, senão tudo a estranhar”, conforme entendem Sato & Passos. (2006, p. 20).

Se a educação é ela própria contraditória, porque fruto de uma época e de uma sociedade que elegeu o racionalismo e a ciência como seus ícones, mas que sonha com um mundo diferente, a EA é o retrato vivo dessa contradição, tentando dar conta de diferentes visões de mundo, de variados princípios éticos, de múltiplas correntes e tendências. Incoerência? Falta de objetivos e/ou direção? Neste foco, Carvalho (2002b, p. 59) alerta para o fato de que a multiplicidade de vieses e interpretações não pode conferir convergência de ações e visões na EA, já que cada um dos segmentos busca, em primeiro lugar, seu ideário e seus matizes específicos, o que torna o campo ambiental muito mais um cenário de “disputa entre concepções, interesses e grupos sociais” impondo-lhes risco de deformação. São, neste terreno, pautados por diferentes

ideologias, políticas, estilos e fins que o educador ambiental se movimenta e inscreve o sentido de sua ação.

Outro importante aspecto a considerar na EA é que a atenção à degradação ambiental muitas vezes deixa oculta a injustiça social. Por isso é preciso, antes de tudo, reivindicar a consciência reflexiva de que toda miséria humana está intrinsecamente relacionada com os impactos ambientais. Para Sato & Passos (2006, p. 23), “a história da civilização do *Homo sapiens* já comprovou que os prejuízos dos danos ambientais recaem sempre nas camadas economicamente desfavorecidas. A educadora ou o educador ambiental situa-se assim, num enigmático mundo de descobertas, com dúvidas sobre por onde caminhar ou sobre qual itinerário seguir. Assim, o que move a EA “não são suas temáticas abrangentes, mas o enredo que se trama para que o mundo se mostre extraordinário, revelando que o mundo não cabe no mundo e que o real não cabe no concebível”. (SATO & PASSOS, 2006, p. 24).

A EA, como um aspecto da educação, é dirigida, de modo especial, à população jovem através da educação formal e isto gera críticas daqueles que entendem que a mesma se encontra excessivamente ancorada nos meios escolares, sem dirigir seu olhar para as outras dimensões sociais, como o mundo da empresa, da legislação, da indústria, da produção e dos demais setores da atividade humana. Também as pesquisas e ações dos mediadores ambientais são criticadas por apresentarem uma dupla moral: o discurso impecável X ação inócua ou, ainda, de fins escusos.

Para Gutiérrez-Perez (2005, p.179), é preciso que os profissionais do ambientalismo e, principalmente, os educadores ambientais, abandonem de vez a postura de “inocente”, como uma “adolescência pré-gremialista”, saindo da redoma onde por mais de três décadas se encontram, incorporando às suas práticas e discursos “elementos mais tangíveis e materiais, e um pensamento mais beligerante e operacional, que ultrapasse a beleza dos nossos poemas e as retóricas de nossos textos.” Propõe *ação, capacitação e reflexão* (grifo do autor) como princípios fundamentais a serem incorporados no *modus operandis*. O autor claramente opta por uma orientação pragmática de educação ambiental, deixando de lado o que considera um estágio ainda preliminar na educação ambiental conforme praticamos hoje

Tozzoni-Reis (2004, p.185), por sua vez, critica a feição consumista que algumas ações de EA costumam assumir nas escolas. Cita casos de campanhas “sangrentas” em “ecoaulas” e/ou “ecoescolas”, de alcance de marcas, cuja finalidade última é obter brindes ou certificações. Também não poupa a universidade, a quem

acusa de promover discursos demagógicos para validar títulos ou justificar fundos angariados em nome de uma apologia para a mudança, sem que esta seja, em última instância, a preocupação fundamental, o compromisso real com a “injustiça social, a desigualdade e a delinquência ambiental.” Neste prisma, segunda a autora, não interessa que os modelos de intervenção não funcionem e não alterem a inércia das instituições nas quais transitamos, quer como pesquisadores quer como consumidores; basta que alimente o ciclo acadêmico da pesquisa teórica, descompromissada com a desigualdade social.

Assumindo como esclarecedoras as incongruências da dialética ambiental, reconhecendo a ambigüidade das posições e ações que a EA assume nos movimentos ambientais, com a ingenuidade com que se apresenta no meio escolar, em todos os níveis e na sociedade em geral, na teorização que impregna o meio acadêmico, sem assumir um compromisso social, percebe-se que sempre corremos o risco de sermos, nós educadores ambientais, teóricos do discurso vazio, reforçadores de um *status quo* que penaliza os que menos têm. A idéia de perfeição, conforme nos ensinam os Estudos Culturais, não pode ser aplicada a nenhuma relação e isto vale, também, para a EA. Sato et al. (2002, p. 5-6) reconhecem essa condição: não existe perfeição em EA, e mais:

Reconhecemos que também somos andarilhos/as dos sonhos pois acreditamos que se impõe uma constante revisão de conceitos e atitudes, com índice de honestidade epistemológica e firme propósito político, em oposição aos que apregoam os juízos pré-estabelecidos, definindo a EA hermeticamente, sob sua lógica e autoritarismo. A reinvenção dela esteve presente no longo caminho que traçamos coletivamente. Conceber a EA nessa perspectiva significa circunscrevê-la na aventura de correr o risco, desde que seu caráter se inscreve na tensão entre o que possa vir a ser por sobre o que já é. É na consecução do caminho que se apresenta uma complexidade de vales e labirintos. Uma EA concebida nessa trajetória convida ao exercício arrojado do livre arbítrio e da transformação em atos de liberdade e de cidadania.

Como ambigüidade, a EA pode ser emblemática, até pelo próprio “estar aí”. Seu principal paradoxo é que se ela, a EA existe, é porque existe outra educação que não é ambiental. Ou seja, existe uma educação que não se vincula ao ambiente e este fenômeno deve-se ao cartesianismo que impregnou/impregna a educação. Segundo Grün (2003, p. 3), o antropocentrismo, além de separar os indivíduos dos seus ecossistemas, deu voz ao cartesianismo e calou as demais, gerando as chamadas “áreas de silêncio”. O desprezo e a indiferença pela natureza decorrem do desconhecimento que

dela temos. Esse desconhecimento não promove a outridade (neste caso, os seres e elementos da natureza). Sem oportunidade de auto-apresentação, eles simplesmente não existem. Talvez, por isto, diz Grün (2003), a educação não tem ambiente. A auto-apresentação, o reconhecimento da outridade, não pode admitir o controle das coisas – quem controla sufoca, não deixa falar – é o que acontece na metodologia moderna da consciência. Heidegger e Gadamer reafirmam que as coisas. “não são simples material para ser usado e consumido, o que também não significa uma metafísica de ser-em-si-mesmo”. (GRÜN, 2003, p.5)

Apesar das sinceras intenções dos educadores de contribuir para a superação dos problemas ambientais, suas práticas acabam reproduzindo um padrão tradicional de educação, referenciado pelos mesmos paradigmas da racionalidade, reforçando aspectos de um processo pedagógico centrado no indivíduo: uma educação conteudista, racionalista e comportamentalista, baseada na crença que é possível transformar a sociedade, através da transformação das pessoas. O resultado da soma desses indivíduos seria uma sociedade transformada, capaz de superar os problemas, tornando-se “ao final desse processo 1 + 1”, uma sociedade ecologicamente correta. Uma concepção simplista, dessa natureza, pode levar a crer na autonomia do sujeito, como se fora capaz de decidir sobre suas práticas individuais e sociais. “Não perceber isso nos leva a reproduzir um ideário que centra os esforços do processo educativo na transformação do comportamento do indivíduo, como na conhecida história do beija-flor³² (GUIMARÃES, 2006, p.15): fazer a sua parte. Para o autor

Essa é uma idéia muito recorrente nas ações em EA, o que não deixa de ser louvável, já que o comprometimento individual é um passo fundamental para o processo de transformação. No entanto, se permanecer sozinho, provavelmente o beija-flor não vai apagar o incêndio e vai morrer queimado. Moral da história: cada um fazer a sua parte não deve ser o objetivo final do processo educativo, pois assim, mais uma vez, estaremos centrados no indivíduo e apostando que a transformação de seu comportamento levaria a uma transformação da sociedade. A relação, aqui, não é enfatizada; o que predomina é 1 + 1 e não o 1 com 1. O comprometimento de “fazer a sua parte” é importante no processo, mas somente quando associado ao compromisso e à compreensão de que individualmente somos impotentes diante das estruturas de poder tão consolidadas que fazem com que a realidade se conserve como está mantendo os privilégios sociais e a dinâmica econômica. (GUIMARÃES, 2006, p.15.)

³² O autor refere-se à conhecida história do beija-flor que tenta apagar um incêndio na floresta levando água no bico.

O enfrentamento às estruturas de poder é uma característica do movimento ambiental e dos ambientalistas que tentam mudar o mundo, arrostando estruturas de poder. Mas, é preciso abandonar a postura ingênua, denunciada por Guimarães, que um somatório de indivíduos pode, cada um na sua ação individual, transformar seus comportamentos e assim transformar uma realidade sócio-ambiental. Antes, é preciso encadear esforços e estratégias, fazer surgir uma nova força, de um “movimento coletivo conjunto”, a partir de uma perspectiva interativa das partes/indivíduos entre si, na dimensão política do enfrentamento com sinergia, gerando uma pressão maior que aquela que resulta da soma das partes e que deve ser, antes de tudo, um “movimento articulado com identidade e intencionalidade, que se estabelece nas relações.” (GUIMARÃES, 2006, p.15). O aceno de futuro, a perspectiva de mudança, segundo o autor, decorre de uma ação social que deveria permitir a decantação de uma nova educação, expressa em:

Possibilitar que nossos educando vivenciem esse processo é trabalhar na formação de cidadãos engajados, constituindo um ambiente educativo em que, no exercício de sua cidadania ativa, em seus aspectos coletivo e político, possam se transformar atuando coletivamente na transformação da realidade. (GUIMARÃES, 2006, p.16)

Ao se referir à EA, Guimarães (2006) inclui, especialmente, os jovens e, com isto, queremos ainda, no encerramento deste capítulo, inserir algumas considerações sobre protagonismo juvenil e movimentos ambientais. A juventude é o principal alvo das ações educativas e as questões ambientais influenciam significativamente os movimentos sociais que têm na juventude e seu protagonismo, uma grande força. A política desencantou os jovens, mas o meio ambiente polarizou o protagonismo juvenil.

Embora a juventude sempre tenha abraçado a causa ambiental, o perfil do jovem de hoje, segundo Deboni & Layrargues (2006, p. 191), é diferente, não apenas porque pode usufruir, como nunca puderam (ou pudemos), liberdades democráticas e possibilidades de comunicação que permitem ativar mecanismos de atuação impensáveis há algumas décadas, especialmente por terem nascido num mundo assolado por uma fantástica crise ambiental. Ou seja, como referem os autores, os jovens “nasceram já num mundo com sintomas explícitos de uma desordem global, com declínio da biodiversidade, depleção da camada de ozônio, poluição dos oceanos, poluição radiativa, extinção de espécies, envenenamento de solos”, fatores que afetam sua saúde, seu

modo de viver e pensar, submetidos, desde a mais tenra idade, a aditivos químicos, a tecnificação e artificialização dos alimentos e até das relações.

Ainda assim, os jovens demonstram preocupação com o futuro do planeta e parecem estarem dispostos a atuar e intervir no mundo, contribuindo para uma nova trajetória social. Redescobrir um novo caminho, diferente do que foi percorrido pela humanidade até aqui, parece ser um imperativo para transformar a sociedade e mudar os rumos do que hoje se chama desenvolvimento. Tudo indica que estamos finalizando a era do “pensar global e agir local”. É preciso mais: é preciso pensar e agir local e globalmente, “trabalhar internamente, rever as relações estabelecidas com os outros seres humanos e com os demais seres vivos do planeta, atuar em espaços políticos “ (DEBONI & LAYRARGUES, 2006, p. 192).

Na perspectiva em que vimos conduzindo nossa linha de reflexão, a EA pode ser um dos caminhos para a construção de uma sociedade mais equânime, mas, por certo, não o único. A diversidade de leituras que o mundo natural e o mundo social permitem ajuda a entender a complexidade do mundo, das pessoas e das relações e esta é a marca da EA. Tentar simplificar e racionalizar as relações das pessoas entre si e destas com o ambiente é fugir do confronto, é burlar a beleza e o próprio sentido da existência. A vida nunca foi simples e entendê-la, em seus múltiplos matizes, é e será, sempre, o desafio!

6 A QUESTÃO DO LIXO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL – luxo, auto-retrato ou denúncia?

O lixo doméstico é apenas uma das premências da problemática ambiental em médios e grandes centros urbanos³³, mas não desprezível em áreas rurais e cidades pequenas, nas quais, pelo atual *modus vivendis*, nada e ninguém são poupados. Por que as coisas chegaram ao ponto em que estão? Refletir sobre esta indagação pode nos levar a dar crédito às advertências que dizem que tudo ainda pode piorar o que não parece, em absoluto, representar apenas paranóia de grupos radicais, haja vista a preocupação de países e organizações expressas em conferências, pactos, protocolos e outros mecanismos e instrumentos regulatórios que dizem respeito à gestão dos recursos do meio ambiente. Cada vez mais o uso/exploração dos recursos naturais é disciplinado, por meio de licenças, zoneamento, normas, padrões e regulamentos, sobre eles se exercem poder de polícia, a partir do entendimento que o mercado não conseguiu responder às questões ambientais nem internalizar os custos ambientais, bem como os danos sofridos por terceiros. (MOTA, 2001, p. 76–77).

O lixo, como geralmente nos referimos ou para usar uma expressão mais *clean*, os “resíduos sólidos”³⁴, (grifo meu) têm merecido, nos últimos anos, status de objeto de pesquisa. São olhares de antropólogos, psicólogos, administradores, criminalistas, gestores públicos, artistas plásticos, músicos e muitas outras categorias de profissionais ou de estudiosos. De rejeito, passou a ser considerado e ter valor de matéria-prima, dos quais alumínio, plástico e papel são as vedetes. A quem ou a que pode interessar o lixo hoje? Ao antropólogo, para perscrutar hábitos civilizatórios; aos psicólogos para tentar rastrear traços de personalidade ou compulsões; aos administradores para prever custos e incluir mais um item nas planilhas de cálculos; aos criminalistas para investigar fatos que possam ter deixado vestígio no lixo produzido; aos gestores públicos para organizar serviços, prever demandas, traçar planos diretores, aos artistas em geral para, da matéria

³³ Segundo Porto-Gonçalves (2006), o impacto ambiental provocado pela concentração de população em alguns pontos do espaço geográfico cria problemas que inexistem quando a mesma está dispersa no meio rural, em relação a lixo, abastecimento de água e saneamento. O aumento da renda per capita também afeta proporcionalmente a produção de lixo em até 50 vezes. (p. 192-194).

³⁴ Particularmente, uso a expressão lixo, porque é a que mais se ouve e é exatamente num olhar sem eufemismos que busco contextualizar os “resíduos sólidos”. A maioria das pessoas, trata os resíduos como lixo, inutilidade, estorvo, algo do qual querem se livrar. A consciência sobre o valor intrínseco dos resíduos é uma concepção ainda incipiente e que poucos conseguem ter.

grotesca, extrair lances de poesia, captar e interpretar sonhos³⁵, revelar o caos, narrar ou simplesmente denunciar.

As motivações de quem se debruça sobre o lixo são, pois, muito diversas: são diferentes propósitos, múltiplos olhares, sentimentos e sensações que oscilam da ternura à repulsa. Neste emaranhado de olhares há, no entanto, um que é diferente: é daqueles/daquelas para os/as quais o lixo significa, basicamente, comida, sobrevivência. Estes olhares não enxergam no lixo nenhuma beleza, nenhuma poesia, nenhuma filosofia, nenhum tema para reflexão: é apenas trabalho árduo, em condições precárias, numa faina exaustiva e insalubre que, se bem sucedida, significa sobreviver mais um dia, levar “trocados” para pagar irrisório dispêndio com luz, aluguel ou mais comida. Os olhos de quem garimpa no lixo não têm o brilho nem o foco que têm os meus, os teus, os nossos, pois precisam enxergar, como faz o garimpeiro que vasculha areias do leito do rio, na procura da gema preciosa, entre as milhares de imagens que os olhos captam e as mãos tocam, as suas gemas preciosas: latinha, plástico e papel.

Nas entrevistas que faço e que constituem um capítulo desta dissertação, voltarei a essas reflexões e, por isto, não avanço com as mesmas neste ponto do trabalho. No entanto, mais uma consideração deve ser feita: por que eu, que não me enquadro em nenhuma das categorias que acima listei, sem ter um motivo mais relevante ou até um interesse especial, por exemplo, de atividade profissional estou a falar e pretendo levantar discussões sobre o lixo e os seus cooptados? Esta pergunta, sinceramente, me perseguiu durante todo o tempo que estive envolvida com este programa de Mestrado. Por que o lixo? Nem eu mesma sei se, ao final deste estudo, estarei mais convicta da minha escolha e mais tranqüila quanto às minhas motivações.

³⁵ Em minha cidade, Carazinho, a artista plástica Ilse Ana Piva Paim produziu uma série de óleos, denominada “Catadores de Sonhos”. A obra é um conjunto de 10 telas de acrílico de 1,10m X 0,90 m e retrata cenas urbanas do cotidiano, focadas nos catadores de rua. Produzida em 2002, a partir de um acervo de mais de 100 fotos, esteve presente em diversas exposições, entre elas no Espaço Cultural da ULBRA Carazinho (2001) e Canoas (2003), na Assembléia Legislativa do Estado (2003), em Santa Cruz do Sul (2004), em Albufeira/Portugal (2006) e divulgada em jornais e revistas, como na Humanidades (2002). Já recebeu a visita de mais de 4.000 estudantes, no próprio atelier, (D’Arte Galeria) para conhecer e fazer a releitura. Dentre os depoimentos que a autora guarda, destaquei o de uma adolescente: “... a obra *Catadores de Sonhos* retrata a vida sofrida dos catadores de papéis de nossa cidade. Eles são pessoas que aparentemente nos atrapalham no trânsito, mas eles dependem do nosso lixo para sobreviverem. Nas obras percebemos que eles são felizes e que as crianças, inocentes, se divertem em meio ao papel recolhido. A artista [...] busca interagir (com) a realidade dos catadores para assim pintar a verdade sobre a realidade vivida por eles e não apenas a realidade que queremos enxergar. Muitos os discriminam, mas devemos pensar que eles são seres humanos como nós.” (PAIM, 2002-2006). (grifo meu). Segundo a autora, nenhuma das telas, avaliadas cada uma em E\$3.000, foi colocada a venda, pois “têm finalidade cultural, são fontes de pesquisa e referência para sensibilização quando se trata de mostrar o meu trabalho”. Na execução contou com a decisiva participação de uma das catadoras - ela é uma das minhas entrevistadas, no capítulo 8, seção 8.3. Depois de fotografados e “retratados”, os catadores passaram, segundo Ilse, a considerar a Galeria um espaço amistoso, procurando fotos, se enxergando nos quadros. Entre os diversos episódios, relata o de Marcelo, da tela “Meio Dia” que, avisado de que seu quadro estava pronto, compareceu, com sua bicicleta, bem vestido, cabelo recém oxigenado, para conhecer o retrato. Outro caso foi o do pai das crianças representadas na tela “Raio de Sol”, que, depois de se separar delas, voltou várias vezes à Galeria, para ver o quadro e, assim, rever os filhos. As telas fazem parte deste trabalho, figurando na capa.

Permaneço em guarda! Os grandes paradoxos da Modernidade em muito se assemelham ao enigma da esfinge; “Decifra-me ou devorar-te-ei”. Será este o meu enigma? Já sei, de antemão, que não decifrarei nada, pois nada há para ser decifrado, apenas para ser apresentado, desencavado. Tentarei trazer à tona o que para mim esteve oculto, fazer o que fazem os catadores, ao revolver as lixeiras em frente às casas ou ao postar-se em uma esteira e dela, na velocidade em que a correia gira, ir retirando “gemas”. É o que busco nesta pesquisa: revolver o trivial e revelar o insólito...

De acordo com Beck (NUNES, 1999), foi o avanço irresistível de uma modernidade apoiada na universalização da racionalidade instrumental que levou essa mesma modernidade a assumir respostas para os problemas que ela própria gerou. (A tentativa de decifrar o enigma!) O problema da crescente produção do lixo nas cidades decorrente da urbanização e da industrialização, com sua conseqüente degradação ambiental é “solucionado” pela criação de novas tecnologias, agora encarregadas de desfazer a ação praticada pelas primeiras, através do tratamento industrial dos resíduos, o que vai alimentar a cadeia produtiva e gerar, por sua vez, novos e diferentes resíduos e assim indefinidamente, numa clara evidência que estamos irremediavelmente presos nesse círculo vicioso, sem solução. A problematização que queremos propor não é a da recuperação do material a ser reciclado, o que, evidentemente, é desejável. Trata-se de questionar a fórmula moderna de resolver os problemas gerados pela falta de consciência (ambiental), simplesmente implantando um procedimento tecnológico, o que vai apenas realimentar o processo. Nesta linha de raciocínio, o problema do lixo deixaria de existir, o que efetivamente não acontece. Temos aí, mais uma vez, o enigma de esfinge...

E pode haver saída? Resolveremos, através da aplicação de novas tecnologias, os problemas que a tecnologia gerou? Possivelmente não! A expressão “pós-modernidade” ou “transição pós-moderna” usada, entre outros autores, por Boaventura Souza Santos, dá conta da necessidade de redefinição dos paradigmas sociais e epistemológicos que embasaram a Modernidade. Talvez as catástrofes ambientais e, entre elas, a ameaça de soçobramos sob a montanha de lixo que estamos a gerar, como nos é imposto pelo moderno estilo de vida, sejam oportunidade e motivação para uma intervenção crítica e uma participação democrática num novo projeto social.

Justificada pela percepção imediata do problema local, a gestão de resíduos sólidos é um assunto altamente popular em todo o cenário nacional e internacional. Denunciando os insustentáveis modelos de

consumo, vem no sentido de alertar para os problemas urbanos. (SATO et al., 2002, p. 109).

Esta afirmação reforça a mudança no panorama das questões ambientais e que aparece com destaque nos últimos anos: o crescente aumento do volume e quantidade de resíduos sólidos domésticos e industriais. A indignação popular contra a deterioração do espaço físico causado pela presença inconveniente e onipresente do lixo, a sua perenidade, exigindo novas e maiores áreas para sua deposição, são pontos-chaves para uma crescente normatização – a chamada legislação ambiental e que se apóia em argumentos éticos, sanitários e sociais. Não podemos ingenuamente pensar que a gestão do lixo tem uma motivação ambiental, no sentido que lhe é atribuído pelos ecologistas. Antes, a preocupação maior é de ordem econômica e/ou estética. O lixo chateia, o lixo exala, o lixo debocha – ele é o vilão. E para eliminar o incômodo do lixo, o melhor é eliminar o próprio vilão, como nas telenovelas, nas quais o bandido ou a bandida sempre morrem. Por isto, levamos (levam para nós) o lixo para depósitos que ficam bem longe de nossas vistas. O caminhão da coleta é uma espécie de *exterminator* e com ele termina o problema que antes estava posto dentro ou na frente de nossas casas.

O lixo é o ocaso do consumo – nele terminam os luxos. Sempre que ouço ou leio sobre o lixo fico pensando no caos que acometeria nossos aglomerados urbanos se, de repente, nos víssemos privados do saneamento básico: água tratada e eliminação do esgoto e do lixo. Estamos presos ao lixo que produzimos, mas, até agora, o que fizemos foi passar o problema adiante, criando um sistema eficiente de coleta (seletiva ou não) que seqüestra o mais rapidamente, o incômodo produto. É como uma batata quente, que alguém vai ter de segurar. O “negócio” é passar adiante...

Ser “politicamente correto” é o imperativo dos nossos tempos e isto significa, entre outras coisas, dar destino “adequado” aos resíduos gerados pelo consumismo desenfreado, fazendo sumir (como se isto fosse possível) do espaço físico e social a prova do nosso descomedimento e da nossa voracidade consumista. O atual contexto da globalização e do capitalismo que se fazem presentes nas sociedades incentiva o consumo do novo, despreza o velho e, ancorado no “ter” e não no “ser”, deixa a descoberto ou varre para baixo do tapete, questões que deveriam merecer mais atenção, conforme propõem Sato et al. (2002, p. 109):

As experiências em resíduos sólidos não enfatizam a Redução e a Reutilização do lixo, mas ancoram-se, [...], na Reciclagem e na Coleta Seletiva. [...] O ambiente é percebido como um problema, cuja solução deve ser imediata e gerar algum tipo de retorno capital – como os empresários do lixo, por exemplo.

Depreende-se, pois, que a maior preocupação é mesmo com o destino do lixo, considerado o estorvo, o inútil, o malcheiroso, o antiestético. A EA, ao tratar da questão dos impactos do consumo moderno e da crescente presença do lixo no ambiente, muitas vezes, focaliza apenas a reciclagem, como paliativo, uma cortina de fumaça que encobre a complexidade da questão. Nessa perspectiva, as propostas para a “solução” do problema, que permanece a descoberto, são representadas por ações como organizar oficinas, onde se recicla papel, se confeccionam brinquedos de sucatas ou joguinhos e, “melhor ainda”, se oportuniza venda de papel, plástico e alumínio para reciclagem, o que muitas das empresas que comercializam sucata acenam para as escolas, em troca de prêmios, como numa espécie de competição.

Isso favorece, segundo já mencionei, uma “Pedagogia da Reciclagem” e não a Pedagogia dos 3 Rs³⁶ – significando: Reduzir, Reaproveitar e Reciclar, como operações conectadas, ou seja, para que se tenha uma política adequada para a destinação final do lixo³⁷, não basta apenas reciclar, já que esta é apenas uma das operações necessárias – é preciso primeiro reduzir o volume de resíduos (e a melhor forma é reduzindo o consumo), bem como reaproveitar o material já existente, o que significaria toda uma mudança também na concepção de embalagens.

Se a EA (e não o lixo), configurarem-se como meta, o lixo torna-se um assunto, entre outros, que vai permear a estratégia metodológica. [...], juntamente com outras estratégias que denunciam o modelo perverso do desenvolvimento, o excesso de consumo e as desigualdades sociais. Reuniões ou fóruns democráticos com a comunidade escolar podem possibilitar a problematização crítica e a conseqüente participação. O processo educativo compromete-se com a solidariedade, contribuindo para as desejadas transformações das políticas públicas, através do manejo da gestão participativa. Na pedagogia dos 3Rs, os dois primeiros

³⁶ A pedagogia dos 3 Rs, significando ações para reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos gerados pelas atividades humanas está sendo ampliado, denominando-se 4Rs, pelo acréscimo de ações em reeducação, no sentido que a população mude hábitos arraigados e cuja origem vem do entendimento de que lixo é algo sujo, desprezível, sem valor.

³⁷ Neste ponto, não estou questionado o tema em sua complexidade, mas simplesmente a destinação final, aquela que busca, através do correto tratamento técnico, aumentar a vida útil dos aterros sanitários e melhorar a gestão do lixo, uma das responsabilidades do poder público em relação ao saneamento básico que compreende o tratamento da água, dos esgotos e do lixo.

Rs (redução e reutilização do lixo) tornam-se a alavanca, mas não retiram da EA seu cuidado com o 3º R (reciclagem). (SATO et al., 2002, p. 111).

Os mesmos autores afirmam, ainda, que a coleta seletiva pode traduzir-se como um paradoxo para a EA, pois

...enquanto ideologia contra-hegemônica, a EA progressista se caracteriza por ser subversiva, questionadora dos valores culturais centrais da sociedade moderna. Portanto, destina sua crítica ao consumismo, à obsolescência planejada e à descartabilidade, apontando para a frugalidade como superação da contradição capitalista do crescimento ilimitado numa base física limitada. Já a educação ambiental liberal, enquanto ideologia hegemônica, para manter a cultura do consumismo inabalada, opera a partir da reciclagem, cuja engrenagem é movida pelo consumidor que se engaja voluntariamente na coleta seletiva, acreditando estar contribuindo para a minimização do problema do lixo, mas que na verdade contribui para a saúde financeira das empresas que usufruem os materiais reciclados. É a única solução viável ao interesse produtivo, pois a reciclagem não nega, ao contrário, promove o consumismo. (SATO et al., 2002, p. 111).

O equívoco tantas vezes evidenciado de tratar a reciclagem de forma independente, em uma "Pedagogia da Reciclagem", faz com que a EA e as preocupações com o ambiente sofram um sectarismo profissional e um "reducionismo metodológico, ideológico, epistemológico e disciplinar". (GUTIÉRREZ-PEREZ, 2003, p. 180), não raro cooptando militantes ambientais no engodo da reciclagem, como solução para os graves problemas ambientais.

O engajamento social e político podem possibilitar a superação da simples crítica às tradições, metodologias e formas de atuação, desencadeando ações mais efetivas, dirigidas não apenas ao meio acadêmico, mas para a busca de alternativas, com poder de convicção e capacidade de resolução operacional dos problemas apontados, com consciência da intencionalidade que orienta as ações humanas. Teríamos aí, então o sujeito ecológico e o educador ambiental, cujos papéis são o de desvendar os condicionantes históricos, sociais e contextuais que estão por trás das diferentes formas de abordar as questões ambientais e não apenas insetos zumbidores que fazem muito barulho e incomodam mas que, efetivamente, não oferecem maiores perigos.

Vivemos um momento histórico singular, inserido num contexto sócio-político e institucional concreto, refletindo valores culturais e intelectuais espontaneamente ou por força de contratos de serviços que devem pautar a ação de forma livre (não comprometida com grupos ou facções) e eticamente responsável. Layrargues (2002) enfatiza a necessidade da educação para a gestão ambiental, entendida como processo de mediação de conflitos de interesses, decorrente não apenas da diversidade dos atores sociais, como também pela assimetria do poder político e econômico dos mais fortes.

No contexto descrito, o “educador deve estar qualificado também para agir em conjunto com a sociedade civil organizada, sobretudo com os movimentos sociais, numa visão de educação ambiental como processo instituinte de novas relações entre si e delas com a Natureza.” (LAYARGUES, 2002, p.95), preparando o exercício da cidadania e favorecendo a participação da sociedade civil na vida política. Assim, a educação ambiental ganha novos matizes incorporando novos conceitos, mais afinados com a conjuntura histórica da América Latina (diferente da dos países do Norte), marcada pelos movimentos de redemocratização, muito embora no Brasil a criação de leis, instrumentos e políticas ambientais seja ainda fruto do poder decisório da tecnocracia e não fruto do diálogo entre poder público e sociedade.

A Agenda 21, um dos mais recentes documentos que trata da questão ambiental brasileira, entre outras abordagens, destaca como pontos-chaves da organização social: educação ambiental. C&T (Ciência e Tecnologia), sustentabilidade das cidades e atividades agrícolas, desigualdades sociais, água, tributação, OGM, agrotóxicos e embalagens. Sugere a implantação de uma Política Nacional de Resíduos, na qual se exija responsabilidade econômica e ambiental solidária dos geradores diretos e indiretos, participação da sociedade civil no planejamento, financiamento e fiscalização, priorizando ações para recusar formação, reduzir volume, reutilizando e reciclando os resíduos gerados.

Como instrumento regulatório, a Agenda 21 não garante a mudança social que desejamos, mas é um instrumento através do qual podem ser trazidas à discussão, em fóruns democráticos, as questões que dizem respeito a todos nós e ao nosso futuro, refletir sobre nossos olhares e formas de ver o meio ambiente e o ambientalismo, este

...um mar de complexidades, um universo de pluralidade, condicionado pelo avanço social permanente, pelo progresso científico-tecnológico, pela mudança de mentalidade dos indivíduos, pela pressão dos mercados e dos valores predominantes de cada cultura e regulado pelas

limitações de comunicação interna e externa entre as diferentes comunidades científicas, grupos de trabalho, tradições disciplinares, enfoques metodológicos sobre o conhecimento científico e lugar da mudança sócio-ambiental. (GUTIÉRREZ-PÉREZ, 2005, p.183).

Assumindo-se esta concepção de ambiente, percebe-se que a EA não pode ter um caráter disciplinar, estanque, de conhecimentos e saberes específicos, devendo, antes, mover-se de forma criativa, eficiente e eficaz pelos saberes, disciplinas e profissões convencionais, trazer múltiplos olhares, estranhamentos, perplexidades e interrogações. A abordagem interdisciplinar é uma alternativa para contemplar a complexidade própria da EA. Segundo Gaudiano (2005, p. 120) desde que foi institucionalizada, a partir de 1972, “a educação ambiental se viu imersa em uma complexa e intrincada controvérsia que estava ocorrendo no interior do campo educativo em seu conjunto, do qual nunca pôde se abster nem tampouco se incorporar apropriadamente” , mantendo, na grande maioria das abordagens escolares e acadêmicas, um caráter teórico disciplinar.

Atualmente a EA, tem a seu “favor”, as novas tecnologias de comunicação que, se por um lado, estão impulsionando a mundialização, por outro estão polarizando o mundo entre os conectados e os isolados. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 139). Assim, embora contribuindo para o debate, as tecnologias de comunicação e de informação também favorecem a produção de necessidades, “produzidas por sofisticadas técnicas de manipulação da subjetividade”, o que favorece a estrutura consumista que retroalimenta a produção de lixo.

Houve ampliação do espaço público, o que exige, segundo Boaventura de Sousa Santos (*apud* PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 304) democratização da democracia, em contraponto a produção capitalística da subjetividade, resultante da grande influência, através dos meios de comunicação social, das grandes corporações transnacionais. Somadas a estas complexidades, há ainda que se considerar, em EA, a falta de um corpo epistemológico capaz de servir de núcleo e legitimar a pesquisa, a qual é extremamente academicizada e gera discursos muitas vezes desvinculados do entorno social e inócuo em sua ação, mesmo que, como exceção exista grupos com atuação e propósitos efetivos, mas que, por pequenos e singulares, não caracterizam ainda a desejada rede de conhecimentos e intervenções, capaz de conectar os saberes até aqui formalizados.

Somos peregrinos, sem lugar para chegar, sempre em marcha, sem destino

traçado – ao caminhar é que vamos descortinando e descobrindo a paisagem; ao invés de rumar para um lugar marcado, vamos em busca de muitos lugares, cada qual único em sua topografia e entorno. Assim é que não há uma verdade absoluta e necessária ou, como diz Foucault (1979, p.19), referindo-se à genealogia e a todo o risível da solenidade da origem, no caso, da Verdade, “espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem dúvida porque o longo cozimento da história a tornou inalterada.”

Devemos estar prontos a descobrir premissas ocultas e talvez nunca corroboráveis, pois o mundo é fruto dos nossos sonhos e estes correm o risco de se realizar. O mundo nós o fazemos, através dos artefatos sociais e históricos, com os sentidos que lhes atribuímos; o mundo das significações é o mundo dos sentidos significados que acessa o âmago, o núcleo do verdadeiro conhecer (e não de conhecer o verdadeiro). No caso da EA e dos educadores ambientais, sua identidade está também na luta contra a domesticação, a conformidade e a indiferença, procurando concretizar-se através de uma atividade social coletiva e duradoura.

Abordar o mundo atual e suas questões ambientais a partir dos níveis de superespecialização profissional (e isto vale, obviamente, para o conhecimento acadêmico), segundo Gutiérrez-Perez (2005, p.187),

Permite-nos hoje resolver problemas de alto nível de especificidade, mas, ao mesmo tempo, limita-nos a campos de intervenção profissional tão extremamente reduzidos que nos inabilitam e impossibilitam um exercício integral de funções como seres humanos inúteis fora do microcosmo da especialização em que nos desenvolvemos.

Em outras palavras, ganhamos acessórios: a cibernética, a dieta balanceada, as alterações genéticas e outros, mas perdemos a auto-suficiência, o próprio fio condutor das coisas básicas que nos rodeiam. E uma delas é a natureza. Este é o perigo que ronda qualquer pesquisador e o estudioso das questões ambientais não está imune – pelo contrário, corre o risco de, em perseguindo o foco, perder o todo, na busca pelo efeito, esquecer da causa. Há que se ter humildade para reconhecer a pequenez de nossa ação, sem perder a coragem de prosseguir na busca das utopias. E a convivência pacífica, do ser humano com seu semelhante e com a Natureza é a utopia que perseguimos.

Os resultados do presente trabalho poderão se constituir em oportunidade para

ampliar a visão de mundo que tenho e, talvez, a partir deles, ampliar minha compreensão para o tipo de mundo e de sociedade que quero e pelos quais vale à pena lutar - não para um mundo mais justo, mas para um mundo mais largo, já que justo remete à idéia daquilo que serve exatamente, feito sob medida. Discutir o conceito do que seja o justo é, para dizer o mínimo, paradoxal. Senão, vejamos: justo economicamente? Justo segundo padrões de natureza preservada? Justo até onde? Para ter um mundo viável não é preciso repartir em partes iguais todo o filé, mas ter o suficiente para viver com dignidade - nem de restos ou rejeitos e nem repartindo em idênticas porções o que o mundo oferece. Reciclantes e reciclados, podemos nos reconhecer como seres com necessidades básicas e possibilidades infinitas de felicidade e bem-estar.

Amartya Sen (2004), citando Adam Smith, famoso economista e filósofo do Iluminismo escocês, diz que precisamos não apenas daqueles bens necessários ao sustento da vida, mas também de todos aqueles que os costumes de um país ou de um lugar consideram indecente não possuir. Na Inglaterra, por exemplo, seriam sapatos de couro, nos Estados Unidos, televisão e telefone, bens que decididamente não faziam falta a gregos e romanos na Antiguidade, como não fazem hoje para os habitantes de tribos das florestas.

Bens que são absolutamente necessários para uns podem ser absolutamente desnecessários para outros, ou seja, são as capacidades, entendidas no sentido de combinar alternativas de funcionamento factíveis, de “escolher uma vida que se tem razão para valorizar” (SEN, 2004, p. 94), ou ainda, poder usar bens primários na promoção de objetivos que importam.

Talvez fosse mais adequado, levando-se em conta o poder da mídia e da publicidade mercantil dos nossos tempos, dizer-se que hoje as necessidades são muito mais determinadas pelos meios de comunicação social, através de seu eficiente poder de persuasão do que pelos hábitos e culturas locais, já que o consumismo foi globalizado, graças ao grande poder de penetração da mídia televisiva e também da Internet. Esta nova apresentação, intensa e extensa de toda a sorte de bens de consumo leva ao crescimento das necessidades humanas e ao recrudescimento do consumo.

É válido pensar que o importante são as liberdades que os bens proporcionam e não os bens em si. Sen (2004) expressa que a utilidade não representa o bem-estar e bem-estar não é a única coisa valiosa. Os desesperançados sentem prazer com pequeninos deleites e conseguem sobreviver à custa de suprimir o sofrimento intenso diante das necessidades, mas é eticamente incorreto atribuir valor pequeno a perda de

bem-estar dessas pessoas em razão de sua estratégia de sobrevivência (MOTA, 2001, p. 76–77).

Se não é do justo que precisamos, mas daquilo que pode servir para muitos, ser "folgado", talvez seja hoje mais importante que o estar sob medida, que é individual, temporal e descartável. Precisamos muito mais da folga da tolerância, do que da justeza das medidas. A utopia de um mundo mais digno para todos os seres que nele habitam, inclusive, o ser das coisas e o próprio planeta, não coaduna com um mundo mais justo - mas com um mundo mais aberto, com "ilhas de equilíbrio", já que pretender o equilíbrio total seria pretender, também, o fim da diversidade. Somos reféns das estruturas de poder que a vida em sociedade impõe ao precisarmos uns dos outros.

Nas nossas relações com todos os demais seres, a ética apresenta os referenciais com os quais vamos construir as interrelações. A questão ética deve ser levada em conta na formulação de políticas públicas, pois sempre haverá dilemas a resolver e a solução desta parte dos princípios éticos que regem a vida em sociedade, conforme Mota (2001, p. 83-84). Nesse particular, o autor apresenta três enfoques que podem ser considerados e que vão imprimir a direção das relações no planeta: o enfoque antropocêntrico, que é utilitarista - Deus criador e Ser humano usufruidor; o enfoque biocêntrico, que atribui importância a todos os seres vivos e o enfoque ecocêntrico, que é sistêmico e considera a interligação entre as espécies e os meios ambientes.

Tendo a ética como balizadora das questões morais, Bauman (2003, p.281) tece reflexões acerca da pós-modernidade, caracterizando-a como "modernidade sem ilusões". Para ele, a vida moral da humanidade não pode ser garantida pelos esforços calculadores e legisladores da razão e questiona, especialmente, as técnicas de sobrevivência individual. Alerta para a crise moral da pós-modernidade que, segundo ele, "exige que a política, quer a política dos políticos ou a política policêntrica e dispersa que importa tanto mais por ser tão indefinível e além de controle – sejam extensão e institucionalização da responsabilidade moral."

A pós-modernidade pode oferecer mais sabedoria, mas com mais dificuldade para agir segundo essa sabedoria, o que Bauman (2003) define como sabedoria pós-moderna, impotência pós-moderna. Afirma também que

Assim como a moderna aventura com a ordem e a transparência criou a opacidade e a ambigüidade, assim também a tolerância pós-moderna criou a intolerância [...] a grande certeza dissipou-se, mas ela divide-se

no processo de dissipar-se numa multidão de pequenas certezas, tanto mais ferozmente agarradas em vista de sua fraqueza.” (BAUMAN, 2003, p. 272)

Tudo está a indicar que o ser humano se superestimou. Seu poder sobre a Natureza é tal que acredita ter soluções para tudo. A coleta seletiva de resíduos sólidos é uma dessas faces, pois nela pode estar oculta a lógica perversa que insinua (ou declara) que podemos avançar sobre os recursos naturais e transformá-los, da forma desenfreada com que estamos fazendo, posto que as perdas sejam revertidas pela reciclagem³⁸. No entanto, existe um quase abismo entre a lógica da tecnologia e o poder do alcance da reciclagem e sua exequibilidade. Quem se ocupa da catação e seleção, preparo do material, enfim, das tarefas mais “sujas”? Não é preciso ser muito arguto para perceber que aí encontramos os desassistidos, os “párias” sociais, aos quais nada mais resta do que “catar lixo” para sobreviver.

A implantação de programas de coleta seletiva, vista sob este prisma, pode ser uma pérfida camuflagem para, sob uma vestimenta de justiça social, reforçar ainda mais as estruturas injustas que mantém e fornecem mais e o melhor a quem tudo tem, deixando a sobra, o refugio, enfim, o lixo (neste ponto reitero a minha escolha pela palavra lixo, ao invés de resíduo sólido) para os que nada têm. No próprio setor de reciclagem, a estratificação social é escancarada: as atividades mais “limpas” do setor: comercialização, transporte, depósito estão sob a mão de empresários, conhecidos como “empresários do lixo”, afinados com a práxis mercadológica e com a ótica capitalista que norteia as atividades do mundo moderno, enquanto que para o grande contingente de catadores a atividade disponível é a garimpagem, nas mais duras condições de trabalho.

Com as considerações que recolhi e apresentei nos parágrafos anteriores, quis colocar em cena a complexidade do tema – seja sob a ótica do ambientalismo, seja sob a da EA propriamente dita. O educador ambiental está preso às ambigüidades e controvérsias que marcam os territórios discursivos do meio ambiente e a questão do lixo é apenas uma das cenas do enredo total, mas está na história, faz parte do elenco e, como tal, participa, em maior ou menor aproximação, de toda a figuração. A questão do lixo pode ser muito mais esclarecedora da constituição da identidade dos sujeitos, instituidora de percepções e vivências que caracterizam o sujeito ecológico que a

³⁸ Sampaio (2005), em dissertação de mestrado intitulada “Notas sobre a fabricação de educadores/as ambientais: identidades sob rasuras e costuras”, refere-se a à falácia da reutilização e/ou reciclagem como práticas que podem obscurecer questões relativas ao consumo e que são, com frequência adotadas pelas escolas como práticas centrais na educação ambiental, quando o assunto é lixo. (p. 97-99).

primeira vista poderia parecer. Nessa linha de reflexão que traço, considero o lixo como sendo um artefato cultural³⁹.

São os múltiplos olhares possíveis sobre o lixo – sua origem, implicações no nosso modo de viver e de conviver, a forma como pode conformar relações e hierarquias sociais, o ponto que quero tensionar. Não se trata de uma questão técnica de gestão urbana, ou mesmo de economia, no sentido de aproveitamento ou não da matéria-prima, mas da forma como, a partir e por causa dele, se estabelecem valores, se categorizam saberes e se valorizam pessoas.

Não há virtude de parte do poder público, nem a esperança de um *boarding* em direção a uma nova realidade social pelo fato de se implantar projetos de coleta seletiva de resíduos sólidos. Talvez até se esconda, por trás de tudo, uma cômoda posição para economizar divisas, aumentando o tempo de vida dos aterros o que evita os altos investimentos de sua implantação e/ou ainda calando as vozes que se levantam ao cobrar dos governos uma maior participação na melhoria de condições de vida dos desassistidos. Nas entrevistas que faço com alguns trabalhadores do lixo (catadores de rua e da unidade de triagem) podem ser percebidos tensionamentos em relação a estas considerações

Outro aspecto destacado e provocativo da questão do lixo é que programas de coleta seletiva podem (e costumam) ser ótimas plataformas eleitorais e governistas para melhor a imagem social dos dirigentes e a estética do espaço urbano, fazendo acreditar que é possível resolver o grave problema ambiental da produção e destinação (o melhor seria dizer sumiço) sem mexer com as verdadeiras causas que geram os problemas ambientais. Com isto não estamos a afirmar que a coleta seletiva de resíduos sólidos e a ampliação do tempo de duração dos aterros sanitários e mesmo seu dimensionamento não sejam assuntos ambientais importantes e que os governantes não devam envidar esforços para sua correta gestão, mas que, como tal, são medidas compensatórias, como tantas outras que por aí estão e a partir das quais não temos perspectiva de mudança nas estruturas que estão na origem dos problemas.

Em outras palavras, a coleta seletiva pode ser apenas solução simplista, paliativa e transitória, com um fim em si mesmo. Basta refletir que esse mesmo material, resgatado pela coleta seletiva, vai abastecer de matéria-prima as indústrias e, em pouquíssimo tempo, estará de volta, na forma de resíduo – continuando assim o ciclo

³⁹ Considero apropriada esta caracterização, pois o lixo é produto cultural – tem sua origem nas relações sociais, nas necessidades de auto-afirmação e é um indicador valioso do modo de ser e de consumir das pessoas, conforme descrevo em capítulos posteriores.

instaurado pelo consumismo moderno. Os desdobramentos que a questão do lixo e as demais questões ambientais ou mais propriamente, as relações do ser humano com a natureza parecem ter assumido nos últimos anos, remetem ao que Bauman (1997, p.255) coloca a respeito da Modernidade e que julguei oportuno destacar como epígrafe neste trabalho:

Não serão acordados os mortos, os esmagados não serão curados. O monte de escombros continuará crescendo. Os que sofreram antes sofreram. Os que foram matados, ficarão mortos. É a evasão do (ou, antes, é ser soprado para longe pelo) horror do irreversível e irredimível que nos parece a nós que fomos expelidos - ser 'cadeia de eventos'. Mas apenas parece; é apenas a não diminuição do vento que impede o retorno ao Paraíso⁴⁰

A sabedoria que adquirimos com nossos erros e aprendizagens no que se refere a todas as questões cruciais que vivemos e, entre elas, a do meio ambiente, se, por um lado, descortina caminhos, por outro lado torna mais difíceis nossas ações segundo essa mesma sabedoria. Bauman (1997, p. 280) diz que viver na pós-modernidade é viver no meio da crise⁴¹ - não endireitaremos nossas distorções, não corrigiremos lingüisticamente nossas ambivalências, a razão não suavizará muito menos curará nossas angústias e todo o tratamento especializado, focado, estraga tanto mais quanto repara. Cada vez mais o individual – o tribal – toma lugar do coletivo e os problemas só são resolvidos localmente. "Todo trato de problemas equivale a construir uma mini-ordem à custa da ordem alhures, e à custa da desordem global e também de exaurir os estoques que se contraem, de recursos que tornam possível a ordenação - qualquer ordenação."

Somos, então, máquinas que trazem embutidas dentro de si o mecanismo que as levará à autodestruição? Ser-nos-á permitido viver dias melhores? Bauman (1997) nos adverte contra os perigos da ingenuidade. O progresso moral, segundo ele, sempre parece recomeçar da estaca zero, pois, na verdade, nunca aprendemos com nossos erros; nossa história não é linear, é circular. Estamos sempre recomeçando e nossas escolhas morais parecem sempre começar daquela estaca zero. E, pior, em cada

⁴⁰ O autor descreve o retrato do *Angelus Novus*, de Klee, conforme descrito por Walter Benjamim e que diz que o anjo da história olha para a corrente de eventos de boca aberta e asas estiradas. Ele quer ajudar, acordar os mortos e curar o que foi esmagado, mas um vento forte que sopra do paraíso abre suas asas e o projeta para o futuro (o vendaval é o progresso.). Somos mantidos no vôo pela força da repulsão, não pela força da atração.

⁴¹ A modernidade que estamos vivendo é, segundo Boaventura Souza Santos, a modernidade líquida. Nada mais é definitivo. As coisas e as relações ajustam-se e deixa de ter sentido querer encontrar a coisa perfeita, a relação definitiva,

mudança recomeçamos com o espectro da desumanidade, nosso paradoxo como espécie humana.

Boaventura Souza Santos (2000) nos faz observar que devemos romper com a colonialidade do saber e do poder, não desperdiçando as múltiplas experiências que a humanidade nos legou e que o primeiro-mundismo não nos deixa enxergar. Diferentes instituições foram criadas por diferentes povos ao longo de suas histórias e geografias. O desafio ambiental nos conclama à solidariedade e a pensar para além do individualismo fóbico. E como não há instituições que não sejam instituídas, é bom prestarmos atenção aos sujeitos instituintes que aí estão neste mundo que aí está. Um outro mundo não só é possível, como necessário. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 447).

Essas e outras considerações acerca da pós-modernidade e da esperança que podemos ter na continuidade da vida e da espécie humana não são muito alvissareiras - não há redenção possível, pois estamos presos inelutavelmente no jogo de nossas contradições e ambivalências. Não há verdade, não há solução. Mas existe uma capacidade ética sem ilusões, capaz de tornar a vida possível, a partir dessa ética, embora moralmente mais difícil. Não podemos esperar nada do Estado que, sem capacidade, necessidade ou liderança moral se curva aos poderes contra-estruturais da sociedade, reduzindo-se a mero administrador de condições locais hospitaleiras, como emprego, diversão e baixos impostos, entre outros. (BAUMAN, 1997)

E se não existe solução, existe esperança? A consciência do eu moral é a única garantia e esperança da humanidade, diz Bauman (1997, p.285), mesmo contra a unanimidade de tudo que nos cerca. Temos poucas escolhas, mas temos... Será nossa consciência moral que nos fará desobedecer ao comando do fazer o mal, indo na contramão da "ética das normas socialmente convencionalizadas e racionalmente fundadas e a insistência de que o que importa, e importa moralmente, é o que fazemos ou deixamos de fazer. Longe de excluir uma à outra, as duas só podem ser aceitas ou rejeitadas juntas."

Os argumentos com os quais Bauman nos provoca podem ser assumidos quando se trata de analisar e propor reflexões sobre programas que pretendem melhorar a qualidade de vida das pessoas pela melhoria de utilização do espaço físico e dos recursos naturais, como é o caso do lixo. Não podemos fechar os olhos à existência do lixo, não podemos deixar de refletir sobre as causas que o corporificam e, sobretudo, não podemos deixar de fazer alguma coisa: o que fazer, vai ser ditado pela consciência moral de cada um de nós...

7 O QUE QUIS CONSTRUIR? QUE DESFECHOS PROVOQUEI? QUE CAMINHOS ESCOLHI? POR ONDE ANDEI E O QUE RECOLHI? Sobre inquietações, metodologias e procedimentos

O exercício de pensar no tempo, de pensar a técnica, de pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o quê das coisas, o para quê, o como, o em favor de quê, de quem, o contra quê, o contra quem são exigências fundamentais de uma educação democrática à altura dos desafios do nosso tempo. (FREIRE, 2000, p. 52)

No teatro, a grandiosidade de um cenário pode deixar pequenos os protagonistas. Por outro lado, desempenhos magistrais podem fazer com que cenários pomposos desapareçam ou que se tornem desnecessários, face à *performance* dos atores/as. Insignificante ou não, do cenário é preciso buscar um lugar e desse lugar direcionar o olhar. Vamos ter então o ângulo escolhido, o foco desejado. O objetivo é sentir detalhes e tessituras, ruídos, músicas e falas, aromas e sabores, pressão e ausências, passando do cenário para os sujeitos que representam a peça - protagonista ou espectador/a.

A escolha da posição, no teatro, favorece o desfrute do enredo, a história que se quer viver/mostrar. Cada ângulo diferente mostra nuances do cenário e dos atores que ficam ocultos ou destacados em relação aos demais. Na pesquisa, acredito, não é diferente. São tantas as possibilidades: diferentes posições, inusitados ângulos, reprises e reedições, que nos confundem, mudam a perspectiva, acenam para diferentes caminhos, atordoam, podem confundir ou chatear. Por isso, temos necessidade de fazermos alguns ensaios, mudarmos escolhas, postarmos-nos em novos ângulos, estarmos abertos e cientes de que é preciso recomeçar muitas vezes.

Neste estudo, em que busco alongar meu olhar para narrar trajetórias de diferentes protagonistas, meus atores sociais: técnicos, professores/as, alunos/as, trabalhadores/as da catação, das ruas ou da usina de triagem, em seus diferentes papéis, no cenário do Programa Coleta Seletiva, através de ações educativas que são praticadas além dos muros da escola, procurei afastar-me das relações e dos mecanismos curriculares que direcionam a EA. Ao perscrutar outros discursos, falas de técnicos e de catadores/as, juntamente com professor/a e aluno/a tive como desiderato

buscar novos ângulos do cenário, perceber como ocorrem processos vinculados às questões ambientais, na “vida vivida” das comunidades, enveredando por questões como consumo, protagonismo, formação, enfim, “lendo” educação ambiental – EA orientada pela acepção ampla de educação dada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, quando em seu artigo primeiro caracteriza-a como “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”

Escutar diferentes vozes, registrar e perguntar, acompanhar narrativas, narrar histórias e ser por elas narrada é o desafio ao qual me propus. Isto significou inferir sentidos, atribuir significados, estabelecer nexos e conexões; buscar sentidos e duvidar do que ouvia; ser ao mesmo tempo, ouvidor e perguntador, correndo o risco, sempre presente e iminente, de resvalar no terreno escorregadio que é o das histórias que me contaram. Incerteza, esperança, dúvida, desânimo, persistência foram sentimentos e sensações vividas durante a realização deste estudo. Leituras, escutas, falas, escritas... Um tempo que capturei por entre os compromissos do trabalho, das horas do lazer e do convívio... Foi e ainda é um tempo de “partejar”⁴² quando “hora H” chega e, com ela, a inquietação, a angústia, o esforço, o sofrimento e a imensa alegria...

O que pretendia e ainda pretendo, afinal, com todo o aparato que montei – um cenário para o qual convidei alguns protagonistas e de onde passamos a representar, uns para os outros, impressões, sentimentos, convicções, preocupações, desencantos e esperanças? Até onde a fantasia me moveu e onde se encontra a tênue e frágil ponte entre quem narra e quem é narrado? Também tenho (ainda) desconfianças sobre o acerto das minhas escolhas: do cenário; dos/as protagonistas, da capacidade de interpretação da expectadora (eu mesma!). Se “a coisa toda da prática de pesquisa é da ordem da criação – ética e estética- nunca da conversão, muito menos da aderência pegajosa a qualquer mestria” (CORAZZA, 2002, p. 127), tenho esperança de haver aprendido a lição: não tem lição! E, por isto, impossível aprendê-la... Assim, porque não me é dado recitar, repetir ou reproduzir o que quer que seja, só me resta criar, inventar, subverter, praticando uma nova existência, desenvolvendo novas sensibilidades, aquelas que são capazes de captar o que os sentidos deixaram escapar ou mostraram apenas parcialmente.

⁴² A expressão partejar foi adotada de Silveira (2002, p. 133), quando a autora refere-se à questão da problematização que visa conferir à entrevista, “um status revelador de verdades”. Assim, como o evento biológico, durante o qual todo o esforço da parturiente pouco tem a ver com a cria, mas tudo a ver com o processo, este sim, responsável pelo nascimento ou não, também o meu esforço foi responsável pela produção que apresento, mas que não sou eu – é algo que tem vida própria.

Do caleidoscópio⁴³ que foram as possibilidades de pesquisa que as questões ambientais me suscitaram, escolhi aquelas que constituem, a meu ver, minha mais insistente cisma: Como se dá a relação com os resíduos que geramos? Como vamos incorporando em nossas subjetividades, discursos que nos constituem como tendo uma “consciência ambiental”, na forma como hoje é entendida, ou seja, politicamente engajada e incorporada na nossa prática diária? Pode o lixo urbano ser uma “via de acesso” e constituir-se como um “rito de entrada” rumo à constituição de um sujeito ecologicamente orientado? Segundo Carvalho (2002a), muitos podem ser os caminhos que levam a esse perfil, alguns dos quais pude reconhecer nos personagens que elegi: da engenharia, da docência, da discência ou da labuta diária para o ambiental. Foram diferentes histórias, alguns caminhos que se cruzaram ou que se emparelharam, durante e por causa do Programa de Coleta Seletiva.

Assim, com muitos avanços e recuos, mas sempre girando em torno dele, irremediavelmente atraída, vi-me frente à seguinte questão: *De que forma a participação em programas relacionados à gestão do ambiente urbano em geral e, especificamente, da gestão de resíduos sólidos, em suas diferentes etapas: triagem domiciliar, deposição, coleta e destinação afeta as práticas e as concepções de técnicos/as, professores/as; estudantes, trabalhadores/as em coleta de resíduos, no sentido de contribuir para a formação de uma identidade ecologicamente orientada desses grupos sociais?*

Esta é a clivagem que pretendi discutir/refletir/problematizar no multiforme cenário (lembrando o caleidoscópio) das questões ambientais. E fiz a escolha ciente que é apenas um recorte, e que a partir dela e por causa dela deixo para trás muitas outras possibilidades, talvez politicamente mais importantes, ou de mais prestígio, ou ainda mais afinadas com a bibliografia de referência. Mas, escolhas são escolhas e mesmo não sabendo explicar exatamente o porquê, afinal rendi-me ao tema, que me cooptou desde o início, instigando-me permanentemente e, afinal, vitorioso entre as muitas e não menos importantes alternativas que estiveram à minha disposição, é o problema central desta pesquisa.

Assim, derivada dessa escolha axial, outras questões se apresentaram e se constituíram em desdobramentos da primeira e, tanto quanto elas, participaram dessa montagem, estiveram no cenário, não como secundárias ou simples coadjuvantes, mas ainda com papéis relevantes na montagem do enredo, tais como:

⁴³ Uso esta ilustração porque gosto das imagens que eles, os caleidoscópios, evocam, pois com eles muito brinquei e sempre me intrigavam aquelas imagens que, de uma forma mágica, apareciam e desapareciam, sendo substituídas, num segundo, por outras novas imagens, tudo num desprezioso tubo que, às vezes, nós mesmos construíamos!

Como ocorreu a trajetória de aproximação ao Programa de Coleta Seletiva pelos segmentos beneficiários: escola, comunidade, trabalhadores/as- catadores/as e técnicos gestores do mesmo?

Como se deram, nas trajetórias dos envolvidos, os processos de produção de sentidos sobre a questão ambiental, a emergência de novas sensibilidades e percepções da problemática ambiental?

Em que medida os sentidos produzidos, a partir da experiência de participação no Programa, nas mais diversas atividades, provocou ressignificação de valores e atitudes na relação com o ambiente, no sentido de produzir novos comportamentos – hábitos e práticas ambientais no dia-a-dia?

Estas questões (e poderiam ser outras tantas) nortearam as entrevistas e a forma como narrei as histórias – na condução das perguntas, no “clima” que tentei arranjar, como parte do cenário, na escolha dos/as entrevistados/as. Depois delas, nada mais foi casual – tudo foi arranjado, como no teatro, para o desempenho dos papéis. A princípio me pareceu depreciativa e empobrecedora tamanha pré-determinação. Era como se eu estivesse repetindo uma lição já aprendida. Mas o trabalho me trouxe surpresas: em cada discurso, em cada escuta, percebia um mundo diferente: de idéias, conceitos, mitos e fantasias. Aos poucos fomos traçando, eu e meus/minhas interlocutores/as, geralmente em encontros individuais, na singularidade de cada conversa, diferentes subjetividades, novos olhares e histórias muito particulares. Nada foi, ao mesmo tempo, sempre igual ou diferente. O estranho e o familiar, o próximo e o distante estavam sempre a se imiscuir, como naquele caleidoscópio do qual já falei.

Tudo pronto para fazer “rolar” a entrevista: horário agendado, local combinado, uma pequena (mas insistente) ansiedade e preocupação com o desenrolar do evento e lá estávamos nós, cada um vindo de seu lugar para o local marcado, o da convergência. Exibir o gravador e declarar o objetivo da entrevista foram procedimentos de rotina nas entrevistas. Feito o preâmbulo, a entrevista começava num clima de camaradagem, favorecido pelo conhecimento prévio dos meus parceiros: em algum momento já havíamos feito contato, nos diversos eventos dos quais havíamos participamos ou nas muitas visitas que fiz e atividades das quais participei, quando ainda nem pensava que um dia esse seria tema de uma pesquisa! A aproximação advinda de contatos anteriores, aos quais me referi se serviu para dar fluência à fala (afinal, não éramos mais estranhos e nem o assunto era) pode ter passado ao largo de silêncios, incertezas, incredulidades, as quais, talvez, os/as narradores/as não tenham podido falar ou querido

calar.

Tentei compreender e narrar, mas a compreensão, como diria Gadamer, é sempre um risco – risco que carrega quando tentamos aplicar um saber (geral) de regras para o entendimento de enunciados (particular). Nesta aventura que é a da compreensão dos textos que escrevi e dos recortes que escolhi, tenho presente que a entrega é minha - sou eu que estou a me redefinir, num interminável processo de (des) construção.

A técnica não foi excluída e alguns cuidados que são usuais na pesquisa qualitativa também freqüentaram minhas rotinas, como os recomendados por Gaskel & Bauer (2000), que citam os seguintes equivalentes para avaliar a qualidade das pesquisas com foco na tradição qualitativa: triangulação e reflexividade; transparência e clareza nos procedimentos; construção do corpus, descrição detalhada; surpresa pessoal; validação comunicativa. Ou, conforme Santos (2005, p.15), quando se comparando ao antropólogo, diz que ele “nunca esteve ausente de seu texto e da exposição dos seus dados”, pelo contrário, ele mesmo os produz como seu instrumento privilegiado de pesquisa.

Narrar as histórias ouvidas faz com que a presença de quem relata, o ter estado lá, permita falar em nome do outro, interpretar o que ele diz: “Embora habitado por aquelas pessoas, minha voz (o aqui) é unívoca e só posso falar por mim. Destarte as diferentes estratégias para aprender o que lá se passava, a questão da representação permanece: sou eu quem escrevo aqui”. (SANTOS, 2005, p. 15) Assim se a descrição sempre é de quem escreve e não a de quem é descrito, este é meu auto-retrato.

E foi com esta disposição que me debrucei sobre meu trabalho investigativo e, como Erasmo Pilotto, eminente educador paranaense, declarar que “Hoje eu temo os que estão certos da verdade. Temo os que pretendem convencer [...] Passaram os dias em que eu tinha de empenhar-me quase heroicamente na procura da verdade.” Livre da busca da verdade, mas cercada de cautela, cuidados, precauções, minhas “assombrações” sempre estiveram por perto, recomendando prudência, previdência e até clarividência (com se fosse possível!). Ignorá-las poderia ser temerário, segui-las, pior ainda! O que fazer então? Com uma boa dose de senso prático (é preciso dar confiabilidade aos depoimentos) segui as recomendações que Boyce (2000, p.467) chama de “Passos na análise histórica”:

1. Assegure-se que, no delineamento de suas questões, está dando espaço a todas as respostas possíveis. 2. Avalie se a lógica de sua análise está aberta à acusação de arbitrariedade ou circularidade e, se necessário, mude-a. 3. Revise suas fontes e sua maneira de lidar com a evidência, tendo o cuidado de remover fontes de distorções; 4. Revise a possibilidade de ampliar o espectro e as fontes de evidência.”

A escolha da metodologia não foi feita sem embargos. Foi difícil prever o caminho que seria percorrido. Afinal, nunca podemos saber, de antemão, para onde uma conversa, mesmo que esteja parametrizada por um roteiro, nos levará. Que resultados podem advir e, como dizem Gaskel & Bauer (2000, p.471), “o primeiro problema que o pesquisador enfrenta é que método usar para estudar um problema particular, e como justificar o delineamento, a escolha dos dados e os procedimentos analíticos.” À semelhança de um tratamento médico, que pode tomar muitas direções, conforme o paciente e, neste caso, conforme o problema analisado, toda intervenção tem vantagens e desvantagens, corre o risco tanto do acerto quanto do erro. Mas, é preciso correr o risco. E assim foi feito...

Após ter decidido na escolha da metodologia, realizar entrevistas semi-estruturadas (entrevistas em profundidade) episódicas e narrativas que são consagradas na pesquisa qualitativa, por se constituírem em “essencialmente uma técnica ou método para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas ou pontos de vista sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista.” (FARR, 1982, apud GASKEL, 2002, p. 65), dei início ao trabalho. Foram muitas horas de investimento: em “bate-papo”: no agendamento e efetivação das entrevistas, na transcrição dos dados e outro tanto na releitura e cruzamento, buscando “aquela palavra”, resgatando “aquela” entonação. Surpresas, “lugar comum”, possibilidades e certa cumplicidade pareciam estar sempre por perto.

O exercício metodológico da escuta e da transcrição/interpretação foi desafiador. Tive problemas com perda de dados de duas entrevistas e, com isto, tivemos, eu e meus/minhas interlocutores/as, de repetir o encontro. Este fato mostrou que cada evento é único, pois ninguém lembrava o que havia dito e por isto, uma nova história foi contada e isto me fez pensar sobre o que poderia acontecer em relação às histórias contadas se para todas elas tivéssemos uma segunda vez... Possivelmente ouviria contradições, outros lances, mais detalhes, outros realces, evidenciando que cada vez que narramos uma história ela nos constitui de modo diferente. Ou seja, cada história é um novo sujeito constituído com ela e por causa dela.

Tive a impressão que o fato de ter declarado que a entrevista que estava a realizar serviria para uma dissertação de mestrado, impressionou os/as entrevistados/as, com exceção dos trabalhadores do lixo, a quem esse *status* nada diz. Penso que, se os depoimentos tivessem sido colhidos em um evento de caráter mais informal, como “uma conversa qualquer”, talvez fossem mais genuínos, menos dogmáticos. No entanto, não me pareceu correto ocultar o objetivo, deixar de mencionar que a conversa seria gravada, seria transcrita, depois analisada e, por fim, divulgada. Por isto, tendo sido esta a escolha e tendo já concluído a transcrição, às voltas com a finalização das análises, percebo que muitos são os caminhos que poderiam ter sido seguidos, cada qual único. Essa possibilidade infinita de “se” requer uma decisão que, uma vez tomada, é sem retorno. Os resultados são fruto de nossas escolhas.

Perguntas, provocações e mesmo “inocentes” intervenções feitas durante as entrevistas requerem, segundo Silveira (2002), que pensemos sobre as *verdades* (grifo da autora) que tanto buscamos. Como, prossegue a autora, buscar verdades, se nenhum enunciado pode ser entendido num vácuo discursivo? As perguntas e intervenções feitas foram tão carregadas de significados quanto as respostas colhidas. Mesmo que eu tenha optado por provocar uma fala mais longa e discursiva de meus/minhas entrevistados/as, limitando as perguntas, ainda assim, fiz intervenções, mudei o curso da conversa, estimulei o prolongamento de certos temas, estabeleci cortes e direcionamentos.

Ao mesmo tempo em que realizava as entrevistas, também lancei mão de documentos produzidos pelo e durante o Programa: atas, portfólios, fotografias, projetos, correspondências. Junto a estes, meu “arquivo mental”, gerado a partir dos eventos dos quais participei enquanto integrante da Comissão Gestora de Resíduos Sólidos, na sua fase de implantação, esteve sempre cruzando dados, vasculhando episódios e auxiliando na busca dos dados que procurava, especialmente, no que se refere à cronologia dos acontecimentos e à própria história do Programa. Se afirmasse que o único tipo de registro que considerei neste estudo foi o obtido através das falas gravadas e das palavras escritas nos documentos que examinei, estaria a omitir outros elementos que foram valiosos. Falo do registro visual das impressões que colhi em cenas que observei, de cheiros e ruídos que os lugares visitados me fizeram perceber, de sensações térmicas (como a do frio e do vento no galpão de reciclagem e da corrente de ar produzida pelo ventilador no gabinete do engenheiro) e táteis (como a dos tipos de plásticos selecionados pelos catadores) que fui recolhendo ao longo do meu trabalho e antes dele.

O Diário de Campo que produzi contempla, basicamente, o relato das entrevistas que foram gravadas, permitindo idas e vindas nas falas que recolhi

juntamente como textos que me auxiliaram nas reflexões que apresento. As demais impressões que descrevi no parágrafo anterior não estão transcritas no Diário – guardo-as na memória.

Concluindo e, ao mesmo tempo, introduzindo o capítulo no qual apresento as falas dos meus interlocutores e as minhas ponderações, considero que a escolha metodológica foi apropriada e, se não trouxe o resultado que a princípio eu esperava, trouxe o resultado que podia ser alcançado, considerando o tempo investido, as teorias de suporte, as leituras que fiz, as orientações que recebi e os muitos ensaios que pratiquei. Quando comecei o esboço do trabalho, no final de 2004, não tinha muita clareza de onde pretendia ou podia chegar.

Meu aprendizado se consolidou com o amadurecimento do tema e das idéias, pelas muitas leituras que pude fazer ou retomar, a partir daí. Depois disso, foi passar para o “papel” (ou mais corretamente, para o teclado do *notebook*, meu amigo, quando recebia dos meus dedos um tanto descoordenados para comandar o que as idéias mandavam ou meu algoz, quando ocultava textos e passagens que já havia trabalhado, ou quando, na frente da tela, eu simplesmente “nada tinha a declarar”) o que fervilhava no pensamento. O resultado, embora não me pertença totalmente, me é familiar pelo muito que acrescentei pelo que exorcizei e pelo tanto que modifiquei. Conforme Silveira (2002) este é o nó ou um dos nós que merece permanente cuidado do investigador, pois se “os tópicos discursivos são propostos pelo/a entrevistador/a, mesmo que eles possam ser subvertidos pelo/a entrevistado/a, esse/a investigador/a, já propõe um *script* prévio a ser preenchido.”

No projeto desta dissertação, usei a metáfora da águia que, segundo dizem, ao atingir uma determinada idade, para poder continuar vivendo, precisa sacrificar velhas estruturas e, livre destas, pode acrescentar mais tempo a sua vida, provida de um novo bico e novas garras e penas. Posso ser essa nova águia. Todo o processo de construção/desconstrução de verdades que povoavam meu cotidiano me mostrou a importância de dar lugar à dúvida, à ambigüidade, à relatividade e para o saber “não científico”. Sempre fui muito “racional” (minha formação sempre se voltou para as chamadas “ciências duras”) e aprender a “relativizar” foi um belo aprendizado que possibilitou me renovar como pessoa e como profissional.

As entrevistas foram oportunidades de “abandono da expectativa de encontro e levantamento de verdades” (SILVEIRA, 2002, p 138), e, como a autora caracteriza no título do seu artigo, o que trago com o jogo interlocutivo que busquei estabelecer, é uma

“arena de significados”, que não se cristalizará no papel que vai receber a versão escrita, mas que continuará, para sempre, sendo possibilidade de dar voz a experiências cotidianas de meio ambiente e de relações entre indivíduos que se cruzaram, mesmo que tivessem sido momentos fugazes, como as sessões de entrevista que juntos praticamos.

2ª parte

**DOS SUJEITOS QUE FIZERAM / FAZEM O PROGRAMA DE
COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS EM CARAZINHO**

8 A FALA QUE NOS CONSTITUI – EU, VOCÊ, NÓS E OS OUTROS: limites e transgressões do Programa, da fala e da lida

Como metodologia de pesquisa em educação, a entrevista tem se revelado capaz de cumprir uma importante função: a revisão de sua própria concepção e de suas implicações. A entrevista é considerada como um instrumento que oportuniza as histórias de vida (vivas ou inventadas), as concepções de mundo e de sociedade, os episódios passados, as impressões e sentimentos sejam recolhidos nas expressões representacionais da linguagem. Não pode ser pensada como um espelho capaz de reproduzir a realidade e de trazer à tona verdades recônditas impregnadas nos sujeitos, cumprindo “função partejadora” dessas verdades que, uma vez nascidas ou “trazidas à luz”, passariam a se constituir e a constituir novos arcabouços identitários de quem fala. É preciso reconhecer que, como evento, a partir da sua enunciação, (quem sabe até antes, quando do seu planejamento) desenha uma nova paisagem – aquela que é contada e que passa, então, a figurar, no plano real, como a “verdadeira” realidade vivida, capaz ainda de suscitar, entre os interlocutores, novas “imagens, representações, expectativas que circulam – de parte a parte”, a cada vez que é lida, ouvida, transcrita ou analisada. (SILVEIRA, 2002, p.120)

Com esta concepção e com este olhar justifico ou, talvez, tento valorizar a minha escolha ao apresentar a pesquisa documental que fiz e as entrevistas que realizei. Falo em especial das entrevistas, pois, como eventos narrativos, segundo Silveira (2002, p. 125), estão “permeadas pelas imagens do interlocutor atual, por sua vez atravessadas pelas experiências anteriores e situadas de interlocução” e cujas dimensões circunstanciais afugentam “as ilusões da objetividade e atemporalidade do discurso”. Minhas entrevistas tiveram como cenário, ambientes de trabalho familiares aos protagonistas, mas, mesmo assim, devem ser considerados como contextos capazes de tecer elementos significativos de interação, de jogos de poder, de ocultação e de definição de papéis, especialmente se for considerada a “assimetria” entre entrevistador e entrevistado, sujeitos representados por palavras que designam, elas próprias, papéis diferenciados: um agente ativo – o entrevistador e um agente passivo – o entrevistado, segundo Silveira. (2002).

Escolhas feitas, formalidades cumpridas: contatos, convite, acerto de detalhes, agradecimentos, “arregacei as mangas” e promovi os primeiros encontros. As entrevistas

foram efetivadas em situações comuns, de falas espontâneas, embora não como eventos espontâneos, já que foram todas provocadas e antecedidas de certa formalização decorrente do agendamento e ocorreram logo após ter dado a este estudo o seu primeiro esboço, o que formalizei no projeto apresentado. Considero as falas das pessoas que escolhi (mais uma vez a assimetria! elas não foram consultadas, foram escolhidas e, é claro, por terem aceitado, concordaram – mesmo sem saber ao certo o uso que iria fazer de suas palavras - em participar do enredo que montei e no qual, à semelhança de uma diretora teatral, conduzi as ações)s eventos mais importante no conjunto de esforços que empreendi e a partir dos quais pretendo apresentar as reflexões que faço.

Estava ansiosa⁴⁴; confiante, mas ansiosa! Queria “testar” com um dos meus convidados, fazer uma espécie de ensaio, a partir do qual daria um mesmo formato aos sucedâneos. Então me empolguei, fui tomada por uma eufórica ansiedade que me levou a, logo depois da primeira entrevista, sem ter feito qualquer transcrição, promover mais três encontros, seguindo o mesmo padrão do primeiro. Para meu aborrecimento, tive problemas com o equipamento usado na terceira e quarta entrevistas, o que resultou na perda da gravação e a necessidade de procurar novamente as pessoas entrevistadas e replicar o evento. No total, produzi dez⁴⁵ gravações de entrevistas, realizadas com diferentes sujeitos, (cerca de uma hora de duração), com papéis e falas combinadas previamente – não quanto ao conteúdo, mas quanto aos turnos de fala e ao tema.

Outra observação que considero pertinente fazer, para esclarecer os/as leitores/as é que as falas transcritas do Diário de Campo foram ajustadas. Isto é, eliminei expressões como “né” e “hã”, que são abundantes na linguagem coloquial, suprimi algumas repetições, com o objetivo de “enxugar” mais os parágrafos e corrigi, na grafia, verbos do tipo “tá” por “está”, “levamo” por “levamos” e outros tantos. Fiz isto também para preservar os/as entrevistados/as. Espero não ter subvertido (!) o que eles/elas quiseram dizer, mesmo sabendo que eles próprios talvez não pudessem ou não quisessem dizer tudo o que pensavam.

Em todas as entrevistas, nessa primeira fase, segui basicamente as seguintes etapas ou encadeamentos: apresentei-me somente para os/as catadores/as (o que foi desnecessário com os demais, pois todos já me conheciam); expliquei o motivo do

⁴⁴ Zago (2003, p. 293) chama atenção para o fato de que mesmo os/as experientes e habilidosos pesquisadores são acometidos de “uma certa tensão” a cada novo estudo que efetuam e isto ocorre, com mais frequência, na fase inicial da coleta de dados, que é quando surgem as dúvidas sobre a propriedade das escolhas. Adverte também que há uma multiplicidade de fatores que influenciam os resultados obtidos.

⁴⁵ O número de entrevistas que “deve” ser realizado é um falso problema e o que importa, é que *elas* sejam representativas e não a amostra. (ZAGO, 2003, p. 297, grifo meu).

trabalho e os procedimentos que teríamos: algumas perguntas gerais e gravação da fala do entrevistado/entrevistada, até o ponto em que o/a mesmo/a quisesse se estender, falando de sua formação e trabalho, suas experiências de participação no Programa de Coleta Seletiva e como isso havia de alguma forma, modificado sua visão de mundo, especialmente sua concepção de meio ambiente e mais especificamente, procedimentos em relação ao lixo doméstico e urbano, bem como sobre questões de consumo. As conversas eram gravadas, sendo este detalhe negociado previamente com meu/minha interlocutor/a.

Destaco que, mesmo tendo um roteiro elaborado, (que constituíram os apêndices do meu projeto), em nenhuma ocasião segui linearmente o que havia previsto. A conversa “rolava” de acordo com o clima que se estabelecia. As transcrições mostram algumas diferenças bem evidentes: algumas entrevistas tiveram muitas trocas de turno e outras bem poucas, o que está de acordo com Zago (2003, p. 292) que se refere ao “caráter singular” que cada evento dessa natureza assume, muitas vezes na contramão dos manuais de pesquisa. Terminado o encontro, despedidas, agradecimentos, um sentimento de regozijo (para mim) e de cumplicidade (com o/a entrevistado/a) selaram os encontros.

A relação prévia que existia com a maioria de meus/minhas interlocutores/as facilitou o desenvolvimento das entrevistas, dando a impressão que todos/todas se sentiam muito à vontade ao falar, pródigos nas narrativas e retomando o “fio da meada”, sempre que interrompidos por uma ou outra observação, mesmo com a evidente “assimetria” da minha posição de entrevistadora – aquela que comandava o evento, que havia estabelecido os papéis, o tempo, o enredo em relação aos meus/minhas entrevistados/as e, de certa forma, hierarquizado os papéis distribuídos, na intenção de garantir o próprio desenrolar do evento. (SILVEIRA, 2002, p.125).

A reciclagem de resíduos sólidos foi a janela na qual nos debruçamos, para dela olhar o mundo em nossa volta e a nós mesmos como figurantes no enredo da história. Cada vez que abria essa janela, via através dos olhos do/a meu/minha entrevistado/a uma nova paisagem e acredito que a mesma coisa tenha acontecido com cada um/a deles/as. Como técnicos, vimos possibilidades e dificuldades para a execução do programa; como educadores/as e alunos/as, vimos a complexidade que a questão ambiental tem na nossa vida e no futuro da sociedade e que esta complexidade é minimamente representada pela da reciclagem e, finalmente como catadores/as, vimos a reciclagem como meio de vida, onde o “botar a mão na massa”, representa a diferença entre ter o que comer ou passar fome, ter como morar ou dormir na rua e como a rua,

ela própria, é o espaço de trabalho e o lixo seu produto mais cobiçado. A singularidade de cada evento favoreceu que o próprio problema de pesquisa fosse adquirindo novos contornos à medida que recolhia os dados, transcrevia e analisava os dados.

As entrevistas, como tais, foram bons momentos de relacionamento que tive com meus entrevistados/entrevistadas. Estabeleceu-se um clima de confiança que acredito tenha sido o principal motivo da verve dos/as entrevistados/entrevistadas. De um modo geral, falei pouco, o que contraria a minha natureza “falante” – procurei valorizar cada entrevistado/a (cada entrevista foi valiosa para as discussões que trago), mantendo um diálogo amistoso, concedendo ao/à entrevistado/a o lugar central, demonstrando o interesse que sentia e a importância que estava dando ao evento. Para identificar os/as personagens, uso nomes artísticos e lugares reais.

O primeiro dos entrevistados foi Bruno, um dos gestores do Programa de Coleta Seletiva. O “ensaio” que praticamos, por ocasião daquela entrevista, me ajudou a estabelecer um padrão que acabou sendo seguido nos três eventos seguintes. Esse procedimento estandarizado facilitou a análise das falas, mas talvez tenha empobrecido o resultado por ser sempre igual: a entrevistadora convidando previamente o/a entrevistado/a, estipulando um tempo que seria minimamente necessário, um local familiar aos interlocutores e um roteiro anunciado previamente, onde destacava o objetivo do trabalho. Foram quatro encontros, bem próximos e na seqüência, após Bruno, entrevistei Juliana (professora de ensino médio), Vítor (outro gestor) e Kaká (estudante de ensino médio). Depois de algumas semanas foi a vez de Antônia (catadora de rua), João (catador da Usina), Patrícia (catadora da Usina), Lazaro (professor universitário) e Quinho (estudante universitário)⁴⁶, com abordagens um pouco diferentes das anteriores: menos formais e mais dialógicas.

Com a transcrição das falas, começou meu garimpo: ler os textos muitas vezes, deter o olhar e voltar para algumas passagens, focar palavras, expressões e nuances, alongar o pensamento para o momento em que a fala foi pronunciada – as brincadeiras, o cafezinho que tomamos juntos, o barulho das crianças na hora do intervalo para a entrevista feita na escola, a chuva que caía, o calor, as interrupções... Repeti as entrevistas com Vítor e com Kaká (as gravações que perdi) e o cenário também mudou, mas não tenho como saber se o conteúdo da primeira era melhor ou pior que o da segunda. Nenhum de nós lembrava sequer o que havia falado na primeira vez (com exceção, é claro de ter seguido o tal roteiro). Antônia, Patrícia e João foram entrevistados

⁴⁶ Os nomes dos personagens são os nomes artísticos.

em seus locais de trabalho – Antônio no galpão da sua casa, onde faz a triagem, João e Patrícia na Usina de Reciclagem, onde trabalham.

Paralelamente às entrevistas, fui compondo o capítulo da história do Programa. Como sua escrita dependia unicamente de leitura de documentos, contatos ou questionamentos para esclarecer alguns pontos, telefonemas para completar algumas lacunas e um exercício de recordação para que eu evocasse acontecimentos dos quais participei ou tinha tomado ciência, se mostrou tarefa fácil. Aproveitava os “intervalos” das entrevistas e ia escrevendo o capítulo que denominei: “Como as coisas começaram: a história oficial e os bastidores do Programa...”, o que procurei levar a cabo da maneira mais honesta possível, mas com os condicionantes que destaquei no início deste capítulo⁴⁷. Acredito ter sido o mais correto de minha parte, com as ressalvas que fiz no início deste capítulo.

A partir deste ponto do trabalho, faço três intersecções: o Programa, as falas e a lida, que dividi em três seções, descrevendo, respectivamente, a história do Programa de Coleta Seletiva em Carazinho (Como as coisas começaram - a história “oficial” e os bastidores do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos em Carazinho), a: 1ª parte, as falas de quem fala sobre o Programa e sobre o lixo (Falando do Programa, o que você pode nos contar?), uma 2ª parte e, por último, a lida de quem fala a partir do lixo (Catadores e Carrinheiros, quantos cilindros e quantos HPs têm o seu carro?), a 3ª parte e o final da história.

Este capítulo é parte do conhecimento que construí a partir de leituras e análises acerca do tema e que apresento como produto principal de todo o trabalho, o seu ápice...

⁴⁷ A memória, matéria prima da história é, como esta, produzida num campo de poder [...] Portanto, história e memória são construções e ocorrem num campo de disputas” (BERGAMASCHI,s.d., p. 1)

8.1 Como as coisas começaram - a história “oficial” e os bastidores do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos em Carazinho: 1ª parte

O filme *Narradores de Javé* é a história de pequena cidade no interior do Brasil que será engolida pelas águas da barragem de uma grande hidroelétrica. Os moradores, especialmente os mais antigos, desatinados com a perspectiva de, em pouco tempo, perder o chão onde nasceram e cresceram e onde estão sepultados seus ancestrais, fazem uma tentativa desesperada de mudar o curso dos acontecimentos, contratando um “historiador”, (o carteiro local), ao qual incumbiram de escrever a história do lugar, um documento de tal forma convincente que fosse capaz de provar, cabalmente, o prestígio de Javé, possibilitado que fosse considerada patrimônio cultural e, assim, ser salva da inundação que ocorreria ao final da construção da barragem. Por conta dessa missão, o “historiador” passa a ouvir os moradores mais antigos para, a partir de suas versões, escrever o documento. Cada morador conta uma história, todas elas são diferentes, muito diferentes, o que coloca o historiador num dilema: qual delas representaria a “verdade”? Valho-me do filme, para declarar a dificuldade que tive como narradora da história do Programa de Coleta de Resíduos Sólidos de Carazinho, de contar a “verdadeira história”.

Para que a história do Programa tivesse um registro – o oficial, diversas pessoas tiveram preocupação de juntar documentos. Busquei registros em atas, em um *portfolio* que cobre o período 2002 a 2005, em cópias dos projetos elaborados, em registros fotográficos e em documentos oficiais como: convênios, portarias, termos de compromisso e outras pistas e trilhas para fazer a “reconstituição”. E mais, vali-me de correspondências, recortes de jornal e *folders* colecionados em arquivos oficiais, com a finalidade de registrar os diferentes momentos e acontecimentos. Com base nesses registros e agregando histórias que ouvi e fatos que eu vivi - pois que também participei de diversos eventos, vou escrever essa história, conforme a leitura que fiz de documentos, depoimentos e experiências aos quais tive acesso, com a consciência que, a exemplo do que acontecia em Javé, é a minha versão, é a minha história. Outros poderiam e poderão ser escritas...

Tentei ser cuidadosa no uso da linguagem, considerando o que tomei como orientação básica na escrita deste e de todos os capítulos no texto que produzi: ela é

meu passaporte para ingressar no mundo da comunicação. Valho-me do sentido que lhe é atribuído por Stuart Hall, nas suas diversas finalidades:

seja como fonte de significado, seja como aquilo que elide ou adia o significado, o reconhecimento da heterogeneidade, da multiplicidade dos significados, do esforço envolvido no fechamento arbitrário da semiose infinita, para além dos significados: o reconhecimento da textualidade e do poder cultural, da própria representação, como sítio do poder e de regulamentação: do simbólico como fonte de identidade.(HALLI, 1996, *apud* COSTA et al, 2003, p. 42-43)

Assim, com a consciência de que esta narrativa é a minha narrativa, com as cores e destaques que eu elegi como sendo os de mérito, dou início ao relato:

Em 2001, quando o município de Carazinho encaminhou ao Mistério do Meio Ambiente, projetos destinados a receber recursos que possibilitassem a efetivação de diversas ações ambientais relacionadas à questão do lixo urbano e, entre elas, a implantação de um programa de coleta seletiva de resíduos sólidos, fê-lo com a intenção de “resolver o problema”, segundo o seu coordenador. A questão do gerenciamento dos resíduos de uma cidade do porte de Carazinho significa nada menos que dar conta de cerca de 40 toneladas/dia das mais diversas categorias de lixo comum que, segundo o Código de Posturas do Município, são de responsabilidade da Prefeitura. Este dado é interessante para fazer, nesta intersecção, o cruzamento entre o trabalho técnico, cuja materialidade do dia-a-dia requer ações de gerenciamento efetivas e eficientes para dar conta de toda essa massa de resíduos, com a simultânea gestão de um programa que pretende mudar atitudes do/a cidadão/ã, pela incorporação de uma nova visão acerca dos resíduos que produz. Faço esta observação, ainda no parágrafo de introdução, para chamar a atenção para a complexidade do programa.

Tomei conhecimento da iniciativa da Prefeitura em implantar o Programa no ano de 2002 (não lembro o mês), quando fui procurada pelo assessor de imprensa da Prefeitura e membro da Comissão Gestora de Resíduos Sólidos do Município de Carazinho, para que a universidade participasse da equipe de planejamento, sendo também convidada a participar de curso de capacitação que seria desenvolvido pelo DMLU de Porto Alegre, em outubro. O Programa iniciou em 2001, conforme dados nos documentos aos quais que tive acesso e pelas informações obtidas junto ao Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal e Secretaria de Planejamento e Urbanismo,

responsáveis pela elaboração dos projetos enviados ao Ministério do Meio Ambiente: Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGIRS) e Projeto do Sistema de Coleta Regular e Seletiva de Resíduos Sólidos e Urbanos do Município de Carazinho-RS.

Durante o ano de 2002, com o projeto aprovado pelo FNMA⁴⁸ e aprovação dos recursos da ordem de R\$ 195.454,45 para a implantação do PGIRS, realizaram-se diversas reuniões e foi nomeada uma equipe de gerenciamento de divulgação interna para coordenar o anteprojeto de implantação da coleta seletiva⁴⁹. Enquanto iam sendo realizadas as obras para a construção da unidade de triagem dos resíduos e todos os anexos necessários para o trabalho do grupo, que seria o responsável pela operacionalização da Usina, deu-se início, com a participação de uma universidade (e, mais tarde, também com um grupo de escoteiros) e contando ainda com a adesão de escolas, associações de bairro e outras organizações, ao trabalho de implantação do Programa nos primeiros bairros, e que deveria se estender, posteriormente, bairro a bairro, a toda a área urbana. Diversas reuniões com a comunidade e com grupos de trabalho foram realizadas. A partir delas, estruturou-se estratégia de ação que compreendia, basicamente, a divulgação do programa através dos meios de comunicação, nas escolas e uma ação pontual de visita domiciliar por acadêmicos e alunas normalistas nos bairros selecionados. A estes se juntaram, mais tarde, também escoteiros/as.

Durante o ano de 2002, participei de curso de capacitação em Porto Alegre e foi organizado o 1º Fórum Municipal Lixo e Cidadania, no final de outubro. Houve um segundo encontro do Fórum no dia 10 de dezembro, no qual foram apresentados resultados de pesquisa realizada junto aos moradores de alguns bairros, ao qual coordenei, com a participação de acadêmicas/os. Os eventos realizados em Carazinho, naquele ano, contavam com a participação de diversos segmentos da comunidade e principalmente as escolas, tendo se destacado algumas escolas, a universidade, uma ONG ambiental e, é claro, os integrantes do Comitê Gestor e das secretarias municipais envolvidas. Foi reclamado da baixa participação dos vereadores e demais lideranças do município. Durante o ano também foram cadastrados os catadores, com o objetivo de inseri-los no Programa e foi criada a logomarca do Programa. Outra atividade do mesmo ano foram as reuniões com os moradores dos bairros escolhidos para a primeira amostragem e ensaio da coleta. Todo o material de divulgação que seria usado na

⁴⁸ Fundo Nacional do Meio Ambiente.

⁴⁹ A Portaria nº 158/2002, do Prefeito Municipal, de 29/05/2002, nomeia os membros e faz menção ao Programa Brasil Joga Limpo, do MMA, programa este baseado na Agenda 21 brasileira, especialmente nos capítulos 19 a 22 que tratam do manejo dos resíduos e do capítulo 4 que trata de mudanças de padrões de produção e de consumo.

implantação: *folders*, bonés, camisetas, cartilhas e *banners* foram elaborados ainda em 2002.

A população, o principal alvo do Programa, foi sendo inteirada dos objetivos e das ações previstas através de peças publicitárias na mídia local e em visitas domiciliares. Houve uma primeira etapa de visitas, durante as quais, além do diálogo com o/a morador/a, distribuía-se um material informativo e era realizada entrevista, motivando e orientando para efetuar a triagem doméstica do resíduo e sua deposição em horários e dias especificados.⁵⁰ Os resultados foram analisados e contabilizados, servindo de indicadores para avaliar a fase inicial de implantação, através de reuniões de comissões, grupos envolvidos e comunidade. Numa segunda visita, realizada aos mesmos domicílios inicialmente visitados, foram recolhidos novos registros, nos quais se procurava constatar a efetiva participação do morador/moradora no Programa, possíveis dificuldades encontradas e/ou reclamações.

O aprendizado de ações necessárias à implantação e implementação do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos por parte da população deu-se como resultado de ações de governo, governamentalidade, governamentalização ou ainda governança, expressões que designam um tipo de controle exercido sobre as populações. Embora não possam ser considerados como sinônimos, essas palavras aproximam-se bastante e são usadas, freqüentemente como equivalentes. A regulação sobre atividades privadas domiciliares, como é o caso do lixo, não é muito comum em nosso meio e isto foi percebido pela dificuldade das pessoas para cumprir determinadas regras de governo. Nós nos acostumamos a tratar os resíduos sólidos como *lixo*, com uma postura de descarte do mesmo, sem cuidado com qualquer tipo de norma, como por exemplo, horário para a espera da coleta, tipo de embalagem, peso total da embalagem, o que trouxe alguns percalços na implantação do Programa, tendo em vista o governo que estava a se estabelecer também para o lixo. Considerando o que Foucault (1979, p. 292) estabelece como governo (em sentido diferente de governo) e que explica como sendo:

conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais dispositivos de segurança,

⁵⁰ Os mesmos dados serviram também, posteriormente, para elaborar artigos e pôsteres que foram apresentados no Fórum de Pesquisa e Extensão da ULBRA, em Carazinho e em Canoas, em 2004 e 2005.

pode-se entender que estas “tecnologias disciplinares”⁵¹ foram/são “novas maneiras de governar os outros e se auto-governar”. O autor refere ainda que “governamentabilidade”, representa uma “razão ou tática de governo, uma racionalidade governamental que descobre a economia e que faz da população o seu principal objeto”.

Veiga-Neto⁵² refere ainda que no “jogo da cidade”, pela ótica do liberalismo entendido como o deixar a encargo do Estado, o “governo da sociedade”, (esta formada por sujeitos que é, ao mesmo tempo, objeto, porque governadas pelo Estado, e parceiro porque se autogovernam, estando sujeitos a direitos e deveres), configura-se, nas últimas décadas uma das características do Estado Moderno, com seus novos arranjos e novas distribuições de forças que daí decorre, para além das categorias iluministas da Modernidade. As considerações acerca de governamentabilidade do Estado nas cidades podem ser esclarecedoras para entender a governamentalização praticada quando do estabelecimento do Programa nos bairros selecionados.

Outros autores também fazem uso de termos, que tratam desse disciplinamento. Bujes (2005, p. 243), por exemplo, emprega governo com o sentido de “medir, calcular, categorizar, descrever, ordenar e organizar – tornar-se alvo de determinadas instituições e ser objeto de saberes”. Se o governo é exercer poder, “conduzir condutas”, estruturando o campo de ação da população no seu íntimo, então o Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos pode ser considerado como sendo um programa de controle, exercido pelo poder público e que está a orientar o cotidiano da população, instituindo formas de ação antes não existentes: separar o resíduo sólido nas residências, armazená-lo devidamente preparado e responsabilizar-se por sua deposição na via pública em datas e horários estipulados. Teríamos assim um governo em que ações são executadas pela população, encadeadas com outras, que partem do governo municipal – é o poder no “ato”, conforme diria Foucault.

Outra possibilidade semântica para explicar as ações desenvolvidas no Programa é considerá-lo como uma atividade de governança, entendida como

⁵¹ A expressão foi empregada por Alfredo Veiga-Neto no texto “Educação e governamentabilidade neo-liberal: novos dispositivos, novas subjetividades”, apresentado e discutido no Colóquio de Foucault, no rio de Janeiro, em 1999. Nele o autor refere-se à escola, mas seu sentido pode ser estendido à questão do Programa pela disciplina que este pretende estabelecer.

⁵² Trata-se do mesmo documento já citado na nota anterior.

...atividades apoiadas em objetivos comuns e partilhadas, que abrangem tanto as instituições governamentais quanto mecanismos informais, de caráter não-governamental, mas que só funcionam se forem aceitas pela maioria, ou mais precisamente, pelos principais atores de um determinado processo, bem mais amplo que governo. (ASPÁSIA, 2003, p.307)

Tomada no sentido em que a autora a conceitua, a governança tem sido cada vez mais freqüente, nas últimas décadas, em nível internacional, representando o esforço de definir agenda, mecanismos e instituições que possibilitem compor uma nova ordem institucional legitimada pelos participantes e coordenada pela ONU, tendo por objetivo “garantir melhor qualidade de vida para as gerações que irão crescer e viver no novo século”, superando as atuais crises e fazendo surgir, além da figura tradicional de Estado, novos atores como: ONG, associações, alianças e redes. Não obstante, esta roupagem internacional percebeu governança em todos os níveis e categorias de organização social e na implantação do Programa, feita em comum acordo com os/as moradores/as, para viabilizar a coleta seletiva domiciliar. Governança é um conceito que foi cunhado e tem sido utilizado pelas novas formas de gestão social no mundo globalizado. Contudo, ele não chega a alterar o fato de que se trata de uma nova forma de regulação social, uma nova modalidade de governo, no sentido foucaultiano.

Para qualquer opção que quisermos fazer, em relação ao tipo de regulação que o Programa passou a instituir, seja de governamentabilidade: “razão ou tática de governo, uma racionalidade governamental que descobre a economia e que faz da população o seu principal objeto” (VEIGA-NETTO, 1999); seja de governo: tornar-se alvo de determinadas instituições e ser objeto de saberes”, exercer poder, “conduzir condutas”, (BUJES, 2005), ou seja, ainda de governança: atividades apoiadas em objetivos comuns e partilhados, que abrangem tanto as instituições governamentais quanto mecanismos informais, de caráter não-governamental, mas que só funcionam se forem aceitas pelos principais atores de um determinado processo (Aspásia, 2003), o Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos apresenta características que permitem sua identificação com os conceitos citados.

As considerações que faço são necessárias para que este relato não seja apenas uma cronologia dos eventos e ações realizados. Mais que isto, minha intenção é a de mostrar as implicações culturais que influenciaram os mesmos e como a sua implantação provocou alterações no comportamento das pessoas – uma espécie de “reciclagem identitária” – se muitos/as moradores/as já praticavam uma triagem

domiciliar, separando o lixo orgânico que depositavam em hortas e quintais, conforme depoimentos colhidos nas visitas domiciliares que realizamos, outros passaram a realizar a triagem por conta de um convencimento feito a partir do Programa, no projeto-piloto que foi iniciado em maio de 2003.

Em 2003 também foram realizadas muitas atividades, mas o destaque ficou por conta do início da coleta seletiva nos bairros Sommer, Pádua e Santo Antônio, comunidades que se mostravam receptivas ao Programa, como foram diagnosticados na pesquisa⁵³ que havíamos realizado e o funcionamento experimental da Usina de Reciclagem, cujas obras estavam em andamento (deveriam ser concluídas até abril), mas sofreram atraso devido a problemas com a licitação dos equipamentos e efetivamente só entrou em operação na metade do ano, ainda sem os equipamentos. Estes só chegaram na segunda metade do ano. A coleta seletiva domiciliar começou uma semana antes do início das atividades na usina, para prover material aos trabalhadores. Outra ação forte para os objetivos do Programa, de finalidade educativa, foi a instalação, em praticamente todas as escolas do município, de 34 LEVs – Local de Entrega Voluntária, dotados de uma placa de identificação e bambonas de 200 L para receber resíduos sólidos recicláveis como papel, plástico, metal e vidro da comunidade, sob a guarda da escola e que semanalmente eram recolhidos e transportados no caminhão da coleta seletiva à Usina, quando esta passou a operar.

Nesse mesmo ano foram realizadas a terceira e quarta etapas do Fórum Municipal de Lixo e Cidadania, em abril e em agosto, respectivamente. Outra atividade que correu paralelamente à coleta seletiva dos resíduos sólidos foi a implantação de “papa-pilha”, pequenas bambonas brancas (de 50 l), identificadas com a logomarca do Programa e que distribuídas em 70 pontos da cidade serviram e, desde então, servem para recolher pilhas e baterias. Em final de maio, com mais de um mês de atraso⁵⁴, por conta do atraso na construção da Usina e, principalmente, por problemas na licitação dos equipamentos, começou a divulgação do Programa pelos meios de comunicação de massa – rádio, jornal e televisão. Semanalmente, a Comissão Gestora do Programa se reunia para dar conta da agenda e das atividades propostas. No dia 5 de junho foi feito o

⁵³ De acordo com relatório que entregamos ao Comitê Gestor do Programa, foram visitadas, na etapa preliminar, pelos 8 estudantes participantes, 42 ruas e 608 residências.

⁵⁴ Com um arrazoado de três páginas o diretor do Programa, Sr. Sérgio Lauxen, solicitou, em 2 de maio de 2005, ao Comitê Gestor do Programa e ao Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo, a prorrogação das atividades, devido a atrasos e problemas nas obras de construção e acesso, na aquisição dos equipamentos, no cadastro e seleção dos catadores que iriam desempenhar atividades na Usina e outros que, segundo ele, impossibilitavam o início na data prevista.

lançamento oficial da coleta seletiva, com atividades culturais e educativas na praça central. No dia 11 de junho começou a coleta seletiva nos bairros-pilotos.

O ano de 2003 foi um ano de intensa mobilização dos diversos segmentos ligados à implantação do Programa e que foram responsáveis pelos eventos e atividades realizadas na comunidade em geral, com destaque para projetos, documentários em vídeo e fotos, audiências, palestras, entrevistas, elaboração de matérias para jornais, elaboração de material educativo e de relatórios, assessorias, reuniões, pesquisas, visitas domiciliares e às escolas, implantação e controle dos LEVs, acompanhamento dos trabalhos na Usina, visitas à Usina, elaboração e apresentação de peças teatrais, organização de oficinas artísticas com material de reciclagem e, o mais importante, a organização da Associação Catadora de Sonho de Carazinho. A propósito da criação da Associação, em 19 de junho de 2003, com a assessoria da Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social, foi elaborado e registrado o Estatuto Social da mesma.

Em 2004 as atividades seguiram a mesma metodologia, agora com a preocupação da ampliação dos bairros a serem atendidos, passando de 3 para 10. Os LEVs também aumentaram, passando de 34 para 38. Além disso, foram implantadas 75 lixeiras ecológicas em diversos pontos da cidade e os fóruns passaram a ocorrer nas escolas, em sistema de rodízio. Permaneceram as reuniões semanais do Comitê Gestor. Pesquisas domiciliares foram aplicadas em outros bairros. Em outubro foi realizado um novo fórum para a apresentação de resultados à comunidade. Diversos eventos foram realizados e foi agregado ao Programa o projeto “Vamos salvar nossas sangas”, que orientava moradores de áreas vizinhas aos cursos d’água a não colocar lixo nas sangas. O Programa também foi estendido a alguns prédios, tendo sido realizadas reuniões com os síndicos, para orientação e participação no Programa. O livro de atas do Programa tem 25 registros no ano de 2004, contra 30 do ano anterior.

Em 2005 as atividades do Programa consistiram, basicamente, no reforço do que já estava sendo realizado, ou seja: ampliação dos bairros selecionados para a coleta seletiva, com as visitas de conscientização que precediam a implantação do sistema de coleta, a realização de mais um fórum e atividades nas escolas. Mas o que realmente dominou a cena, naquele ano, foi a consolidação da Associação Catadores de Sonhos. As atas do Programa registram problemas de liderança e de entrosamento, o que é citado na maior parte dos 29 registros. Para acalmar os ânimos e unir o grupo foram feitas muitas intervenções, especialmente pela psicóloga e pelos técnicos que trabalhavam junto ao grupo. Continuaram as participações de estudantes e dos

escoteiros. Há registros de trabalhos junto aos síndicos dos edifícios e com empresas locais.

Em 2006, o Informativo Municipal de Carazinho, do segundo semestre de 2006, pouco fala do Programa. A única referência – e indireta, é relativa à aquisição de novos carrinhos para coleta de lixo e a reforma do caminhão da coleta seletiva. Também, no mesmo informativo, há uma referência ao projeto “Vamos salvar nossas sangas”, relatando algumas ações. As atividades registradas no livro de atas continuam seguindo o padrão de 2005: visita de escolas ao Aterro Sanitário e Usina, ampliação do programa para novos bairros, ainda problemas de relacionamento entre os membros da Associação e ações junto aos síndicos de prédios. O livro de atas nº 2, de 2006, tem 19 registros.

Em 2007 o Programa parece ter arrefecido. Até o momento⁵⁵ há nove registros no livro de atas. Os principais temas debatidos até aqui foram as questões de uniformes para os trabalhadores da Usina, o reforço da visita domiciliar nos bairros que tiveram implantação do Programa, ações junto aos trabalhadores da Usina e uma mobilização geral na comunidade, com divulgação nos meios de comunicação, para estimular a participação da população em relação à coleta seletiva domiciliar.

São seis anos de uma história, de início impetuoso e que atualmente parece ter arrefecido, embora os resultados da coleta continuem a crescer, ano após ano. Teria sido já incorporada ao cotidiano, tornando desnecessárias as ações requeridas quando de sua implantação? Teria perdido o sabor da novidade, trazendo enfado a quem antes se motivava? A sistemática da coleta seletiva teria sido tão bem sucedida que deixou de ter sentido, por ter alcançado os resultados almejados? As pessoas que lideravam o Programa cansaram ou ficaram desapontadas com os pífios resultados, quando a proposta era que depois da instalação da Usina e da coleta seletiva, com a plena implementação do Programa, os catadores deixariam as ruas, o lixo deixaria de nos perturbar e a missão estaria cumprida?

As interrogações sobre como as coisas foram se estruturando me leva a outras: Como narrar nossa história? Como escrevo este epílogo? Enquanto escrevo estas frases, voltam imagens de *Narradores de Javé*... Águas cobrindo a cidade e o livro que deveria ter sido escrito é apenas um amontoado de folhas em branco... Nosso Programa terá o mesmo fim de Javé? Busco socorro em Bauman (1997, p. 251):

⁵⁵ Dia 25 de julho de 2007.

O dever de visualizar o impacto futuro da ação (empreendida ou não empreendida) significa agir sob a pressão de aguda incerteza. Uma posição moral consiste precisamente em se precaver que essa incerteza não seja nem descartada nem supressa, mas conscientemente abraçada.

Estaria o filósofo a nos ensinar que, como educadores ambientais, nossa responsabilidade e nosso esforço não cessarão nunca? Talvez nossa luta não devesse ter em vista um fim, a vitória da batalha, mas sim os pequenos ganhos que a cada dia podemos contabilizar no saldo das nossas ações.

8.2 Falando do Programa, o que você pode nos contar? – 2ª parte

Nesta segunda parte, que trata das falas dos sujeitos que estiveram envolvidos, apresento, inicialmente, meus interlocutores, lembrando que são nomes que eu lhes atribuí:

- Kaká – estudante do ensino médio, 17 anos, participa do Programa desde o início, como moradora de bairro atendido pela Coleta Seletiva e como escoteira.

- Lauro – administrador, 55 anos, coordenou a implantação da Usina de Triagem, participou do Comitê Gestor desde o início do Programa.

- Vicente – professor universitário participa do Comitê há cerca de dois anos, representando a universidade. (presumidamente 40 anos)

- Quinho – estudante universitário, aluno de Vicente e que está participando do Programa há pouco tempo (presumidamente 20 anos)

- Juliana – professora de ensino médio participa do Programa desde a sua implantação. Coordena as ações educativas do Programa. (presumidamente 38 anos)

- Bruno – engenheiro e integrante da equipe que elaborou o projeto encaminhado ao MMA. Acompanha todas as atividades desde o início. (presumidamente 30 anos)

Fiz análise das entrevistas, mesclando falas, à medida que elas apresentavam conexões ou disjunções⁵⁶, uma vez que todas foram feitas em tempo bastante próximo e a ordem que as articula, para efeito de análise, é a ordem argumentativa e temática. Em alguns momentos reproduzo trechos mais longos, tendo em vista trazer o contexto da fala; em outras passagens trago apenas alguns recortes.

Em toda esta seção procurei fortalecer a fala dos/as entrevistados/as, valendo-me do ponto de vista de interlocutores/as, conforme enfatiza Haraway (1995 *apud* WORTMANN, 2002, p. 74): “Por que é [importante] olhar [para as coisas] através da janela das palavras e das histórias?” Embora a autora estivesse se referindo à pesquisas no campo das ciências biológicas, que tradicionalmente valorizam o conhecimento

⁵⁶ Costa (2002, p. 137) chama de “pontos de fuga” (citando ARFUCH, 2001), “figuras emblemáticas e sua moldura.”

“científico”, serve para explicar o ponto de vista que assumi para explicar o próprio objeto de minha investigação: trilhas de produção de conhecimento numa prática coletiva (COSTA, 2002, p. 14), o que se opõe a uma metodologia cartorial, neutra e asséptica; tem muito mais barulho de telefone, conversas paralelas, cheiro de fumaça, eflúvios do chorume⁵⁷, colorido de sobras recolhidas pelos catadores ou na disposição final no aterro, do que “fatos” recolhidos em relatórios e atas.

A primeira entrevista que trago é a de Bruno, que fala da sua formação profissional: como iniciou sua trajetória no Programa e como foi aos poucos adquirindo os conhecimentos necessários para dar conta das atribuições que lhe seriam exigidas como um técnico na função:

Tenho formação em Engenharia, não específica nesta área do meio ambiente, mas como um todo e comecei a me envolver com este trabalho quando eu iniciei o trabalho aqui na Prefeitura [...] era algo que estava, digamos assim, bem carente de trabalhos, ou seja, a gente tinha um aterro sanitário, porém havia necessidade de incremento na gestão de resíduos...

Durante a entrevista, enquanto ia contando de que forma aconteceu seu envolvimento com o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos, falou também dos cursos que precisou realizar, por causa do trabalho e das suas atribuições, como integrante de equipe técnica de uma secretaria municipal. Destaco que a marca dessa e das demais entrevistas, conforme já mencionei, foi a da liberdade, “a margem de liberdade necessária à produção do discurso”, não de forma anárquica, mas tendo uma seqüência lógica (ZAGO, 2003, p. 303). Nesta seqüência organizada Bruno fala de como se deu a sua trajetória:

Mas daí, diante da necessidade de ter um técnico que começasse a trabalhar com esta questão, comecei a realizar alguns cursos nessas áreas e comecei a me interessar no assunto e dessa forma isso veio a ter um benefício para o município, porque na pós-graduação, nessa área viu-se que havia carência de profissionais dentro do município de Carazinho e também muita dificuldade no que se tratava na gestão de resíduos aqui dentro.

⁵⁷ Líquido de cor negra que se forma a partir da decomposição anaeróbica da matéria orgânica, de formação comum em depósitos ou recipientes que contenham lixo sem ventilação. É extremamente poluente e de forte odor.

A necessidade de buscar conhecimento e o contato com uma nova atividade repercutiu em seus fazeres e afazeres, profissionais e domésticos, provocando uma nova visão de mundo e revisão de conceitos, especialmente no que se refere ao lixo, segundo ele relata:

Significou bastante para mim, porque eu vi e de certa forma me envolvi de tal forma nesse projeto que hoje está sendo desenvolvido aqui em Carazinho [...] e já se passaram 5 anos que eu estou trabalhando nisso e vejo resultados positivos e alguns negativos. Principalmente na questão da gestão de resíduos é bem difícil de trabalhar, mas conseguimos alguns resultados e o trabalho tem sido bastante gratificante para mim. Na questão da gratificação pessoal e também de satisfação profissional minha. Porque a gente vê que todo o aparato técnico que fornece no projeto, ele tem resultado na questão social, já que é o objetivo de todo o projeto. Envolvendo a questão de resíduos e não só a questão ambiental [...], um dos aspectos que tem que ser mais em conta, mas também a questão social das pessoas que trabalham com resíduos de forma irregular.

Neste ponto da fala, é possível perceber que o gestor ambiental passa a incorporar novas identidades e, dentre elas, a de sujeito ecológico, talvez já um educador ambiental, no sentido que é entendido por Carvalho (2001). Os trechos a seguir apresentam passagens que podem ilustrar de que forma e quando isso ocorreu:

Realmente, quando eu iniciei este trabalho existia uma preocupação minha em simplesmente dar uma correção à questão do registro dos resíduos aqui, no município; aqui estava sendo administrado de forma incorreta. Mas com o passar do tempo, o envolvimento foi acontecendo. Eu, no início do trabalho, não fazia a coleta seletiva, não tinha a preocupação de pra onde vai esse material, o que seria feito com ele, ou seja, tinha conhecimento técnico, mas não tinha noção exata e do grande problema que é essa questão pro município e pra comunidade. Depois que tu começa a avaliar o que é que está acontecendo com aquele saquinho de lixo que você coloca lá na frente da sua casa, você começa a viver esse problema: ele sai dali e é coletado por um caminhão e deste caminhão é levado lá para um aterro sanitário.

Estaria Bruno frente a um *momento liminar*, ao qual se refere Carvalho (2002a, p. 113), entendidos como aquelas passagens da vida, excepcionais, ocasionais ou corriqueiras que, em algum momento promovem a transposição de um mundo simbólico

para outro? Neste momento o entrevistado dá mostras que, de alguma forma, seu pensamento passa por uma fase de reorganização – a vista do saquinho de lixo, em frente a alguma casa, provoca nele algumas reações novas, conforme relata:

Quando você começa a se envolver com isso, começa a se dar conta que qualquer material que você colocar numa lixeira (tem esse destino), você fica fazendo avaliações instantâneas: será que esse material tem que ir para esse lugar ou ele pode ir prá outro lugar? Então tu começa a fazer uma classificação dentro da tua cabeça, que lixo não é lixo.

Se considerarmos, mais uma vez, a figura do teatro, que usei recorrentemente, percebe-se que Bruno dá mostras de que assumiu, de alguma forma, um novo papel, internalizando algumas idéias de sujeito ecológico ou, em outras palavras, assumindo uma orientação ecológica em sua vida. Por força de sua profissão que, conforme conta, o fez começar “a se envolver com isso”, Bruno inicia uma nova trajetória, a de educador ambiental, o que segundo Carvalho (2002a), costuma, juntamente com outros eventos como o encontro com a natureza, a reorganização de crenças e ideologias, a reconversão institucional e, neste caso, a busca de novas soluções profissionais, provocar os tais momentos liminares aos quais já me referi. Ele expressa uma “vontade” de que todas as pessoas assumam uma nova consciência frente à questão do lixo, o que é manifestado em sua fala, quando diz:

Então seria muito importante que não só as pessoas que trabalham com isso, como eu, que sou o técnico, mas que toda a comunidade tivesse noção [...] pra que elas fizessem a avaliação assim como eu comecei depois que trabalhei nisso [...] Então eu acho que a gente ia ter certamente uma comunidade muito mais esclarecida [...]. Muitas pessoas não têm esse conhecimento porque o saquinho da casa some... Eles não sabem pra onde é que vai.

Nesta parte da sua fala, o entrevistado revela sua vontade de, através de seu trabalho, mudar o comportamento das pessoas, dando mostras do que Carvalho (2001) diz: a adesão ao ideário ambiental se dava a partir das atividades profissionais que passaram a executar. No caso de Bruno esta atividade foi o de gestor de um programa cujos objetos são, o resíduo sólido e o lixo em geral. Neste caso, a feição de educador

ambiental aparece como uma forma particular desse modo de ser, em que “o ambiental veio como parte de uma opção profissional”

Para o entrevistado, o mito de origem, como “processo de (re)constituição de sentido, isto é, instauração de uma raiz remota da sensibilidade para o ambiental reencontrada e ressignificada *a posteriori*”, e, mais especialmente, o rito de entrada como liminaridade entre um conceito antigo e o novo (CARVALHO, 2002a) se manifesta em trechos da entrevista em que diz que passou a entender que “o lixo não é lixo”, quando faz “avaliação instantânea” do destino que terão os rejeitos derivados da satisfação das suas necessidades de consumo e da consciência que tem do destino de cada resíduo que gera. Para Bruno, o lixo passa a ter um significado novo, que se presentifica no seu cotidiano, invade sua consciência em quaisquer momentos, como diz em seu relato: “depois que tu começa a avaliar o que é que está acontecendo com aquele saquinho de lixo que você coloca lá na frente da sua casa, você começa a viver esse problema”.

Dos outros atores, destaco Quinho, estudante universitário que declara ter tido conhecimento do problema do lixo e da importância de uma nova postura ecológica por parte das pessoas, a partir de sua participação no Programa, como uma atividade de extensão proposta por Vicente, seu professor, que integra o currículo do curso de Administração que ele frequenta. A seguir uma parte do diálogo que mantivemos:

Quinho – A gente começou pelo professor Vicente que autorizou a nossa turma, eu fui convidado dele, e a gente começou a fazer em dois bairros: um foi o bairro Princesa e o outro foi no bairro Glória. A gente fez uma coleta e eu achei o pessoal bem consciente.

Quinho – Passava nas casas e distribuía o material e conversava com o pessoal para ver o que eles estavam achando daquilo; que vai passar uma vez por semana um caminhão diferenciado, que é só para a coleta seletiva. Hoje está dentro de mim, hoje eu divulgo com as pessoas que eu encontro. Era uma coisa que para mim não passava. Mas hoje estudando essa matéria que eu fiz de meio ambiente - Administração e Meio Ambiente. Então hoje estou bem mais conscientizado.

Este trecho da conversa com Quinho, o acadêmico, está de acordo com uma das propostas de Lauro, o gestor e também de Vicente, o professor universitário, a quem ele atribui o seu encaminhamento para uma identidade de sujeito ecológico. Para eles, o estudo da ecologia devia ter um caráter mais disciplinar. Mesmo quando argumento que as Diretrizes Curriculares do MEC prevêm a educação ambiental no currículo das escolas, Lauro acha que deveria estar reforçado na forma de uma disciplina. O trecho da conversa que transcrevi acima é um exemplo que reforça argumento de Lauro e Vicente:

se não fosse o estudo oportunizado pela disciplina, Quinho talvez não tivesse tido a oportunidade de rever seus conceitos a respeito de meio ambiente. Abaixo, trecho da entrevista onde Lauro defende sua proposta:

Lauro - Tem duas soluções, não vou dizer completas, mas em grande parte, é ser matéria escolar nas escolas. Tem que estar no currículo, tanto a educação ambiental quanto a do trânsito.

Nelci – A educação ambiental está no currículo das escolas há muito tempo...

Lauro – Mas não de maneira sistemática...

Nelci – Hoje pelas orientações do MEC, ela não constitui uma disciplina em si, mas é um tema transversal presente em todas as atividades.

Lauro – Mas eu acho que deve estar como disciplina. Valendo nota; é uma maneira de fazer essa conscientização acelerar, a educação ambiental acelerar, da mesma maneira a do trânsito. Só se tivermos pessoas educadas com o trânsito, vamos reduzir esse absurdo de acidentes com morte. Eu sou convicto que a criança é formadora de opinião; dentro de casa, ela vai chamar a atenção do pai se ele jogar uma lata pela janela do carro. Então eu tenho convicção que é por aí o caminho.

Mesmo não sendo uma disciplina do currículo “valendo nota”, como quer Lauro, alguns professores da educação básica adotam esse tipo de premiação, como relata Kaká: “Desde o início da implantação do projeto na escola a Juliana (professora) dava incentivo com pontos para nós [...]em aspectos formativos. É um incentivo”. Ela prossegue dizendo que as pessoas podem pensar “Mas daí tu não está incentivando a consciência ecológica da pessoa. Mas a pessoa depois que recebeu o ponto e pegou aquilo por hábito, não tem como.” Esta posição está de acordo com a idéia de Lauro e de Vicente e, de alguma forma corroborada por Quinho, que aprendeu a ser um sujeito ecológico a partir de atividades avaliativas de uma disciplina do currículo escolar. Um rito de entrada...

A experiência que Bruno, como técnico que tem sob sua responsabilidade uma das dimensões do saneamento básico, a do lixo, revela uma nova realidade que já permeia o cotidiano das cidades do Brasil, desde a década passada: a implantação de programas de coleta seletiva, associados a programas de educação ambiental, cujo objetivo é dar sustentabilidade a esses programas. Jacoby et al. (1998) relatam casos e citam dados de São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Embu/SP, cidades que ainda na década de 90 implantaram programas semelhantes, tendo experiências consolidadas (ou não) de projetos nessa linha. Troleis & Basso (2000), descrevem experiências em Porto Alegre, Alves (2000), em Viamão/RS e Zacarias

(2000), por sua vez, apresenta experiências bem-sucedidas, também na mesma década, em Goianá e Maripá, municípios de Minas Gerais. Aos muitos relatos de técnicos, somam-se documentos produzidos por associações de trabalhadores do lixo, como por exemplo, a Carta de Caxias do Sul, do 1º Congresso Latino-Americano de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, em janeiro de 2003, realizado em Caxias do Sul/RS e do 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, em Brasília, no mês de junho de 2001.

Os casos citados no parágrafo anterior são alguns indicadores de que a reciclagem, da qual a coleta seletiva é eficiente metodologia, avança no Brasil e pode oferecer interessantes alternativas de mudanças dos contornos da organização social, a partir da adoção de novos paradigmas para o desenvolvimento sustentável e para a inclusão social.

Prosseguindo no relato das entrevistas, retomo a de Lauro, agora com destaque para a fala através da qual ele mesmo se descreve:

Nelci - Quem é o (Lauro), qual é a sua formação, como é que entrou nesta atividade; falar mesmo da pessoa [...], da formação que tem, da atividade de hoje.

Lauro – Claro! [...] tenho 55 anos, sou filho de agricultores, meu pai iniciou como comerciante, tirei curso superior incompleto, fiz só dois anos de direito, fui fazer atividades comerciais. Essas atividades relacionadas ao lixo iniciaram no ano de 2000, propriamente. Mas sempre fui uma pessoa muito ligada à ecologia, de proteção ao meio ambiente, e quando foquei o meu trabalho e apareceu em cima do lixo, eu posso dizer - até que é engraçado quando eu digo isso nas palestras, às vezes até em uma conversa informal com as pessoas: “Eu sou apaixonado pelo lixo”.

Neste ponto da conversa, na verdade, o início da nossa segunda entrevista, já que da primeira perdi o registro, ele, o técnico, já se declara “apaixonado” pelo que faz, e mais: quando na seqüência pergunto desde quando ele está na atividade, responde:

No ano 2000 e quando surgiu a oportunidade dele, como prefeito, fazer a usina, ele disse: “Olha [...], tu vais tocar isso para mim!”. A partir daí começou um envolvimento, seria quase como uma paixão que me aprofundou mais ainda, e hoje eu trabalho em uma empresa, que presta serviços à prefeitura, da coleta de lixo à operação do aterro sanitário, da pintura à capina de rua. Então em todas essas partes, eu estou hoje, trabalhando para uma empresa que faz serviços à prefeitura.

Percebo na fala de Lauro, que estes quase oito anos em atividades de gestão em projeto que dizem respeito diretamente ao lixo – inicialmente na “germinação” do Programa (em 2000), quando o novo prefeito o encarrega de “tocar isso para mim” começam a fazer vir à tona o educador ambiental. Evidências? As palestras que declara fazer, os subordinados que constitui seu *staff*, na empresa que presta serviços à prefeitura na área de saneamento básico e com os quais partilha ou deixa transparecer que é um “apaixonado pelo lixo”. A identidade de sujeito ecológico não passa despercebida até pela escolha da atividade laboral: “hoje eu estou trabalhando em uma empresa que faz serviços (na gestão ambiental) à Prefeitura.” Acaso ou escolha?

Outro personagem que trago à cena, neste ponto da história, é a adolescente Kaká, que participa do Programa há bastante tempo (“foi em 2004, não foi? Não lembro... mas acho que foi”) e, conforme seu relato, tudo começou por causa do chamamento feito ao grupo de escoteiros do qual ela participava e que se engajou nas atividades:

Então começamos a trabalhar junto com a Secretaria do Meio Ambiente da cidade, e não era de um negócio político e sim de um negócio ambiental mesmo, até o pessoal falava quando a gente entrou no projeto “Vamos salvar nossas sangas” que nós só íamos limpar a sanga; mostrávamos para o pessoal o que tirava de dentro, mas eles viam aquilo como uma limpeza da sanga. Então eles diziam “Vocês só fazem isso quando é época de política...”

A vinculação do Programa à questão política e, neste caso, conforme o relato, à política partidária, conforme foi vista pelos/as moradores/as, assim como em outras campanhas como a que Kaká relata (“Vamos Salvar Nossas Sangas”), de certo modo, fez surgir uma desconfiança inicial das pessoas contatadas. É comum que as pessoas, especialmente os/as moradores/as da periferia urbana e dos bairros mais pobres, ao serem “ouvidos” acerca de questões que lhe dizem respeito, como o lixo, a sanga, o acesso à água tratada, por exemplo, mostrem descrença com a efetivação de resultados, pois a escuta, muito freqüente em época de campanha política, praticamente cessa depois. Na sua fala, Kaká aponta isto, quando conta o que ouviu das pessoas procuradas: “Vocês só fazem isso quando é época de política...”. Pela relevância política que o Programa tem e pela forma como a política é vista pela população, cabe tecer algumas reflexões sobre o protagonismo, especialmente o juvenil, em ações que são vistas como “políticas”.

O protagonismo dos atores sociais mudou de feição no Brasil e no mundo, nos últimos anos. Segundo Lavallo et al. (2004, p. 3 e 4), mesmo tendo sofrido, a partir de 1990, um efeito de ocultação, a partir de lentes analíticas, os movimentos sociais passaram a assumir uma perspectiva relacional, expressa em redes, de onde podem ser vistos hoje. O aparente declínio dos movimentos sociais (cujo apogeu, seja no início dos anos 60 ou depois, nos anos 80, marcou a mim que vivi aquele período) deve ser entendido mais como uma mudança de foco, ou seja, tivemos a “emergência de novas formas organizativas a conquistarem a centralidade outrora característica dos movimentos sociais”. Assim também, a concepção de política sofreu uma ressignificação, como bem explica Carvalho (2004b), ao analisar o horizonte da ação política contemporânea, aonde o ambiental vem se constituindo em um mecanismo social aglutinador, à medida que os bens ambientais passam a ser entendidos como de grande relevância para sociedade. Para a autora, o fato de que a condução das questões ambientais diz respeito à própria condução do futuro da humanidade, tem servido de arena para embates relativos sobre ao futuro da humanidade, constituindo-se ainda em instrumento capaz de oportunizar às diferentes gerações um *locus* privilegiado para a negociação de projetos de sociedade e todas as formas de engajamento político.

Este é o ponto no qual o ambiental se torna representativo de relações sociais. Mas, para a população em geral, a política não é vista assim. O entendimento de política com base no senso comum compreende a administração dos espaços e dos bens públicos e, por isto, é vista com descrédito, conforme manifesta Kaká, a adolescente, quando comenta as observações feitas pelos moradores, a propósito da divulgação do Programa. A julgar pela submissão cada vez maior dos governantes e dos políticos que freqüentam os noticiários dos meios de comunicação à sedução do dinheiro e deste para a corrupção, suborno e negociatas, o desagrado da jovem ao ser identificada como agente ou porta-voz de políticos, conforme comentário abaixo, é compreensível :

Era época de política. Foi o [...] que nos convidou. Ficou uma coisa chata para nós, até porque estávamos tirando o lixo da sanga para mostrar para os nossos pequenos⁵⁸ e para nossa comunidade, o quanto de lixo vai dentro da sanga.

⁵⁸ Os pequenos, aos quais ela se refere, são os “lobinhos”, categoria, dentro do escotismo, que abrange as crianças que participam do movimento.

A separação entre o social e o ambiental sempre foi uma constante na qual os movimentos sociais não reconheciam o campo ambiental e os ambientalistas não se reconheciam como participantes de um movimento social. Após a Rio-92, este cenário começa a mudar, assumindo-se uma nova perspectiva, diferente da até então vigente de que as questões ambientais eram preocupação da classe média e questões sociais diziam respeito aos pobres. Mesmo assim, tendo-se conquistado, através de uma perspectiva sócio-ambiental, o reconhecimento que os problemas ambientais e os sociais estão intrinsecamente imbricados, ainda persiste, no difuso do pensamento popular, uma perspectiva concorrente. É interessante perceber como isso aflora, em parte, da fala de Kaká, no trecho da entrevista que segue:

Kaká – Nosso trabalho era de conscientização. A gente passava nas casas, batia nas portas das pessoas, nos sábados de manhã e às vezes de tarde, com panfletos explicando tudo sobre a coleta seletiva e conversava com elas a questão ambiental, a questão da coleta, a questão social que envolvia isso.

Nelci – O que você quer dizer com questão social? O que vocês falavam?

Kaká – Mostrando para as pessoas que atrás desta coleta seletiva tem pessoas trabalhando, essas famílias são sustentadas por essa coleta seletiva que eles fazem na usina. Então, a gente tentava mostrar que se a pessoa não se convencer pelo lado ambiental da coleta, mostrávamos o lado social da coleta seletiva.

Nelci – E o que sensibilizava mais? A questão ambiental ou a questão social?

Kaká – Dependia muito. Tem pessoas que dá para entrar na casa e ver aquele jardim bem cuidado, aquela coisa bem “bonitinha”. A pessoa que cuida do ambiente da casa, também quer cuidar do resto do meio ambiente. Então as pessoas se interessavam bastante por essa parte ambiental e conversavam com nós sobre o mundo. Algumas se interessavam mais pelo lado social, pensavam assim “Ah! Mas o que eu quero ajudar as árvores se tem pessoas precisando antes”. São dois pensamentos diferentes, mas que trazem um bem em conjunto.

Quando a jovem relata que a pessoa que tem um “jardim bem cuidado, aquela coisa bonitinha [...] também quer cuidar do resto do meio ambiente [...] se interessavam bastante por essa parte ambiental”, está revelando essa concepção concorrente do ambiente social X ambiente natural. Reforça ainda, quando questionada, se percebia que pessoas mais carentes economicamente eram menos ligadas à questão ambiental e mais às questões sociais, que isto realmente acontecia, ou seja, para muitas pessoas que ela entrevistou, meio ambiente e questão social ainda são campos distintos. Relato semelhante foi feito por Quinho, o estudante universitário, quando em trecho de sua

entrevista, ao vincular o ambiental e o social, mostra isto como uma sua descoberta recente: “Com certeza mudou em várias pessoas, principalmente pelo fato do aquecimento global e do lixo, isso é uma espécie de ‘rolo’; hoje 13 famílias vivem do lixo aqui na usina de reciclagem. Deveria ter mais projetos”.

Durante o relato de Bruno também se percebe preocupação com o aspecto social, tanto quanto (ou em certos momentos, até mais acentuadamente) com a questão ambiental, como por exemplo, quando fala de sua satisfação quando “a gente vê que todo o aparato técnico que [...] fornece no projeto, ele tem resultado na questão social”. Reforça a imbricação social do projeto quando diz que “não só a questão ambiental e ela é, certamente, um dos aspectos que tem que ser mais em conta, mas também a questão social das pessoas que trabalham com resíduos de forma irregular”, aqui se referindo a catadores/catadoras, “carrinheiros” que operam com catação de resíduos nas ruas das cidades, dando conta de uma nova sensibilidade social que aparentemente inexistia, mas que foi sendo tecida durante a sua trajetória profissional. Para a adolescente Kaká, para quem a percepção da conexão entre o social e o ambiental evidencia-se “natural”, há um sentimento de perplexidade com as atitudes de quem não pensa assim:

Daí nós vemos que as pessoas não têm um conhecimento social da parte ambiental. Elas não vêem como outras pessoas são afetadas com o ambiente. E os jovens hoje, deveriam estar cada vez mais conscientizados. Mas às vezes nós sentimos nas pessoas um materialismo muito grande, de não se preocupar com o ambiente, não se preocupar com a vida, com a vida dos outros e só consigo, aquele ego, englobando, e cada vez mais o jovem tem isso também. Está “pegando” isso para si. Não querer se conscientizar não querer mudar seus hábitos, querer continuar do mesmo jeito

Segundo Castelss (2006), a identificação dos movimentos ecologistas com as comunidades pobres e com as minorias étnicas e os grupos discriminados, que só ocorreu nos últimos anos, deve-se, em parte, ao fato de que são exatamente essas parcelas da população as mais expostas aos riscos e ao chamado débito ambiental: contaminação por substâncias tóxicas, riscos à saúde, desvalorização imobiliária, acidentes de trabalho, envenenamentos. Para o autor, dentre os movimentos sociais, o que mais se projetou, nos últimos anos, foi o movimento ecologista, já que a maioria dos problemas ambientais depende, para sua solução, de uma transformação dos modos de produção e consumo, assim como de nossa organização social e vidas particulares. Outro fator para a ascensão dos movimentos ecologistas foi o seu ingresso na política

formal, através do Partido Verde, selando a relação movimento ambiental X política partidária.

Mesmo que a ação coletiva, a política e os discursos que se produzem em nome do movimento ambiental sejam tão diversos, desestabilizando a própria idéia de movimento, é essa mesma diversidade de teorias e de práticas que, articuladas em rede e onipresente, caracterizam-no como uma nova forma de movimento descentralizado, multiforme, de prestígio, graças ao seu poder de adaptar-se às novas condições de comunicação e a sua capacidade de mover-se dentro dos novos paradigmas informacionais, diz Castells (2006). Para o autor, chamar a atenção dos meios de comunicação, ser presença constante nos noticiários, contribui para difusão e credibilidade do fato ambiental. É cada vez maior o “casamento” entre problemas ambientais e veículos de comunicação (às vezes por conta de ações espetaculares como amarrar-se a uma árvore, lançar-se ao mar, bloquear estradas com o corpo), pois imagens de atos inusitados sempre é um “prato cheio” para os meios de comunicação. Também o uso de tecnologias de informação avançadas, como as redes de informação, são armas que os movimentos ambientais lançam mão, com freqüência e de forma competente.

Outro interessante viés do movimento ambiental com a política, diz respeito ao governo, através da regulamentação de atividades que interferem com recursos naturais por meio de uma legislação, que cresce a cada dia e cada vez mais normatiza as relações ser humano X natureza. Como consequência surge pactos e negociações, estes dentro da lógica da produtividade e da economia de mercado, fazendo surgir um novo cenário, o da colaboração dos movimentos ecológicos com as grandes empresas. Desta forma, o movimento ecologista vai se diversificando cada vez mais, do ponto de vista social e temático, passando pelas empresas, transitando pelos movimentos da contracultura, pelas periferias urbanas e pelas câmaras parlamentares. Neste deslocar-se, não fica imune a distorções e manipulações que marcam qualquer movimento social, já que abarca uma diversidade muito grande de causas sociais (CASTELLS, 2006). A fala dos catadores, do próximo capítulo, também traz algumas abordagens a respeito dessa dimensão.

Uma das minhas indagações para Kaká (e para todos os entrevistados/as) foi sobre a forma como se deu o seu envolvimento com o Programa, que ela relata assim:

Kaká – Quando começaram as campanhas do meio ambiente, que não foi desde sempre que teve isso, eu já tinha começado a me interessar. Todo mundo em casa sempre foi muito familiarizado com isso. Quando

a gente entrou nos escoteiros, resolvemos implantar lá também. A gente fazia a nossa separação, vendíamos uma parte da matéria reciclável para conseguirmos fazer uma viagem no final do ano, e depois também ajudávamos o meio ambiente; com isso, então foram implantadas provas sobre o meio ambiente.

Nelci – Provas de escotismo?

Kaká – Sim! Tudo dentro disso. Isso acabou mudando os hábitos em casa. A gente já se preocupava bastante com o meio ambiente, mas não adiantava separar o lixo sem ter para onde enviar. Então depois que começou essa coleta seletiva dentro dos escoteiros, a gente tinha para onde enviar o lixo reciclável, então tínhamos o controle totalmente. E tinha uma parte da matéria que a gente não tinha para onde enviar, aí começou a campanha da coleta seletiva. Com isso nos chamaram para ajudar a trabalhar na conscientização do pessoal.

Nesse ponto da fala, a jovem destaca como a implantação do Programa veio a se constituir num “braço” para as campanhas que já eram praticadas pelos escoteiros, mas que resultavam incompletas, pois “não adiantava separar o lixo, sem ter para onde enviar”. Como professora e trabalhando as questões ambientais vinculadas ao lixo, eu também ouvi, muitas vezes, ao motivar meus alunos para a seleção do lixo, a sua frustração por chegarem no “fim da picada”: o que fazer com o material que se rescaldava do lixo doméstico ou nas campanhas na escola? Convenhamos que, separar em casa ou na escola para ver tudo misturado de novo, ainda no caminhão de coleta de lixo, como acontecia, numa evidência escancarada que nada mais seria retirado daquela massa compacta e caótica de resíduos, era deveras frustrante. Este foi, por longos anos, um paradoxo que produziu muito desencanto e indignação nos professores que se esforçavam para trabalhar com seus alunos questões ambientais relacionadas ao lixo. Era um descrédito que respingava em tudo...

Juliana conta, em trechos da sua fala, como foi a sua conversão de professora de biologia em educadora ambiental:

Eu acredito que a mudança maior, no sentido de meio ambiente, em preservação e cuidados, tenha surgido quando eu fiz especialização. Porque eu me formei, tive filhos e acabei meio que me afastando dessa parte de estudos e quando eu retornei e fiz especialização, aí que começou a me abrir mais pra esse cuidado, essa preocupação e repassar isso pros alunos. Eu tenho trabalhado muito com aluno, e a gente sempre está questionando sobre meio ambiente e eu acredito que tanto os alunos, quanto a população em geral, têm uma consciência da situação do planeta. [...] De uns vinte anos pra cá começou se discutir muito e hoje a gente ouve muito a mídia falar.

Parece que “os vinte anos para cá”, marcam a passagem de Juliana para o campo ambiental. Pode-se conjecturar se o fato de ter escolhido cursar Biologia não teria sido já uma passagem para o campo ambiental, embora, como ela relate, ao se formar, não era essa a sua preocupação e sim a família. Teria sido o curso de especialização a guinada de Juliana rumo ao ambiental? A vontade de “converter” outras pessoas e, no caso de Juliana, os seus alunos, em *sujeitos ecológicos*, também é um traço comum, até agora, entre os demais entrevistados. Para ela, as coisas só mudarão se as pessoas “se tocarem”, o que Carvalho (2002a) explica como sendo “novas sensibilidades”

Juliana - As pessoas ainda não se tocaram, elas não foram tocadas ainda...

Nelci - Você quer dizer emocionalmente...

Juliana – Isso emocionalmente, prá que elas mudem. Porque eu posso chegar e dizer pros alunos que eles devem (mudar). Mas se isso não tocar, não sensibilizar o aluno, o porquê que ele tem que fazer isso, ele vai ouvir o que eu falei, mas não vai praticar, ele não vai ter ação e atitude sobre aquilo que foi falado. Então o que a gente tem procurado trabalhar mais os alunos nessa questão de sensibilizar, de mostrar o quanto a ação dele vai ser importante [...] mudar um pouquinho daquela coisa de você falar que ação ele deve ter, mas é uma ação mecânica, fazer...

Mesmo reconhecendo que a provocação para novas sensibilidades é um importante motivador para mudança de comportamento, para um perfil identitário mais afinado com o meio ambiente, o papel do exercício diário, como o que Kaká relata ter ocorrido na sua escola, também se revelou importante na construção de novos perfis:

A gente teve bastante incentivo da professora Juliana. Desde o início ela falou e este ano veio um dos catadores conversar com nós. Mas desde a implantação do projeto, aqui na escola tinha LEV⁵⁹. Então a Juliana dava incentivo com pontos para nós. O pessoal que trazia freqüentemente coisas para a coleta aqui para o colégio, ela dava pontos em aspectos formativos. É um incentivo. Pode pensar “Mas daí tu não está incentivando a consciência ecológica da pessoa.” Mas a pessoa depois que recebeu o ponto e pegou aquilo por hábito, não tem como.

⁵⁹ LEV – sigla para Local de Entrega Voluntária – grandes recipientes identificados e estrategicamente constituídos em postos de coleta, distribuídos principalmente nas escolas, como parte da campanha de implantação do Programa.

Bruno e Juliana, mesmo tendo atividades profissionais diferentes, têm um ponto em comum: ações dirigidas a crianças e jovens. Para estes entrevistados, a população adulta é mais resistente à mudança de comportamento, conforme o relato abaixo:

Bruno – Como eu te falei antes, a gente tem a dificuldade em mudar os hábitos das pessoas, os adultos em geral; porém estamos sentindo uma facilidade maior com as crianças [...]. Essa questão de ensinamentos a respeito da gestão de resíduos já vem sendo bastante trabalhada nas escolas, as crianças sabem o que é coleta seletiva, sabem o que é resíduo, sabem identificar o que é cada um, pra onde vai e tudo mais, mas o que falta? Falta a ação, ou seja, eles não fazem a ação... A gente nota que os conhecimentos estão bem esclarecidos, porém...

Nelci – Teoricamente todo mundo sabe...

Bruno – Teoricamente todo mundo sabe, porém falta a iniciativa. Então o que a gente tenta não é explicar pra eles o que é coleta seletiva, o que é “lixão”, mas despertar e motivar essas crianças e as escolas principalmente, pra iniciar o trabalho, porque todos eles já sabem, só está faltando é realmente iniciar. E como estamos oferecendo a estrutura aqui no município, pra recolher esse material, na verdade, não está faltando nada. Então é isso que a gente está trabalhando nas escolas nesse momento. A gente fez um trabalho inicial de esclarecimento, mas agora estamos fazendo um trabalho de motivação pra iniciar o trabalho, que é o que a gente quer realmente nas escolas.

Bruno diz que é mais fácil conscientizar as crianças do que os adultos, mas ainda assim, mesmo tendo tomado conhecimento da problemática ambiental (e quem não tomou?), muitas pessoas, independentemente da faixa etária, demonstra uma total insensibilidade. No episódio que Kaká relata fica ilustrado que os caminhos de aproximação (CARVALHO, 2000) das pessoas a uma consciência ambiental não são tão lineares:

Kaká – A gente fez uma pesquisa, uma enquete na rua, e eu me surpreendi com o depoimento de uma menina de minha idade; o que ela me falou foi de “arrastar meu queixo no chão”, eu não imaginava que ainda existia pessoas rudes deste jeito. Realmente eu não consigo entender que tipo de pessoa ela é. Não pode ser uma pessoa normal. Eu pedi: “Você costuma jogar lixo no chão?” Tinha opção: sim, sempre, às vezes, nunca ou não sei. Ela disse “Sim, sempre”. Estava com uma bala, abriu, jogou o papel no chão, e nós estávamos paradas na frente do lixo. Eu realmente não entendo como têm jovens, que desde cedo na escola tiveram educação ambiental ainda têm essa mentalidade. Eu vejo minha avó falando “Meu Deus, eu vi uma mulher da minha idade jogando lixo no chão, achei aquilo o fim. Eu juntei o lixo, bati nas costas dela e disse que aquilo era dela”. Se minha avó faz isso, que não teve essa consciência desde cedo, como a menina...

Nelci – E ela achava isso normal?

Kaká – Normal. Eu vejo que tem bastante gente que diz que joga lixo no chão, às vezes até reclamam bastante por não ter lixeiras nas ruas. Mas

poucas pessoas que jogam o lixo no chão jogam porque querem e não por uma distração; raras pessoas ainda jogavam lixo no chão com consciência.

Ao demonstrar sua inconformidade com a atitude da menina que dizia jogar lixo no chão “sem culpa”, Kaká dá mostras de quanto incorporou em sua vivência diária, procedimentos de cuidado para com o meio ambiente, tanto que considera “anormal” que alguém não tenha a consciência de cuidado para com o ambiente – “Realmente eu não consigo entender que tipo de pessoa que ela é. Não pode ser uma pessoa normal”. A normalização de comportamentos considerados “ecologicamente corretos” é, na verdade, uma construção cultural que vai se processando a partir de vias de acesso e de ritos de entrada, conforme vamos praticando ou sofrendo determinadas ações e persuasões.

Vias de acesso e ritos de entrada são de acordo com Carvalho (2002^a, p.110) “caminhos de aproximação” e que permitem “ultrapassagem de certa fronteira de conversão pessoal ou reconversão profissional, a partir da qual se dá a identificação com um ideário ambiental e a opção por esse campo como espaço de vida e de profissionalização”. Bruno, um dos entrevistados, refere, na sua fala, que inicialmente tinha como preocupação “simplesmente dar uma correção à questão do registro dos resíduos aqui, no município; (que) aqui estava sendo administrado de forma incorreta” e quando diz: “Então de certa forma, todo esse conhecimento foi por uma necessidade, talvez, e depois passou a ser também por interesse, [...] comecei a me envolver com o assunto e aí a gostar cada vez mais”, está identificando a via de acesso pela qual passou a constituir uma identidade de educador ambiental. Não há, no seu depoimento, evidências de um engajamento prévio, com as novas atribuições (de gestor do Programa) passa a ter preocupações com a questão social e manifesta um desejo de que toda a população tivesse consciência das conseqüências da geração de resíduos.

Sem fazer referência a outros eventos que poderiam ter contribuído para a “nova consciência”, “novas sensibilidades”, tem-se a impressão que a via de acesso de Bruno para uma nova narrativa e uma nova identidade foi a responsabilidade advinda das atividades de gestão vinculadas ao meio ambiente, através do Programa, diferentemente de Kaká, que parece já ter nascido em um “berço ecológico”:

Nelci – Para você essa atividade ambiental é bem precoce, ou seja, desde muito jovem, você já se importou com isso? Foi como escoteira ? Ou foi antes ainda?

Kaká – Foi antes ainda; em casa sempre tivemos consciência ambiental bem apurada.

Nelci - Quem era o maior divulgador disso dentro de casa?

Kaká– A mãe, o pai dentro da escola já colocavam essa parte de meio ambiente; sempre convivemos com isso, sempre gostamos de planta e animais, era inevitável que a gente tivesse uma consciência já pré-formada antes de entrarmos pra o escotismo, antes de começarmos com esse trabalho.

Nelci - Uma coisa marcante da tua infância relacionada ao ambiente, que tu possas dizer, “que foi a partir daí que eu comecei a me interessar?”

Kaká – Eu acho que não. Porque tinha amigo nosso que tinha granja, nós pouco íamos lá. Então, quando enxergávamos tudo aquilo de árvores e poder subir nelas... Quando um vizinho nosso cortou uma árvore, nós dizíamos “Nossa aquela árvore era tão bonita, dava para subir nela, dava para fazer uma casinha lá em cima, por que cortaram?”. Sempre vimos o ambiente como parte de nós.

Para Juliana, a professora, a formação pode ter sido a via de acesso para a constituição da identidade ecológica, conforme ilustram algumas passagens de minhas indagações: Quantos anos de profissão você tem e quanto tempo atua no desenvolvimento do programa mesmo? A Juliana hoje é outra? Isso afetou o modo de ser, de ver as coisas, de ver o mundo, de ver as pessoas também? A todos esses questionamentos ela vacila um pouco e conta que já vai completar 20 anos de docência e que na questão específica de meio ambiente “seis ou sete anos que eu tenho trabalhado mais...” Ao falar mais sobre a sua trajetória ambiental ocorre o seguinte diálogo:

Juliana - Eu acredito que eu tenha mudado bastante porque quando eu fiz a minha graduação de biologia - me formei em 87, na época a gente tinha até ecologia, mas não trabalhava muito essa questão, ou talvez os professores passavam muita teoria, mas eu não me lembro de ter tido algum professor, mesmo de ecologia que fosse preocupado com o meio ambiente.

Nelci – Ou será que você também ainda não tinha esse olhar que tem hoje?

Juliana – Também tem esse lado, de repente também eu não tivesse, até pela idade, porque quando a gente faz faculdade é bem jovem, nossas preocupações são outras, e eu acho que quando eu fiz especialização em 99, mais madura, comecei a ver as coisas de outra forma, comecei a ter uma preocupação maior e a me dedicar a isso. Tanto assim que (hoje) a minha parte “bióloga” deixei um pouco de lado, os cursos que faço são voltados ao meio ambiente. Não me interessam mais as coisas da biologia, o que me interessa é meio ambiente. Meu Deus, eu mudei um monte, sabe! Nas minhas atitudes, na minha aula, a maneira de eu conversar com os alunos... Toda semana eu vou a escolas dar palestras, os professores indicam pra outros professores e hoje a minha vida é isso.

São bastante recorrentes neste e em outros pontos da entrevista que ambos ingressaram na “via ambiental” em decorrência da profissão: ele, Bruno, o técnico, por causa da necessidade de conhecer o assunto com o qual se ocuparia – gestão dos resíduos, o que até então desconhecia: “quando eu cheguei aqui na Prefeitura não tinha os conhecimentos a respeito desta questão dos resíduos, tanto que nunca tinha trabalhado com isso”; ela, Juliana, a professora, que mesmo atuando em uma área de muita afinidade com a questão ambiental, a biologia, não tinha sido tocada pelo tema: “até pela idade, porque quando a gente faz faculdade é bem jovem, nossas preocupações são outras”. Não houve, em nenhum momento, qualquer referência aquele ideário infantil, bastante comum neste tipo de reflexão e ambos têm história bastante recente de jornada ambiental, Não mencionam experiências infantis ou juvenis ligadas a questões ambientais. Essas, segundo seus relatos, aparecem somente na vida adulta e bastante vinculadas às atividades profissionais. Para Kaká, o ingresso na via ambiental parece ter sido precoce, mas sem qualquer momento especial ou ritualístico, como relato em páginas anteriores. Para Lauro, o administrador e Vicente, o professor, também não aparecem elementos que pudessem servir de reforço ao “ideário infantil. Lauro inclusive relata uma conduta pouco “ecológica”, no trecho a seguir:

Lauro – Eu sempre comento que a geração do meu pai, que é a geração nascida em 1920, 1930, foi uma geração que usou a natureza, derrubavam pinheiros e matos para abrir lavoura, construção de pontes, na época, vamos dizer, “pseudo” animais perigosos. “Tinha que matar” cobras, tudo tinha que matar.

Nelci – Tudo o que não fosse do lar, era...

Lauro – Exato! Então depois que entrou a minha geração, ficou um meio termo. Eu me lembro que quando eu era rapazote, eu matei uma vez um gavião, muito bonito que existia na época, porque meu pai dizia que comia ovelha. Hoje eu estou sabendo, que a ovelha nasce 300 em um ano. Agora, um animal daqueles não nasce mais. Eu acredito sinceramente que a próxima geração, ou talvez ainda, a segunda, é a que vai solucionar de vez o problema ambiental do mundo.

Destaco da fala de Lauro a declaração na que diz acreditar, “sinceramente” que as mudanças estão nas mãos dos jovens: “eu acredito que a próxima geração, ou talvez ainda, a segunda, é a que vai solucionar de vez o problema ambiental do mundo”. Super poder? (falo dele mais adiante, quando Kaká fala da nossa cultura de super-herói). Ou seria um “lavar as mãos”, delegando às novas gerações o que a nossa não conseguiu fazer? Depositar esperanças no futuro pode ser a expressão natural de otimismo, ou um *rendez-vous* ao presente. Nossa conversa continua no tom de “quem vai resolver os problemas”:

Nelci – Tu achas que essa geração, que você falou agora, vai solucionar de vez o problema ambiental, tua acha que realmente nós vamos chegar a um momento que vamos resolver as questões ambientais de vez?

Lauro – Eu acredito! Eu acho que principalmente nós vamos chegar a um ponto, ou a consciência ecológica vai ser tão grande, e ao mesmo tempo a necessidade também vai ser muito grande, pois o exemplo está na água, eu acho que o encontro das duas, é que vai dar definitivamente a solução. Agora, existe aquele problema da educação, e não a educação ambiental, aquela educação tradicional, que começa dentro de casa, vai para a escola, e depois a pessoa leva para dentro do seu novo lar, esse aí que a gente infelizmente vê que o Brasil está difícil- entra governo sai governo, a gente não vê uma política a longo prazo, que desse uma solução ambiental do lixo propriamente dito.

De novo a cultura do super-herói: nós podemos e só não fazemos porque ainda nos falta consciência ambiental (que as novas gerações vão desenvolver, plenamente) ou porque os governantes são ineptos!

A passagem da interioridade do sujeito para o ambiental, da engenharia, da academia ou da docência para o social-ambiental são, segundo Carvalho (2002a), deslocamentos existenciais, de reinvenção do outro e de recriação de si. Juliana, a professora, por exemplo, dá mostras ainda de certa ambigüidade, que pode ser percebida no diálogo a seguir:

Juliana - Só que tem gente que leva a questão ambiental pra um lado muito, como posso dizer... São exigências demais, que às vezes tornam...

...

Juliana – “Não pode aquele outro”. Então eu procuro trabalhar, que deve ser respeitado o meio ambiente, mas que como na vida da gente, todo dia, tem que ceder um pouquinho; a gente também não pode ser totalmente fanática. Então a gente tem que passar pra eles de uma forma que eles achem aquilo agradável, e não uma coisa assim muito forçada como “aquela erva daninha está ali tem que ficar” Mas se ela está prejudicando, por que a gente não vai tirar? Não é porque ela é uma coisa da natureza que tenha que ficar. Então a gente tem que ir assim, pra não ficar... “Ah, mas essa professora tem uma visão xiita das coisas...”

Talvez o que a entrevistada esteja revelando seja simplesmente a sua estada, indecisa, no meio do caminho, entre o que está estabelecido no mundo consumista de hoje, onde só tem valor o que serve aos propósitos do ser humano: “Não é porque ela é uma coisa da natureza que tenha que ficar”, assumindo assim o *status quo* do pensamento moderno para o qual a natureza é apenas objeto. Por outro lado é possível

perceber o esforço de conquista do aluno para a questão ambiental, tentando não afugentá-lo por causa de uma posição “xiita”, de cobranças exageradas e excessivas limitações de “não pode isso, não pode aquilo, não pode aquele outro”. Ou, talvez ainda, tenhamos um posicionamento contra a corrente naturalística do movimento ambiental. Uma passagem da entrevista com Bruno também revela uma posição conflitante: “você tem conhecimento, mas às vezes a própria estrutura, o comércio em geral, ela dá importância a uma questão que é a embalagem bonita, o que está na contramão da gestão dos resíduos.”

Meus entrevistados, Bruno e Juliana, dão conta de algumas ambigüidades que marcam o gestor e a educadora ambiental X sujeitos consumidores. Neste estar ecológico, se processando com e através das narrativas de suas histórias, podem ser percebidas as trajetórias de constituição de educador/a ambiental, na forma como passam a se comportar em atos corriqueiros do seu dia-a-dia: “Então eu diria assim: pra mim certamente, eu como sou, mudou bastante”, mesmo sentido “dificuldade de executar isso, principalmente quando vou ao mercado.” (Bruno) e “Não me interessam mais as coisas da biologia, o que me interessa é meio ambiente” (Juliana)

Outro foco das entrevistas é sobre hábitos de consumo. Ao ser questionado, Bruno, agora com uma nova percepção da consciência que diz ter presentemente, acerca do impacto ambiental que qualquer tipo de resíduo gera, fala da dificuldade que sente em mudar o seu jeito consumista. Ele considera difícil que ocorram mudanças significativas, pois tudo está organizado para ser consumido da forma como estamos fazendo, embora reconheça que a falta de consciência induz as pessoas a adquirirem mais produtos supérfluos, apenas por conta do apelo da embalagem:

...e eu comecei a fazer essas avaliações porque [...] quando você começa a viver o problema tu começa fazer outro tipo de avaliação, até na mínima compra de um simples material no supermercado. E tu começa a identificar que às vezes consumidores compram materiais simplesmente pela embalagem bonita ou uma embalagem mais colorida e a avaliação minha disso: é um pouco difícil mudar [...] não haveria necessidade de buscar uma embalagem bonitinha, uma embalagem plástica, se tu tivesses a oportunidade de comprar o mesmo produto sem aquela embalagem, [...] e que isso a gente não encontra no mercado [...] se você vai lá comprar a única coisa que você consegue a granel é frutas e verduras [...] sem ter uma embalagem; eu te diria que as pessoas que tem pouco conhecimento a respeito da questão do resíduo, certamente vão comprar qual? O produto mais bonito. Já é comprovado cientificamente que as pessoas não se atraem com o que está dentro da embalagem. Então eu diria assim: pra mim certamente, eu como sou,

mudou bastante, mas senti dificuldade de executar isso, principalmente quando vou ao mercado.

Na passagem em que Bruno diz: “quando você começa a viver o problema tu começa fazer outro tipo de avaliação, até na mínima compra de um simples material no supermercado” parece indicar sua “conversão” de um consumidor alienado, para o consumidor seletivo, a partir e por causa de sua vivência ambiental (“viver o problema”). Passos de um processo de reorientação que Carvalho (2002a, p. 115) chama de via de acesso ao ambiental, são reconstituídos no relato do entrevistado (“a avaliação minha disso: é um pouco difícil mudar”) como momentos liminares, marcados pela ambigüidade, pela suspensão de normas e valores da ordem anterior e ainda sem incorporação plena das normas e dos valores da nova ordem para a qual ocorre a transição. Assim, este estado liminar se situa entre dois mundos simbólicos: o que já foi e o que se configura, ou seja, a caminhada para o ambiental.

Quanto a Kaká, nossa adolescente escoteira, a questão do consumo também não é facilmente administrada. Ela fala do conflito que existe entre a ambientalista e a consumidora:

Kaká – Eu sou extremamente consumista, eu adoro comprar, tenho paixão por comprar. Eu com dinheiro na mão é terrível. Até isso foge dos meus princípios. Eu entro em conflito comigo mesmo. É incrível essa capacidade do ser humano de comprar pelos olhos. Eu vejo isso. Quanto mais cheio de coisa, mais bonito. Poderíamos voltar para a cultura do *clean*, quanto menos coisa, mais bonito fica.

Nelci – Falando um pouco disso, você acha que a gente vai evoluir para esse ponto, ou nós vamos ter que viver com esse nosso jeito consumista? Como você, bem jovem, 16 anos, vê o nosso futuro? Daqui a 10 anos, estaremos comprando menos para poluir menos, ou estaremos comprando diferente?

Kaká – O ser humano tem uma incrível capacidade de adaptação. Ele não vai deixar de ceder o seu conforto para ajudar o meio ambiente. O ser humano tem completa e total capacidade de ter o seu conforto em convívio do meio ambiente.

Percebe-se, neste ponto da fala da jovem, que ela está atravessada por um dilema. Quando diz: “E desde esse consumismo que temos, nós compramos sem parar e pensar em que isto vai afetar”, até poucos minutos depois, afirmar que é extremamente consumista: “eu adoro comprar, tenho paixão por comprar [...]. Até isso foge dos meus princípios. É incrível essa capacidade do ser humano de comprar pelos olhos.” Possivelmente ela ignore, por que foi a ensinada a ver o consumo como resultado de um

mecanismo maquiavélico que quer destruir nossa essência humana, nos reduzido a simples máquinas de comprar, o que Martin-Barbero (*apud* COSTA et al. 2003, p. 51) explica, a propósito de o consumismo não ser apenas reprodução de forças, mas de produção de sentidos, “lugar de uma luta que não se restringe à posse de objetos, pois passa ainda mais decisivamente pelos usos que lhe dão forma social e nos quais se inscrevem demandas e dispositivos de ação provenientes de diversas competências culturais”. Ou ainda, a posição de Canclini, na obra *Consumidores e Cidadãos*: “O consumo serve para pensar “ (COSTA, 2003, p. 51).

Estamos frente a discursos que mostram identidades ecológicas bastante orientadas para o consumismo ou numa mostra do que o autor diz ser a “natureza contraditória das relações de poder que as pessoas travam entre si através das relações com a natureza” e que pode ser a sustentadora da injustiça? Difícil saber... Porto-Gonçalves (2006) argumenta que o que torna a reciclagem do alumínio economicamente viável é a pobreza. Vivemos um ecologismo que ignora a complexidade ambiental e que deveria considerar não só as relações com a natureza, mas as citadas relações de poder que podem ser as sustentadoras da injustiça. “É a insustentável leveza do ser... ecológico”, conclui.

As reflexões suscitadas pelas colocações de Martin-Barbero (ou Canclini) ou Porto-Gonçalves devem servir para termos presente as ambigüidades que cercam o assunto. Não se trata de uma solução metodológica (a reciclagem), nem de opção política (o consumo), mas de diferentes interfaces que regem nossas relações no mundo, com a natureza e com os outros. Assim, o dilema da jovem que impulsionada para o consumo, esbarra num certo “drama de consciência”, por perceber as implicações ambientais desse consumo, é o mesmo que acomete a cada um de nós. “Consumir ou não consumir – eis a questão”, diria um Shakespeare moderno.

Outro ponto a ser destacado nas entrevistas e, para tanto, focalizo a conversa com Kaká que, ao ser questionado sobre as causas de nossa indiferença com os anunciados riscos de continuar a presente agressão ao meio ambiente, assim se manifesta:

Acho que o problema é cultural. A gente tem uma cultura no Brasil que conosco nada acontece. Daria pra dizer que é a “Cultura do Herói”, que comigo nada de mal vai acontecer. Então posso destruir com o meio ambiente, que depois nada vai acontecer comigo. O que eu quero saber de uma árvore? Eu moro dentro de uma casa “quentinha”, eu não tenho

o porquê de querer uma árvore, não faz muita diferença. Mas devemos perceber que isso interfere na nossa vida. É a mesma coisa quando uma pessoa vai e destrói o bem público, é uma falta de consciência e uma cultura de que aquilo não tem nada a ver comigo, com isso eu vou agredir uma pessoa maior. Você está agredindo a si mesmo, depois o governo vai parar de investir naquilo, porque não adianta, porque as pessoas estão destruindo e ainda dizem: “Eu não joga lixo no lixo, por que não tem lixeira na rua”, mas o que você fez com as lixeiras?

Para Bruno que relatou: “Então eu diria assim: pra mim certamente, eu como sou, mudou bastante, mas senti dificuldade de executar isso, principalmente quando vou ao mercado, tentar compreender um pouco mais o que ele quer dizer quando fala dessa sua dificuldade, talvez seja útil valermos-nos da explicação de Habermas sobre processos argumentativos, explicados como sendo “consensos racionalmente construídos, através de interações sociais, mediadas e constituídas pela linguagem” (TAVOLARO, 2005, p. 18), o que, segundo o autor, decorre dos entendimentos dos indivíduos em relação à realidade física, social e subjetiva, que deixam de se amparar em concepções de mundo mágicas, religiosas e/ou tradicionais para passarem a ser fruto de processos argumentativos, consensos racionalmente construídos através de interações sociais mediadas pela linguagem.

Seria a admissão da dificuldade de controlar o impulso consumista, o apelo da compra pela embalagem, uma migração de concepção no sentido que o autor coloca? Em muitas passagens o entrevistado parece se debater entre o apelo consumista – forte - e a nova consciência ambiental, que cresce e parece ser tão robusta quanto aquele. De igual forma, a professora entrevistada também busca na mediação da linguagem justificar a uma posição mais tolerante em relação ao uso da natureza pelo ser humano. Para a jovem estudante, ficou evidenciado o drama de consciência.

Volto, mais uma vez, à fala de Bruno, meu primeiro entrevistado: quando o provoquei sobre a inutilidade da reciclagem e da própria coleta seletiva para mudar o quadro ambiental (eu argumento que a coleta alimenta o círculo consumista, ao fazer acreditar que esse procedimento pode ser solução para alguns problemas ambientais), a exemplo dos questionamentos de Viégas (2005, p. 79) sobre o “pano de fundo” que alicerça práticas ambientais e da necessidade de “exercitar o esforço da ruptura com a armadilha paradigmática”, referindo-se a ações como a coleta de latas de alumínio para a reciclagem. Levanto questões como: por que o Brasil é um dos países que mais recicla alumínio no mundo? Por que as empresas que recebem as latas de alumínio não se

preocupam com canudo de plástico que as acompanha e, invariavelmente, fica deixado no chão por quem coletou a lata? Bruno argumenta que

Por ter se gerado esse novo meio de comércio que é a venda de material reciclado, é natural que comece a... Talvez há alguns anos atrás não existia essa estratificação que nem você falou. E conforme o passar dos anos a gente vai notando que fica mais evidente ainda, por que surgiu um novo comércio, que é a venda de recicláveis. [...] Existem os catadores, existem as usinas de triagem, existem os atravessadores que revendem para a indústria, e ela novamente beneficia o material e retorna para o comércio. Está bem identificada a questão da separação do comércio (informal e marginal) e da indústria [...]: gerou uma nova forma de lucro e a questão social está muito vinculada à gestão de resíduos, porque as pessoas que hoje estão na informalidade, de alguma forma elas têm que sobreviver, trazer o leite, o pão e carne pra dentro de casa. E a maneira que elas têm encontrado é nesse novo mercado, trabalhando na retirada daquele material que não é reaproveitado pela sociedade. É um trabalho totalmente digno como qualquer outro. Claro, como você disse, é um trabalho realmente árduo e acaba ficando pras pessoas que realmente não tem qualificação, que estão à mercê do mercado, ou seja, o mercado excluiu de todas as outras atividades e ela está procurando alternativa e a alternativa está sendo recolher o material.

Das provocações feitas aos entrevistados em relação a um dos pontos que a mim parecia ser emblemático, ou seja, a vinculação entre reciclagem e modelo consumista, tanto Bruno quanto Juliana, naquela primeira etapa, parecem ter assumido uma posição de conformidade (ou conformista), a julgar pelo que acreditam ser os mecanismos e condições que levam à reciclagem. Na fala de Bruno isto é ilustrado no trecho a seguir:

Todo esse contexto, de venda e esse processo eu diria que até um ciclo de um novo comércio, ele é inevitável, ou seja, acaba repetindo a estrutura gerada do produto que não é o material reciclável, como o alumínio, que foi extraído da natureza, foi beneficiado, foi pra indústria, gerou a latinha, a latinha foi pro comércio e o comércio vendeu para o consumidor. (Isso) gerou um comércio paralelo que pegar essa latinha, revender pra indústria, a indústria gerar uma nova lata e ela retornar pro comércio. É um comércio que corre bem paralelo à questão das matérias – primas, isso não só pra latinha, mas pra qualquer outro material e que, como eu te disse, gerou um novo ciclo de trabalho. A questão social é evidente, porque como essas pessoas estão à mercê do mercado, estão fora do mercado, muitas delas têm sobrevivido da venda desses materiais. Nós temos exemplos aqui. É a maneira que elas encontraram de sobreviver. De certa forma a dificuldade encontrada no mercado tradicional excluiu, então elas estão buscando as suas alternativas.

Se a indústria precisa material, é melhor que seja o reciclado, parece ser a lógica da argumentação de Bruno, ao falar “de um novo comércio, ele é inevitável”, o que não abre nenhuma brecha para mudança em relação aos paradigmas com os quais organizamos nossa forma de viver em sociedade, nosso jeito de consumir e de encarar, com a naturalidade que é a marca do modo capitalista de produção, a estratificação social (à qual Bruno se refere em parágrafos anteriores e que reforça acima, quando afirma: “É a maneira que elas encontraram de sobreviver”). Suas afirmações dão conta de uma espécie de conformismo que parece indicar que as coisas devem ser do jeito que são e a remediação, oportunizada pela coleta seletiva e a conseqüente reciclagem de materiais, é uma alternativa viável ao nosso *modus vivendis*, podendo ser, inclusive, solução para os problemas ambientais gerados pelo lixo. Como o objetivo da pesquisa não é fazer esta discussão, ou seja, a da reciclagem em si, como alternativa à degradação ambiental, deixo de tecer maiores comentários quanto a essa abordagem, limitando-a a sua possibilidade de ser ilustrativa da forma como o entrevistado foi e está sendo por ela tensionado e em que medida ela o empurra em direção a uma consciência de ambiente natural e de ambiente social, mas que prioriza o primeiro:

Olha Nelci, a grande mudança que ocorreu depois que eu comecei a trabalhar com isso, realmente é essa avaliação que hoje a gente faz de o quanto o resíduo que não está sendo reaproveitado (pela pessoa que joga no lixo simplesmente) pode ser reaproveitado por outra pessoa. Então só esse valor de fazer essa avaliação, acho que já é uma grande mudança de hábito. Por que não fazer essa avaliação, ou seja, você saber que todos esses materiais que você está jogando fora em sua casa podem ter um grande valor para uma outra família? Muitas pessoas não têm essa avaliação - eu acho que já é uma grande mudança de valores.

No caso de Kaká, a estudante, a idéia de reciclagem parece ter um poder ainda maior de “remediação” (ou biorremediação, para usar um termo técnico de saneamento básico, que significa correção, emenda), pois acredita que o problema ambiental gerado pelos resíduos sólidos pode ser solucionado pela reciclagem:

Kaká – Eu lembro o exemplo do perfume, que vem dentro do vidro, dentro de uma caixa, que vem dentro de uma outra “caixinha”, que vai embrulhar para presente, vem dentro de outro plástico, outro plástico em cima, mais a sacola de entrega.

Nelci – Às vezes 30 gramas de fragrância e 200 gramas de embalagem...

Kaká - Tu pode muito bem comprar bastante, continuar comprando a mesma coisa que tu compra, sem poluir tanto. Tanta coisa (pode ser feita); faz projetos..A Natura faz um projeto incrível, além da embalagem normal, também oferece o refil. Se todos os produtos viessem com refil, estava ótimo. Embalagem mais simples, biodegradável, não polui tanto quanto uma embalagem enorme com plástico firme, tampa enorme. É muita coisa.

Nelci – Falando essa questão que o ser humano não vai deixar de consumir e se ele cuidar não vai poluir, mas e a questão do esgotamento dos recursos naturais?

Kaká – Bom aí entra a reciclagem. Tudo o que temos agora pode ser reciclado. Chegamos a um nível de produção que não precisamos mais de petróleo para fazer plástico. Temos suficiente para fazer a mesma quantidade, não tem motivo para não ter plástico.

Nelci – Pra você essa cadeia do produto e da matéria-prima através da reciclagem, dentro da tecnologia, ela é perfeita, ela é viável e a gente vai caminhar para isso, em sua opinião?

Kaká – Sim! Eu acho que a humanidade deve caminhar para isso. Nem que seja da forma mais drástica. Depois que levamos o “baque”, não vai ter como nós sobrevivermos, o petróleo vai acabar, nós vamos acabar com esse monte de petróleo. [...] mas nós temos plástico suficiente para fazer mais plástico; tem jeito de com o papel que existe fazer mais papel; não precisamos encher matas de eucalipto, destruir o solo se temos papel suficiente...

Não há como deixar de perceber, na forma como a jovem coloca a “solução” para o problema do esgotamento dos recursos naturais de uma forma bastante simplista e, talvez, um pouco ingênua, um olhar de poder, a mesma cultura do “super-herói”⁶⁰ que havia criticado anteriormente, representada pela tecnologia da reciclagem: “Bom aí entra a reciclagem. Tudo o que temos agora pode ser reciclado” Teria sido a educação ambiental, da forma como até hoje ela vivenciou, com um olhar muito focado na questão da reciclagem (afinal, para ela e seu grupo, a reciclagem sempre esteve no centro das decisões: coletar material reciclável e vender, para com o recurso obtido, fazer viagem, como escoteira; divulgar o programa, junto à comunidade, quando da sua implantação; conviver com o LEV na escola e conseguindo, através dele, “bônus” para a avaliação escolar) o balizador do seu perfil identitário? Kaká (e provavelmente todo o seu grupo) evidencia uma postura de super-herói quando o assunto é consumo: “aí entra a reciclagem. Tudo o que temos agora pode ser reciclado”.

Prosseguindo em sua fala, Lauro demonstra convicção no valor e no poder da

⁶⁰ A expressão “super-herói” foi usada para explicar a crença que temos poder suficiente para resolver os problemas que criamos ou com os quais nos deparamos.

reciclagem. Ele argumenta que ela se constitui na solução para o problema do lixo:

Eu acho que é uma das grandes soluções que existe para o destino final do lixo é a reciclagem. Nós tínhamos que até falar mais sobre isso, porque dizem que 30, 40% do lixo é reciclável. Com a experiência que temos já em Carazinho, achamos que vai ficar em torno de 10, 12%, talvez muito bem trabalhado, 15%. Isso aí é um número fantástico, por que é uma cidade de 60 mil habitantes, nós produzimos em torno de 40 toneladas de lixo por dia. Quer dizer, 40 mil quilos de lixo por dia. As pessoas da classe “A” e a “B” produzem 1 quilo por dia; as pessoas mais pobres, as classes “C” e “D” produzem menos.

O entrevistado, a exemplo do que acontece com os demais, acredita que a reciclagem é a solução, conforme destaque no excerto acima e em outro momento, quando declara: “tem que ser um trabalho para daqui uns 20, 30 anos, quando vai passar de uma geração para outra. Não adianta acharmos que isso em 2, 3 anos vai estar tudo resolvido, de maneira nenhuma.” Continua, dizendo que acredita ser um trabalho a longo prazo, mas que “tem que iniciar, porque eu na vejo outra solução. Da mesma maneira a reciclagem, que eu acho que é uma das grandes soluções que existe para o destino final do lixo” . Mesmo conhecendo toda uma argumentação a favor de medidas mais abrangentes (a exemplo dos 3Rs e mesmo dos 4Rs) que os entrevistados conhecem e alguns até citam, a reciclagem aparece como a grande solução. Para Porto-Gonçalves (2006, p 252) o problema da reciclagem como solução para o consumo, e, conseqüentemente, para a questão do lixo é um equívoco, pois:

Tentar recompor a matéria desagregada implica um consumo produtivo de energia praticamente impossível de se realizado. É o caso da energia necessária para recolher latinhas de cerveja dispersas geograficamente pelos consumidores. É um lixo de luxo que interessa cada vez mais ao mercado. O ganho do recolhimento de latinhas é que com ele se poupa energia, quando comparada à energia gasta para transformar bauxita em alumínio. O Brasil é recordista da reciclagem de alumínio. Na sociedade capitalista tudo deve ser reduzido a dinheiro, o que também ocorre na cadeia socioprodutiva das latinhas. Tudo leva a crer que se não fossem os catadores pobres, dificilmente as indústrias de reciclagem de latinhas teriam condições de pagar pela matéria recolhida. Os ganhos de cada segmento social implicados na cadeia socioprodutiva da reciclagem das latinhas re-produzem a desigual distribuição de renda da sociedade brasileira: o estado fica com 11% em impostos; os empresários ficam com 66%, os catadores com 13% e os sucateiros com 10%.

As possibilidades que levantei podem ser resultado de uma política de reciclagem, em detrimento de uma política dos 3Rs. Na primeira, predomina a crença de que o mais importante é recuperar. Muitos educadores, entre eles, Zacarias (2000), Layrargues (2005) e Sato et al.(2005) ressaltam a importância da Pedagogia dos 3 Rs, onde reciclar é apenas uma das dimensões, a última, devendo ser precedida pela redução e pelo reaproveitamento. A excessiva ênfase na reciclagem pode ter sido um dos efeitos não previstos ou mal dimensionados do Programa, influenciando na formação de sujeitos ecológicos com olhares equivocados sobre a questão. A EA capaz de contribuir na formação de um sujeito ecológico precisa ser sempre escandida e os princípios éticos que a balizam devem ser permanentemente retomados, pois sempre haverá dilemas a resolver e a solução destes, parte dos princípios éticos que regem a vida em sociedade (MOTA,2001).

Das muitas polêmicas que as questões ligadas ao lixo suscitam está o das embalagens. Para Porto-Gonçalves, (2006, p. 197)

O aumento do lixo urbano está representado pelo aumento do número de embalagens – embala o produto, embala o sonho do consumidor. Vemo-nos diante de contradições socioambientais embaladas pela mídia, numa sociedade produtivista-consumista ancorada em um individualismo narcisista.

Se, por um lado, as embalagens “embalam sonhos de consumo”, conforme o autor há em relação a elas, a mesma questão que foi evocada em relação ao sentido do consumo. Para os designers a embalagem é hoje um importante componente da atividade econômica dos países industrializados, em que “o consumo deste item é utilizado como um dos parâmetros para aferir o nível de atividade da economia.” (MESTRINER, 2002, p. 3). No entanto, em se tratando das conhecidas sacolas de plástico, usadas em profusão nas lojas e mercados, muitas pessoas as consideram vilãs ambientais. Kaká, ao contar sobre reportagem que assistiu e que tratava do assunto, posicionou-se assim:

Hoje mesmo passou uma reportagem na RBS que as pessoas estão levando sacolas de pano para o mercado, daí eu disse para minha mãe “Já estou pensando em fazer isso”. Quando eu for fazer o mercado, eu

penso em levar uma sacola de pano para não levar uma sacola de plástico.

Lauro considera inevitável o uso da sacola. Substituí-la significaria apenas trocar a sacola pelo saco de lixo, feito do mesmo material. Para ele, bastaria ser mais racional no uso, pois “não tem como não usar”. Aponta como solução o emprego de plástico biodegradável. De novo, a solução para o problema criado pela tecnologia deve vir da própria tecnologia, como acredita:

Aí nós entramos em um ponto muito interessante. Vamos assim dizer, que não seria uma educação, seria uma cultura. Adquirimos uma cultura de ensacar em saco plástico o lixo, que vai ser muito difícil mudar. Então, mesmo que a pessoa leve a sacola de pano de casa, ela vai comprar o saco de lixo de plástico, para embalar seu lixo em casa. O resultado vai ser praticamente o mesmo. O benefício que tu está fazendo por um lado, tu estás prejudicando o ambiente do outro. Então esse da embalagem de pano, ou recolher o lixo da lata, eu acho que se torna inoperante. Eu acho que a solução é esse plástico biodegradável.

O que Lauro quer dizer com uma “cultura”, reflete a construção de uma identidade de consumidor que, mesmo se dizendo uma pessoa ecológica, não deixa de assumir uma feição afinada com os tempos que vivemos. Nossas práticas constroem nossa identidade ou é nossa identidade que nos leva às práticas que temos? Ou ambas são interdependentes, no sentido que a alteração de uma leva, necessariamente alteração da outra? Quinho, o estudante universitário, tem no seu depoimento uma observação a ser avaliada com estes olhares. Para ele, novas práticas, ecologicamente corretas, estão sendo culturalmente incorporadas pelas pessoas, como relata ao falar de suas condutas:

Quinho – Por exemplo, andando de carro, jogava uma coisa fora do vidro e hoje eu não faço isso, principalmente com a água também, chuveiro ligado, torneira ligada. Com essa matéria que eu fiz hoje (Administração e Meio Ambiente) eu me sinto bem mais conscientizado.

Nelci – Você acha que incorporou essas atitudes no seu dia a dia?

Quinho – Certamente; aqui na empresa separamos todo (o lixo).

Discutir a questão ambiental a partir da abordagem oportunizada pelo lixo e, neste caso, de um programa de coleta seletiva, com vieses técnicos, sociais e ambientais é, possivelmente, uma tarefa interminável pela complexidade de que se reveste. Por isto, não tive e não poderia ter a pretensão de abordar o tema da coleta seletiva com a análise de todas as suas variáveis e muito menos esgotar o assunto. A complexidade do tema, não bastasse a conferida pelo aspecto ambiental, ganha outros e ainda mais complexos contornos ao ser considerado em seus aspectos sociais.

A relação educação ambiental X questão social que o Programa suscita é um desafio a ser assumido pelas pessoas e, como tal, capaz de provocar alterações no comportamento dos envolvidos, especialmente através do reconhecimento da existência do catador e da importância do seu fazer na preservação ambiental, o respeito ao seu espaço e a facilitação ao seu trabalho. Sobre esta questão, ocupo-me mais detidamente na próxima seção. Na fala de Juliana esta relação é evidenciada:

O que há maior dificuldade é as pessoas fazerem a separação. Tu passa nas casas, explica o que tem que ser feito e vê assim que em uma rua que dez moradores, dois fazem a separação e os outros, mesmo estando informados, mesmo sabendo que a gente procura sempre trabalhar a questão ambiental e a questão social; apesar que as pessoas, se sensibilizam mais pela questão social do que pela questão ambiental. Se fosse só pela questão ambiental, talvez menos pessoas ainda fizessem. Por isso a gente trabalha mais a questão social, explica dos catadores, que estão lá, que sobrevivem com a venda desse material. Então as pessoas se sensibilizam mais. "Ah então é pra isso, é pra eles...". A gente mostra que a prefeitura não ganha nada, que tudo é destinado pra eles, então as pessoas começam a fazer a separação em função disso.

Para Bruno a questão de mudança de atitude das pessoas é a grande dificuldade, pois implica em mudança de comportamento

O quanto é difícil fazer. A gente trabalha com isso, eu já estou trabalhando há cinco anos, porém eu vejo que mesmo a gente trabalhando forte com as escolas, com as pessoas, é muito difícil fazer as pessoas entenderem essa mudança, que eles façam essa avaliação entendeu? Parece que estão acostumadas a um tipo de rotina de maneira de viver, e tu fazer essa mudança nos hábitos e nos costumes delas, na questão cultural é muito difícil. E isso não só pras (outras) pessoas, mas também dentro da gente mesmo. É muito mais difícil fazer uma mudança de hábito em uma pessoa adulta, com a sua educação e

sua cultura já formalizada, do que você pegar uma pessoa que não tem isso já concebido, no caso uma criança. Isso, em algum momento do meu trabalho “meio” que me desmotivou, porque a gente remotiva, retrabalha, conversa com as pessoas, mas a dificuldade em mudar hábito com a gestão de resíduos de certa forma é desmotivador. *Então eu acho que o principal aspecto dessa mudança de valores é realmente nessa avaliação que você faz principalmente você como pessoa na hora de você olhar uma pessoa catando, você olhar um material na rua mesmo.* (grifo meu).

Bruno passou a “enxergar” os catadores com outro olhar, a tal ponto que isto o fez “remotivar”, mesmo quando as dificuldades de percurso quase puseram o trabalho a perder. A propósito disto, vale refletir sobre o que Sato & Passos (2006, p. 26) afirmam ser o sentido relacional da experiência humana: “Os seres humanos não têm sua origem suficiente e casual em si mesmos”, pois são os outros que nos constituem, julgam e interditam a possibilidade de constituição autoproductiva de suficiência num ato solitário; o outro “é portador de um mistério e exige interpretação porque não permite a repetição mecânica de um modelo”.

Enquanto programas de coleta seletiva de resíduos urbanos significarem apenas alternativas de resgate de materiais, sem ruptura com o modelo predatório que a Modernidade instituiu para as relações sociais, as de trabalho, com a Natureza, com o passado e tantas outras, não poderemos pensar, com confiança, num futuro favorável ao desenvolvimento humano. Talvez tenhamos que repensar, primeiramente, nosso modelo de desenvolvimento, com base em novos paradigmas. Pouco conhecemos do nosso passado, não conseguimos enxergar o presente e, com razão, devemos temer o futuro. Segundo Darci Ribeiro (2000), na obra *Processo Civilizatório*, o desenvolvimento humano ainda está insuficientemente estudado e, pior, tem sido definido do ponto de vista do ser humano branco, ocidental, europeu e norte-americano, que considera o seu grupo étnico como sendo o principal, desconhecendo os pontos de vista dos orientais, dos indígenas, dos terceiro-mundistas, atribuindo-se como modelo sociocultural ideal, para o qual deveriam convergir todos os povos. (EHRHARDT, 2005, p. 18).

Destaco também, mais uma vez, que este capítulo apresentou o modo de pensar e de sentir, exteriorizado através das falas, de homens e mulheres que participaram/ participam, em maior ou menor escala, no todo ou em parte, da implantação e consolidação de um programa de coleta seletiva de lixo (ou, oficialmente, de resíduos sólidos!). Falaram sobre o lixo, mas não a partir do lixo.

A seção que se segue traz a visão de outras pessoas, aquelas para quem o lixo não é retórica, mas a lida: buscam, catam, transportam, separam, enfardam, estocam, vendem, descartam e avaliam o lixo. São os catadores – catadores de sonhos, como eufemisticamente passamos a chamá-los. Talvez não tenha tanto sonho assim no dia-a-dia de quem cata lixo, embora esperança e resignação pareçam caminhar de braços dados na vida de quem vive das sobras.

8.3 Catadores e carrinheiros, quantos cilindros e quantos hps têm o seu carro? – 3ª parte e o final da história

*“Cata aqui, cata acolá
Sobe rua, dobra esquina
Lá vai o papeleiro,
Carreteando sua sina...”*

*Cata aqui, cata acolá,
Caixa inteira, caixa vazia,
Lá vai o papeleiro
Catando sonho e fantasia!...”*

(Da música Carretas de Papel, classificada na 15ª Seara da Canção Gaúcha, em Carazinho, outubro de 2004.)

Quando de uma das muitas visitas de alunos à D’Arte Galeria, em Carazinho, a propósito de atividades pedagógicas, com o objetivo de releitura da obra “Catadores de Sonhos”, já referida em capítulo anterior, uma aluna fez a seguinte observação: “Eles são pessoas que aparentemente nos atrapalham no trânsito” o que expressa o pensamento de muitos condutores de automóveis que circulam pelas cidades. Os carrinheiros, como nós os chamamos em nossa cidade, estão por toda parte e concentram-se nas principais avenidas, pois é lá que encontram o que buscam: lixo de primeira. Seu carrinho, da envergadura de um automóvel, é movido pela força de seus braços e a potência de suas pernas. Quantos HPs de potência? Provavelmente variem, tendo que crescer à medida que cresce o produto da coleta que se acumula para mais de metro, acima da própria caixa de transporte, um recipiente retangular, em geral de 2m X 2m X 1,5m, assentado sobre um *chassi* improvisado, acoplado a rodas de bicicleta ou de moto e dotado de dois braços de metal, que são o ponto de aplicação da força para mover o conjunto.

O volume transportado nos carrinhos vai de 6.000 a 10.000 l e o peso varia muito em função do material coletado. Segundo Antônio, uma das carrinheiras que entrevistei, ela já transportou mais de 300 kg, mas a média é de 100 kg. O percurso é longo – de 10 a 30 quilômetros e a jornada de trabalho é bem variável: depende do garimpo, mas, em geral, é de 6 horas na rua, além do tempo destinado para classificar o material coletado. Como qualquer condutor de veículo, os carrinheiros envolvem-se em acidentes. Uma de minhas entrevistadas foi atropelada quando fazia coleta na rua e do acidente resultou, como seqüela, a perda do baço.

O propósito de iniciar este capítulo falando dos carrinhos é porque eles são a marca visual dos catadores. Apesar de vermos homens, mulheres e crianças carregando material em bicicletas, carrinho de mão, nas costas, em sacos, em carrinhos de bebê, em carroças, em caminhonetes, o mais comum é o carrinho que vai empurrado pelo/a carrinheiro/a, conforme descrevi. Esse conjunto, pessoa/carrinho, é o representado nas imagens dos “Catadores de Sonhos” – homens, mulheres e crianças na faina da rua, entre trânsito e transeuntes. Não se vê rosto (oculto pela sombra do boné e pela cabeça abaixada), não se tem idéia do porte (geralmente inclinado, no esforço de mover a carga), é difícil saber se é homem ou se é mulher, se é jovem ou se é idoso. Quase sempre um conjunto intermediário entre o pedestre e o motorista, não tem lugar na calçada, não tem lugar na via de rolagem, mas que invade o espaço urbano, desafiando a arrogância dos motoristas e a indiferença dos pedestres.

Este capítulo, não por acaso, está no final do estudo. São alguns dos motivos:

- foi a parte mais difícil de executar, por conta da dificuldade de contatar com as pessoas que desejava entrevistar, pela necessidade de me deslocar ao Aterro Sanitário, onde os/as catadores/as trabalham, distante vários quilômetros da cidade e quase inacessível em dias de chuva e depois deles, bem como a exigüidade de horários para a tarefa, a ser realizada no período diurno;

- tive intenção de colocar em destaque as entrevistas com os/as profissionais do lixo, ou seja, uma espécie de culminância do trabalho, já que os anteriores apenas falam *sobre* o lixo e estes/estas falam a partir *do* lixo, isto é, falam desde a perspectiva de quem trabalha diretamente com a coleta de lixo e de quem tem no lixo sua fonte de material comercializável, a matéria-prima para sua sobrevivência;

- havia uma expectativa de minha parte de que a abordagem com os trabalhadores/as do lixo faria a pesquisa ascender a um nível que não aconteceria com os/as demais entrevistados/as.

- foi preciso uma mudança radical de cenário e abordagem, mudando a lógica da entrevista que vinha adotando: não sou catadora, sou uma estranha a invadir o pátio da sua casa, o galpão onde trabalham, porque não boto a “mão na massa”.

Senti-me diferente frente a ele/elas, mesmo que a conversa tivesse tido um tom coloquial e bastante amistoso. Lixo, para mim, é o que descarto. Para ele/elas, serve para comprar comida, pagar a luz. Sem falar do rescaldo de adornos, utilidades domésticas e tantos outros achados que são, minimamente falando, improváveis para

mim. No caso dos demais entrevistados era fácil assumir, como entrevistadora, um “lugar” junto com os técnicos, com o/a professor/a e com o/a aluno/a

Chego agora ao ponto em que falo com ele e dele, com elas e delas. Meus personagens – vou chamá-los de Antônia, Pedro e Patrícia, são catadores profissionais: a primeira trabalha na rua e os outros dois na Usina de Reciclagem, como membros da Associação Catadores de Sonhos de Carazinho. Ao introduzir as entrevistas, faço uma descrição mais detalhada das atividades que desempenham, considerando que são atividades estranhas ao dia-a-dia das pessoas que vão ler este trabalho e, por isto, importante explicar melhor quem são meus interlocutores, antes de apresentar as nossas falas.

Conheci Antônia no início das atividades do Programa, em 2002. Ela liderava o grupo de catadores e foi uma das responsáveis pela formação da Associação (“eu era vice-presidente”, declarou), responsável pela coleta seletiva na Usina de Reciclagem. Foi a primeira a freqüentar o espaço da D’Arte Galeria e, como gostou do que viu e se sentiu valorizada, trouxe os companheiros. Segundo a funcionária da Galeria, que acompanhou desde o início a produção da série “Catadores de Sonhos” (a partir das fotos que serviram de modelo para as telas), graças à Antônia os demais catadores também se aproximaram, passando a se reconhecer nas telas que retratavam cenas de seu cotidiano. E foi falando sobre a Associação que começamos a nossa conversa, conforme o trecho da entrevista que destaquei:

Antônia – Quando foi feito esse programa para a gente entrar na usina de reciclagem, foi como uma associação, daí todo mundo queria dar um nome, eu digo: “Olha, a mulher tinha pintado o quadro da gente, então vou falar para a mulher.”, se ela me der ordem, vamos colocar “Catadores de Sonhos”, fica muito mais bonito, agradável, eu acho bonito. Todo mundo aceitou, a gente botou. Eu era a vice-presidente da associação. Então eu pedia para as pessoas materiais para um, materiais para outro, sempre aceitava os colégios lá.

Nelci – Eu estava na escola, lembra? De lá que a gente se conhecia.

Antônia – Sim, a gente tem foto, né?

O gênio forte de Antônia, no entanto, lhe trouxe algumas dificuldades na Usina. Alguns episódios estão registrados no portfólio do Programa e ela mesma, segundo me contou, decidiu sair da Associação, pois “não estava mais dando certo”. Perguntei sobre uma coisa boa e uma coisa triste, no Programa, e ela manifestou seu desagrado pela forma como as coisas foram encaminhadas e como isto culminou no seu afastamento do Programa e o retorno para o trabalho de catação na rua:

Antônia – Bonita foi quando fizeram essa associação. Eu fiquei muito feliz, eu ainda disse para o meu marido: “Agora eu vou sair da rua, do serviço de rua trabalhando é sofrido”. A gente carrega peso, a gente sofre, não é um trabalho que a gente só passa um paninho e deixa para trás. Foi tudo bem no começo, foi tudo “as mil maravilhas”. Mas depois começou a ficar ruim, e eu fiquei muito triste. [...] Não teve o que eu não fiz para manter aquilo firme. Lá é uma mina de ouro, se souber trabalhar. E outra, se aquilo foi feito para os catadores... Não são catadores que estão lá. Não tem nenhum catador lá. E batalhei muito e foi falado que era para tirar os catadores da rua. Só que não saiu ninguém da rua. A única que tinha saído era eu. E o resto era eles que botavam, a gente não podia falar nada, quem manda ser “molóide”. Então não é uma associação, como é que vai ser uma associação? Uma associação que eu saiba é nós, o nosso grupo. Mas nenhum é catador daí. Nunca foram catadores.

Nelci – Mas no começo vocês aceitaram eles como grupo?

Antônia – Sim, porque eles iam lá e diziam que queriam trabalhar lá. A gente se organizou, porque eu entendia tudo desses materiais, eu trabalhava ensinando o pessoal, eu dizia quanto mais limpo nós fizermos, mais dinheiro vamos ganhar. Só que depois já começaram a botar gente, gente, gente... Então se é para trabalhar e passar vergonha, eu não vou. Eu gosto de trabalhar e andar de cabeça levantada. Daí nós ia vender os materiais daí diziam que em São Paulo os materiais não têm sujeira então tem que descontar. Daí já ficava ruim para mim. Porque era eu que fazia a venda. Daí eu achei melhor voltar para a rua.

Antônia é uma catadora emblemática: iniciou catando papel na rua (“sou papeleira desde 1991”), depois ajudou a organizar a Associação Catadores de Sonhos de Carazinho. Dava palestras em escola, recebia visitantes na Usina, era entrevistada pela imprensa, organizou o refeitório da Usina, recolhendo doações, preparava as refeições e, segundo alguns, “mandava no grupo”. Atualmente está desligada a Associação. Mora em um barraco, num bairro pobre, da periferia urbana, bem distante do centro (cerca de 6 km), é casada, tem 47 anos, dois filhos adotivos que a ajudam e cata diariamente na rua. Isso inclui sábados e domingos, segundo conta.

Nas conversas que tivemos falou das atribulações pelas quais passou: a concorrência é grande, pois a cidade tem muitos carrinheiros, o preço da mercadoria é baixo e o trabalho é penoso. Agora, conseguiu emprego na empresa responsável pela limpeza urbana e está trabalhando como “margarida”, denominação dada às mulheres que trabalham na varrição das ruas e praças. Vai catar só de tarde, pois na madrugada varre rua. Quando “batemos papo” me conta coisas de seu dia-a-dia. Embora não demonstre insatisfação com o trabalho que faz, fala da dureza das condições de trabalho.

As dificuldades de catar na rua, relatadas por Antônia, também foram vividas por João, conforme relato mais adiante. Mas, para João, foi apenas uma experiência isolada, pois ele não cata na rua, não é “profissional”, na avaliação de Antônia. Ela é severa no critério para o que considera catador profissional, de tal forma que isto motivou o atrito com os demais membros da Associação, provocando a sua saída do grupo. A identidade do/a catador/a profissional, do/a papeleiro/a de rua é marcada por alguns signos: o tipo de material que coleta: PET, papelão e latinha; o tipo de veículo que usa: a maioria tem carrinho, embora também sejam freqüentes bicicleta ou carroça e a divisão de territórios: bairros marcados para trabalhar, numa espécie de reserva de mercado e de divisão territorial que delimita espaços que são domínio de cada catador/a.

Outro/a personagens são João e Patrícia, catadores da Usina, membros da Associação de Catadores de Sonhos de Carazinho. Ao procurá-los, minha intenção era entrevistar apenas a mulher. Mas tive que me render à vontade que João tinha de falar. Por conta disto, tenho um personagem a mais que o planejado. Comecei entrevistando Patrícia, uma mulher jovem (35 anos) e que está no grupo de trabalhadores da Associação desde o início. Não era catadora de rua e sim dona de casa. (um dos motivos dos conflitos no grupo, registrados nas atas do Programa, e que motivou a saída de Antônia!). O marido é catador na rua e eles têm 3 filhos pequenos. Ela se declara satisfeita com o trabalho que faz. Conversamos no escritório da Associação, que fica no Aterro Sanitário, em um pequeno prédio de alvenaria que foi construído com os recursos do Programa. Além do escritório há uma cozinha, instalações sanitárias e um pequeno refeitório. Como estive no aterro em diversas ocasiões, na época da implantação, com meus alunos, fui reconhecida por ela, embora eu não a reconhecesse, pois naquelas ocasiões éramos atendidos por Antônia. Sua escolaridade é de 5ª série. Comunica-se muito bem, embora seja um tanto lacônica, prendendo-se à pergunta feita.

Depois de Patrícia, foi a vez de João. Novo no grupo é atualmente o porta-voz dos seus pares (um total de 14 pessoas). Dá palestras em escolas, entrevistas na rádio e TV, recebe os visitantes. E muito comunicativo e declara estar fazendo o que gosta, pois, segundo falou, “não nasceu pra ser peão”. Sendo membro da Associação, considera-se um pequeno empresário. Não é o presidente, mas como os demais membros, autodetermina suas ações. Tem curso primário e também não era catador de rua quando ingressou na Associação. Já trabalhou como pedreiro e como garçom. Quando criança, catava ossos e vidros para vender, não como atividade regular, mas para conseguir “alguns trocados”. Está no grupo há cerca de um ano. Nossa entrevista também ocorreu no escritório da Associação, após termos conversado no galpão de triagem, onde ele estava trabalhando, assim como Antônia e os demais membros da Associação.

A partir destes comentários, passo a dar papel de destaque às entrevistas com os catadores. Tendo em vista os objetivos da pesquisa, procurei entender melhor e narrar a história do Programa a partir também do ponto de vista dos sujeitos que participaram de sua construção, não como técnicos, educadores ou educandos, mas como trabalhadores envolvidos operacionalmente na coleta seletiva. Trago reflexões sobre a forma como penso que foram se constituindo suas identidades ecológicas.

A primeira a entrar em cena foi Antônia. Conversei com ela num galpão junto à sua casa. Tendo por “fundo musical” o cantar insistente de galos e barulho das marteladas que partiam da construção de uma casa no terreno ao lado, conversamos por mais de uma hora. Usei o gravador para registrar a conversa e testei com ela a começo da fala. Este procedimento a agradou e a entrevista teve início. Ela contou episódios de sua vida particular e, principalmente, como desenvolve o trabalho na rua, como vende o material e, na última parte, como foi a sua passagem pela Associação. O galpão, de chão batido e limpo, é um lugar agradável, onde há um fogão a lenha, muita lenha cortada e empilhada, mesas, prateleiras e alguns utensílios de cozinha. O marido acompanhou a entrevista. Mais tarde, um dos filhos, garoto de mais ou menos 12 anos, também veio se juntar a nós.

Antônia – O “pet” está 40 (quarenta); 30 centavos o plástico. Está 20 o papelão. Está 10 o misto que é o jornal. O branco está 35 (o preço do quilo, em centavos)

Nelci – É o melhor este?

Antônia – É. Mas esse dá bastante trabalho pra gente. Tem que tirar certinho, porque quando eu pegava papel na prefeitura, eu pegava bastante branco lá. Então eu deixava as bolsas tudo separada, o que era branco era tudo para um lado. Chegava 2 a 3 dias antes de eu vender, eu sentava em uma cadeira e reciclava todo ele. Porque ali vem papel branco, vem carbono, vem tudo. Então eu separava tudo para pegar um pouquinho a mais. No centro eu não posso me queixar, se eu falar do centro, que eu fui mal tratada, não! Eu fui super bem tratada como papeleira, todo mundo me queria bem. Também, há muitos anos me conhecem. Às vezes aparece ignorante que te chamam de lixeiro.

Nelci – E no trânsito, como são os motoristas quando vocês estão com o carrinho na rua?

Antônia – Olha, eles não respeitam os papeleiros, eles não respeitam ninguém. É bastante dificuldade para trabalhar. Porque eles não querem saber se é novo ou velho, eles não sabem como é que tem que dirigir. Compreende? Eles não respeitam. Voltei para a rua. Porque eu trabalhava na rua. Sou papeleira desde 1991.

Durante nossa conversa ela conta que com seu carrinho já transportou até 300 quilos. Trabalha na rua cerca de 6 horas, catando nas ruas e em casa, completando a

jornada de trabalho, separa os resíduos que recolheu (geralmente em torno de 100 quilos). A lida na rua é árdua. Antônia relata um pouco do seu dia-a-dia. Mostrou-me o carrinho e um galpão onde faz a seleção do material recolhido na rua: PET, lata e papel, os produtos preferidos dos catadores de rua. Pergunto quantos dias ela trabalha:

Nelci – Tu fazes todo o dia?

Antônia – Todo o santo dia.

Nelci – E quando chove?

Antônia – Quando chove eu não saio, mas se pego chuva na rua eu não volto.

Comparado à loquacidade de Antônia, Patrícia, a trabalhadora da usina, falou pouco. Não formulava frases longas e limitou-se a responder o que perguntei. Mesmo assim mostrou desembaraço e uma formulação oral clara e concisa. No começo da conversa perguntei sobre a sua história de vida:

Nelci – Bom... Vamos começar então. Tu me dizes primeiro teu nome, a tua idade, fala um pouquinho de você como pessoa, quem você é, o que você faz na vida.

Patrícia – Meu nome é [...] trabalho aqui na usina de reciclagem há cinco anos, comecei desde o começo e estou nesta batalha até hoje.

Nelci – Você estudou até que série? Fala um pouquinho da tua formação.

Patrícia – Eu estudei até a quinta série.

Nelci – Até a quinta série. Morava aqui em Carazinho mesmo?

Patrícia - Não, nasci em Porto Alegre. Sou natural de lá.

Nelci – Então logo que você chegou já começou a trabalhar aqui?

Patrícia – Sim.

Nelci – E antes trabalhava em outra coisa?

Patrícia – Eu trabalhava em uma firma em Porto Alegre, em uma metalúrgica.

Nelci – E esse trabalho aqui você acha que é melhor ou pior que aquele?

Patrícia - Mas para mim, como eu estou aqui, eu acho melhor.

A história de Patrícia vai se desenrolando e sendo gravada. À medida que ela fala, vou encorajando, perguntando. Responde a tudo e não desvia do assunto. Mas não vai além. Nossa entrevista é um *ping-pong*: vai pergunta, vem resposta. Ela parece

tranqüila e, segundo fala: “para mim, como eu estou aqui, eu acho melhor” Associando ao que ela diz ser o seu ganho mensal, é fácil perceber que o trabalho agora provavelmente não é pior que o que tinha na metalúrgica. As principais dificuldades que relata são em função de que o material recolhido através da coleta seletiva não é suficiente, o que obriga o grupo a acolher algumas cargas de lixo comum para completar o trabalho do dia. João fala disto, contando como o grupo se organiza para dar conta do tempo em que permanecem na usina (cerca de 8 horas diárias):

João - Embora talvez outras pessoas de fora não enxerguem, mas o pessoal vem para cá para trabalhar. Porque nós viemos aqui por produção. Nós vamos ganhar o que nós fizemos e também é que nós fazemos um trabalho rápido. Porque a coleta seletiva, já é seletiva. Ela já é limpa. Então o que nós vamos fazer? Vamos ficar aqui um olhando para o outro? Não tem como, nós dependemos disso. Então, nós precisamos pegar o lixo comum, e eu sempre falo e incentivo as pessoas. Eu já fui em colégios falar, até mesmo aqui no nosso trabalho quando alunos visitam, que comecem, mesmo que a coleta seletiva não passe...

Nelci – Separar em casa.

João – Separar em casa, porque se o lixo comum passa lá no bairro deles e se der o acaso de ser aquele caminhão que nós vamos pegar já vai estar separado do lixo comum. Por isso o lixo comum já está se tornando para nós outro meio. Para nós aqui fica mais fácil. Por que o lixo comum é aterrado, e por que ser aterrado sendo que ele pode dar material também? Nós tiramos o sustento desse material. Então quanto mais material conseguirmos passar, para nós é mais dinheiro, é mais alimento; no meu caso eu só dependo desse trabalho.

O trecho acima permite visualizar o que é a labuta diária na Usina: catar lixo do monturo que é despejado pelo caminhão do “lixo comum” no galpão da reciclagem, ou da esteira. Enquanto o lixo passa, agilmente vão sendo garimpados plásticos em geral, metais, papel (“o que mais se tira de caminhão comum da rua é plástico é pet, sacola de mercado, alumínio também”) e algumas preciosidades como roupa e até calçados. Aqui não tem carrinho, como tem o catador de rua. O veículo agora é a esteira que vai passando, com velocidade própria, (quantos HPs?) indiferente aos catadores, que buscam, com olhos atentos e mãos e braços certos, retirar o que interessa. Conforme Patrícia, “cansou de aparecerem calçados bons, novos. Roupas também a gente pega porque são roupas boas”. O lixo “bom”, resultado da coleta seletiva, ocupa poucas horas do grupo. Para ampliar o resultado e ocupar o resto do tempo, o jeito é catar do lixo comum no monturo e levar para a esteira. O carro agora é carrinho de mão, sem nenhum cilindro, levantado e deslocado pela força de braços e pernas. Enquanto isto, chegam caminhões (quantos HPs?), trazendo o lixo da cidade.

É interessante perceber que todos os trabalhadores do lixo, ao serem questionados sobre consumo, transferem a reflexão para o seu trabalho – o lixo, para eles não é problema social – é meio de vida. Reconhecem-se como agentes ecológicos, mas saúdam o consumismo. É a lógica de quem depende do garimpo para viver: quanto mais resíduo do tipo reciclável, melhor é o resultado no fim do mês. Assim, não consegui ouvir o que “esperava” – que o consumismo é prejudicial ao meio ambiente. Quando forcei a pergunta, o resultado foi uma reflexão sobre o tipo de lixo e sua utilidade para o catador. Para os catadores o lixo é importante pelo que ele significa em produto para a reciclagem. Por exemplo, quando pergunto qual é o pior tipo de lixo, Patrícia diz que é o vidro:

Nelci – E para comprar, quando tu compras, passa na tua cabeça que isso vai virar lixo, que certas coisas que a gente compra não são necessárias, na verdade, a gente só está comprando e não sabe nem por que, e depois já vai virar lixo?

Patrícia – Sim.

Nelci – O que, por exemplo? Que você acha que é demais, que não deveria ter?

Patrícia - O que não poderia ter são as garrafas.

Nelci – Garrafa de vidro? Vocês não vendem vidro?

Patrícia – Não. Nós estamos nos organizando para começar, mas está muito baixo o preço.

Nelci – Eu não entendo muito disso, mas se ele fosse quebrado, moído, daí poderia ser um peso maior. O pet tu prensa, mas o vidro não prensa, então dá uma carga alta, dá uma carga de muito volume?

Patrícia – Já dá muito volume.

Nelci – Qual é o preço do vidro?

Patrícia – 2 (dois) centavos.

Nelci – E daí o vidro fica aonde?

Patrícia – Vai para o aterro.

Pode-se perceber que à questão do consumismo ela responde com o valor utilitário do ponto de vista de quem é catador. O vidro é o pior lixo – não tem valor (apenas dois centavos o quilo, contra os 80 centavos do PET). Vidro bom só o de garrafão, pois vale 1 “pila” cada um. O outro vai para o aterro, conforme falou. Além do mais, o vidro como resíduo apresenta outros inconvenientes, como o risco de provocar ferimentos:

Nelci - Como é que você que está trabalhando diretamente aqui no lixo vê o lixo? O que o lixo é para ti? O que passa na tua cabeça quando tu vê esse material?

Patrícia – Para mim no meu ver, como nós trabalhamos, lidamos com reciclagem do lixo é um meio de eles tentarem.

Nelci – Para ti isso é normal, é bom. Tu achas isso bom?

Patrícia – Eu acho. Eu não sei reclamar. Eu já estou 5 (cinco) anos aqui.

Nelci – Quando tu vês as coisas que aparece no lixo, o que passa na tua cabeça?

Patrícia O que passa na minha cabeça é: “Bom, eu já sou batalhadora”, para estar todo esse tempo aqui. Porque tem certos materiais que é ruim mesmo.

Nelci – Por exemplo?

Patrícia – É, tem algumas coisas como vidro, tem que cuidar para não se cortar.

Á minha pergunta: “o que é lixo pra ti”, nenhuma filosofia, nada de preocupação ambiental – só tem lixo bom (o que tem valor de venda) e lixo ruim (não tem valor de venda ou pode machucar). O significado de resíduo sólido para o catador é diferente daquele que foi mencionado por Lauro, o técnico. Para ele, o pior lixo é o plástico; para o catador o que vale é plástico, papelão e latinha. O resto “é coisa bruta”. Inclusive os restos de comida, abundantes no lixo comum.

A conversa com Patrícia durou cerca de uma hora. Segundo ela, com os materiais que vêm no lixo comum (não o da coleta seletiva) e que são disponibilizados para a catação, a fim de complementar o material da coleta seletiva (que é pouco), conseguem realizar um garimpo significativo. Ela conta como é:

Patrícia – É escolhido. Porque o material bom mesmo que tem nos caminhões da rua, que os catadores não vencem daí o motorista avisa.

Nelci – Então o motorista ajuda vocês com cargas que têm mais materiais?

Patrícia – É; cargas boas, que favorecem que não vencemos nem fardar porque vem bastante.

Nelci – Se viesse, por exemplo, bem separado. Lixo iria lá para o aterro e pronto. Daí teria mais material separado para vocês. E por que será que as pessoas não fazem isso? Por que tu achas que as pessoas continuam a não separar?

Patrícia – É por falta, eu acho de vontade mesmo. Por que é uma coisa simples, o que custava? Se fosse tudo em ordem como a coleta seletiva, é tudo bem organizado, se o caminhão comum fosse assim...

Para o/as catador/as que entrevistei, o melhor lixo, depois do alumínio, é o plástico e o vidro é o pior. Aqui reside uma das aparentes contradições conceituais da

educação ambiental. Enquanto ecologistas e ambientalistas consideram o plástico como um dos vilões da sociedade de consumo, preconizando sua redução e substituição pelo vidro, os catadores celebram a safra das embalagens PET no verão e abominam o vidro pelo seu baixo valor e riscos que oferece na catação. Vemos aí diferentes atores: produtores de lixo (nós, ecologistas e ambientalistas em geral) e seus recicladores (catadores e carrinheiros), com diferentes visões de mundo, de recursos e de ambiente.

Continuando no relato da conversa com minha entrevistada, falamos sobre condições de trabalho, sobre a organização do lugar. Ela conta que o começo foi difícil: “Logo no começo, quando eu entrei, porque eu sou do pessoal mais antigo, não tinha maquinário”. Os equipamentos só chegaram meio ano depois e, assim, “a gente trabalhava lá em cima, separando tudo a mão. Depois que veio o maquinário foi um alívio, trabalho rendeu, produção aumentou; no começo não tinha como”. Outro assunto da nossa conversa é sobre o funcionamento da Associação, o entrosamento do grupo. Pelo diálogo transcrito, pode-se supor que as relações interpessoais atualmente são boas. As decisões são tomadas por voto e cabe ao presidente, auxiliado por um tesoureiro, fazer a venda quinzenal do material. Houve uma reciclagem das relações, uma passagem do conflito (conforme se lê em diversas atas do Programa), para um melhor entrosamento atual. Ela descreve algumas vantagens de participar do Programa e da sua atual feição:

Nelci – Vamos falar um pouquinho da associação, o que você lembra do começo, como foi, e hoje, como funciona?

Patrícia - Ela era muito diferente em certas partes.

Nelci – Melhor ou pior?

Patrícia – Para melhor, está melhorando.

Nelci – Então aos poucos você acha que as coisas estão se aperfeiçoando.

Patrícia – Sim. Tem reuniões, tem psicóloga que acompanha o projeto todo.

Nelci – E os novos que entraram se ajustaram bem?

Patrícia – É se ajustaram. Com o tempo vai pegando o ritmo, mas está tudo bem.

Nelci – De tua parte fica aqui, continua aqui?

Patrícia – Enquanto der, eu estou aqui na batalha e firme. É bom a gente trabalhar em um serviço que tem prazer, que a gente gosta.

Nelci – E para ti esse trabalho é bom, tu gostas?

Patrícia – Para mim eu gosto.

O lixo mais valioso, para o trabalhador na usina, é o plástico e para o carrinheiro (catador de rua) é o papelão. Passou a época de catar osso,

e recolher vidro também não vale a pena, conforme falou Patrícia. Pedro, o outro entrevistado, também pensa assim:

Nelci – É que o que não havia antes era valor, como o senhor diz o lixo hoje mudou muito, lá da sua época o que tinha no lixo? Vidro e osso?

Pedro – Vidro e osso.

Nelci – Hoje em dia, ainda se compra osso?

Pedro – Tem pessoas que compram osso, mas é muito baixo. Hoje, em torno de dois centavos o quilo. Não vale a pena; ganhamos por produção e se ocupar o nosso tempo... Tirando osso e caco de vidro, te cortam os dedos e não te rende nada.

Nelci – O que rende mais para vocês?

Pedro – O plástico. A linha do plástico é uma linha que dá mais lucro do que o papel. O plástico tem um preço melhor e ele vende bem mais que o papel. É mais fácil de classificar, porque a maioria do papelão, no caso do lixo comum, ele já é tirado na própria cidade, daí sobra o plástico para nós.

Nelci – Os papeleiros recolhem mais papelão?

Pedro – Mais papelão, porque ele tem visão de onde teria uma caixa de papel.

Como nossa conversa aborda o trabalho do catador de rua, estímulo a conversa nessa direção, para tentar fazer um contraponto com o que Antônia havia relatado, já que Patrícia não tem vivência de rua (só o marido, conforme contou). Assim, recolho as seguintes informações:

Nelci O senhor nunca trabalhou na rua?

Pedro – Na rua já tive de ir em companhia de outras pessoas. Tem um vizinho meu que trabalha com um carrinho, assim eu fui junto com ele. Mas no meu caso, eu não tinha serventia para ser catador, porque é muito difícil a vida do catador, por que ele tem que carregar muito peso, por que quanto mais ele encher o carrinho, mais dinheiro ele vai ganhar. Mas o sofrimento de carregar esse carrinho, a lonjura que tem que ir.

Pedro – Nós saímos de casa com esse rapaz em torno de 6 horas da tarde, 10 e 15 da noite eu cheguei em casa de volta, sem parar de caminhar. Ontem o material foi vendido, eu estava junto, porque eu fui junto com ele. De todo aquele tempo entre dois ajudando, e com um carrinho de peso insuportável pagaram 12 reais. 12 reais, eu fui prova porque eu fui junto. Ninguém vai na rua catar porque gosta, vai porque precisa, é digno.

Um aspecto muito interessante da conversa com Pedro foi a da identidade do catador. Essa abordagem não chegou a aparecer na conversa com Patrícia, mas surge na fala de Antônia, embora no caso dela, o reconhecimento seja mais em função da

necessidade de ser reconhecido perante o próprio grupo. Pedro fala de um reconhecimento público que hoje é atribuído ao catador. Quanto pergunto se as pessoas reconhecem a importância do catador ele responde afirmativamente. Fala do respeito e do espaço que hoje o catador conquistou:

Respeitam porque ele não está sendo barrado, muitas vezes é barrado pelas pessoas que não querem que passe catador lá. Muitas vezes tem pessoas que saem na frente da lixeira, porque já pensam que a gente vai querer entrar dentro do pátio. Antigamente o papeleiro ia lá rasgava sacola para ver se tinha lata de refrigerante, ou outra coisa que desse para ele reciclar. Então as pessoas, com o direito de não deixar bagunçar.

E possível reconhecer na fala de Pedro a satisfação de ser reconhecido como profissional. De acordo com Bursztyn (*apud* ZANETTI, 2006, p. 230), “depois que fui estudar um pouco melhor a cadeia produtiva do lixo, percebi que não dá para incluir o catador nesta categoria de excluído, porque ele pertence.” O autor fala de uma má inclusão, situada “numa ponta extremamente precária da cadeia”, por sua condição de trabalho, que é insalubre, irregular e perigoso. Embora Pedro não seja catador de rua, defende quem é, atribuindo-lhe uma identidade social “então ele vai virar um conhecido” e uma importância decorrente da “dignidade, serviço digno”, conforme expressa:

e hoje as pessoas estão perdendo o medo, porque ali ele já está identificado, ele tem a carroça dele, tem o carrinho dele, e se ele é daquele bairro, porque praticamente ele vai fazer sempre aquele bairro, então ele vai virar um conhecido [...] porque é dignidade, é um serviço digno, porque se as pessoas que estão reciclando hoje pararem de reciclar vai vir outros. [...] ele não está abrindo sacola para ver o que tem dentro e o que não tem. Por isso que as pessoas estão hoje respeitando mais.

Ao mesmo tempo em que dá mostras da construção de uma identidade profissional, a de catador, espera uma atitude assistencialista das pessoas, conforme se deprende de sua fala: “que as pessoas começam a ajudar”, “muitos ajudam com roupa, com sapato, tem pessoas que ajudam até com alimento, tem pessoas que são 100%, que ajudam, são pessoas que querem ajudar os outros”.

A identidade ecológica, no sentido que é atribuído por Carvalho (2002a) tem, para os catadores, um sentido diferente que aquele que nós, não-catadores, lhes atribuímos. Na questão da profissão, como um conjunto reconhecido de atributos e responsabilidades, começa a aparecer um lugar para a figura do catador. Mas, para isto, ele deve ter certa respeitabilidade, Como expressão comportamental desse perfil profissional, para João, o catador, é uma identidade profissional, uma nova identidade, que não existia, mas que começa a ganhar espaço, neste caso, na visão do próprio catador, que se reconhece como profissional, pois “ele (o catador) não está abrindo sacola para ver o que tem dentro e o que não tem. Por isso que as pessoas estão hoje respeitando mais”. Todos os depoimentos de catadores/as dão conta dessa percepção, deste reconhecer-se como profissional. É uma identidade pessoal, profissional e ecológica, com o olhar de quem está envolvido na tarefa de resgate de resíduos.

A identidade ecológica da qual vimos falando, ao longo deste trabalho, está bastante imbricada com a forma como os sujeitos pensam e falam o ambiente. Catalão (*apud* ZANETTI, 2006, p. 22), fala de um estado de conexão, assumido por quem separa o lixo (não necessariamente como catador profissional), pois gerir os resíduos que produzimos nos coloca face a face com o que queremos negar: “Os resíduos nos pertencem e teimamos em negá-los”. Para tentar apreender o discurso sobre o ambiente na fala do/as meu/minhas entrevistado/as, encaminhei a conversa para este ponto. Pedro, questionado sobre o papel do catador na melhoria do meio ambiente, considera que é importante que “as professoras, conforme vem com os alunos, explicam o significado desse lixo, porque ele demora muito tempo, vai atrapalhar no oxigênio. Porque nós estamos fazendo todas as partes. A nossa parte para o nosso sustento’. Em sua loquacidade, continua explicando e trazendo argumentos que revelam um bom nível de informação sobre os temas ambientais em geral:

Porque mais tarde, aonde chegar à situação de falta oxigênio, ou de faltar muitas coisas como já está sendo previsto de faltar água com o decorrer do tempo, eu não vou mais existir, mas a minha geração, a minha descendência vai continuar. Para mim seria gratificante saber que hoje eu estou contribuindo para a minha descendência mais tarde. Então se os antecedentes do passado tivessem tido essas explicações que hoje tem; a tecnologia está mais avançada. Hoje muitos erros se fazem por falta de sabedoria e por falta de ensinamento, porque uma criança hoje, ela entra no colégio e, se ela estudar, se dedicar, mais tarde ela vai ser o professor. Então, tem que ter dedicação. Desde pequeno a gente aprende, porque se hoje o jovem, o aluno, a criança aprender a reciclar o lixo dele, mais tarde quando chegar a ele ser o pai, ele vai ter que saber como explicar para o filho dele.

Volto a insistir sobre o ponto que me interessa: a questão do consumismo como um modelo predatório sobre os recursos naturais existentes no planeta e a necessidade de mudar nosso estilo de vida: mais sóbrio, com menos desperdício e, conseqüentemente gerando menos resíduos, À minha pergunta “Não estamos produzindo lixo em excesso?”, responde:

Pedro – Sim, mas tudo que tem para vender, alguém vai comprar.

Nelci – Eu entendo esse seu lado, o senhor está falando porque é um importante meio de vida. Mas vamos pensar em termos de meio ambiente. Em sua opinião, é possível reciclar tudo? Vai chegar o ponto em vamos tirar tudo o que não precisa ir para o lixo? Ou a gente deveria pensar em consumir de jeito diferente?

Pedro – Só o tempo pode dizer, por isso que eu digo, se as pessoas tiverem essa solução, já comecem a ensinar as pessoas de agora. Porque nós estamos aqui por não ter tido um estudo maior. E hoje tem pessoas que sabem. A gente sabe que quanto mais se organizar, quanto mais às pessoas fazerem cada um a sua parte vai ser melhor. Mas teria que começar pelas autoridades, porque tem que vir o incentivo de cima, e não de baixo; alguém tem que buscar a solução.

Nelci – É possível reciclar tudo?

Pedro – Não tem como reciclar tudo, tem materiais que não são recicláveis. Se nós tirarmos 90%, é melhor 10% estar errado do que os 100%.

Para os catadores as questões ambientais são questões sociais Para eles, tirar coisas do lixo é importante porque “é digno”, “vai poder comprar leite, ovo e uma carniha”. Não há separação entre ambiente e condição social – elas estão muito mais agregadas que para os não-catadores. Trata-se de viver do lixo, tirar o sustento do ambiente, sem tirar nada dele, apenas o lixo, como uma espécie de garimpo “ecologicamente correto”.

Ainda insisto, mais uma vez sobre a questão da reciclagem vinculada ao consumismo, mas Pedro não “morde a isca”. Para ele é melhor “10% estar errado do que os 100%.”, referindo-se à minha argumentação que nem tudo pode ser resolvido pela reciclagem. No entendimento dele, não é possível reciclar tudo porque “vai passar embaixo de outras coisas”, o que não era, em absoluto, o sentido ao qual eu me referia. Ele muda de assunto. Ficamos falando mais um pouco sobre valor de venda dos materiais e então me despeço. Ele volta ao trabalho no monturo e eu volto à cidade.

Percebi nas falas de meus entrevistados desse capítulo, que lixo é trabalho. Não tem “frescura”. Cata e vende, vende e vive “com dignidade”. O trabalho na usina é,

segundo eles, um bom trabalho, porque “dá para tirar um R\$ 400,00 por mês, “limpo”. Isto no inverno, pois no verão aumenta a quantidade de PET e de latinhas o que, conseqüentemente, aumenta a renda *per capita*. Na rua, além de condições árdias (distância, chuva, desrespeito dos motoristas, o peso da carga), também o retorno financeiro é menor – praticamente a metade do que conseguem os trabalhadores da Usina. As reflexões sobre a postura dos catadores na forma como encaram o lixo e o seu trabalho podem trazer lições: é preciso se organizar e é preciso agir, ou como diz João: “A gente sabe que quanto mais se organizar, quanto mais as pessoas fizerem cada um a sua parte vai ser melhor”. Nesta declaração fica evidenciada uma percepção de que é preciso haver organização – ou seja, não é o trabalho isolado de “cada um faz sua parte”, mas a de ao se organizar, fazer a sua parte.

Se há lições para aprender, podemos tê-las com os catadores: percepções de ambiente natural e de ambiente social, de dignidade, de identidade profissional, sobretudo, a lição da realização: para João: “eu não vou mais existir, mas a minha geração, a minha descendência vai continuar. Para mim seria gratificante saber que hoje eu estou contribuindo para a minha descendência mais tarde”; para Antônia: “Uma associação que eu saiba é nós, o nosso grupo” ou ainda para Patrícia: ” Bom, eu já sou batalhadora, para estar todo esse tempo aqui.”. Consciência de seu papel, sentimento de pertença, valorização de seu trabalho são alguns indicadores que aponto como vestígios nas trilhas da construção das identidades ecológicas deste/as catador/as.

9 CHEGAR AO FINAL SEM CHEGAR AO FIM – um olhar para o antes e para o depois

Escrever a última parte é refletir sobre o que foi dito e sobre o que foi silenciado... Chegar ao final de um estudo, escrever a última página é mais complicado do que pode parecer à primeira vista. Encerradas as discussões ficam interrogações: será que consegui, através do texto que produzi “amarrar” as discussões, tensionar os discursos que ouvi e falei, fragilizar as verdades que dominavam soberanas e apresentar novos olhares à questão de como se dá a construção da identidade dos sujeitos ecológicos e, no meu caso, da identidade do professor? Será que minhas ações e os procedimentos metodológicos escolhidos foram caminhos corretos dentro os vários que se ofereciam na caminhada que fiz durante o tempo que produzi este estudo?

Como “conclusões” acerca dos problemas apresentados, pretendia trazer sentidos que, segundo pensava, poderiam, de alguma forma, contribuir para a construção de novas formas de relacionamento das pessoas entre e si e com seu ambiente, superando um modelo de desenvolvimento que tem a tecnologia como principal comandante, em jogos de poder cujas armas são a organização social e o conhecimento.

Se a intenção foi a de procurar respostas aos questionamentos que tinha, resta, ao final, a consciência que, muito mais que respostas, encontrei novas perguntas; queria encontrar algumas verdades e me deparei com contradições, queria certezas, encontrei ambigüidades, queria resultados e me vi às voltas com fugas e inquietações. Quanto mais perto pensava chegar, mais me sentia empurrada para longe, como se fosse um pólo de ímã, tentando tocar o igual.

Não cheguei a conclusões, mas descobri uma nova forma de pensar o mundo e as relações das pessoas entre si e com a natureza. Através das ambigüidades que nos constituem e do papel que assumimos na peça que nos apresenta e representa me reconheci como autora, inventando sentidos para as coisas que fiz e pelas quais buscava através das mais diversas artimanhas, proteger verdades e posição nos grupos com os quais me identifico. Ser um ser de muitas verdades acredito, não é defeito e nem virtude, é apenas um jeito de ser. Entre as tantas possibilidades com as quais me deparei e me embati, como resultado das leituras e reflexões que fiz durante o tempo em que me debrucei sobre a elaboração deste trabalho (e inclusive naquele que o antecedeu e que

também usei como apoio e referência), chego ao final com sentimentos contraditórios de realização e desconfiança.

A participação dos “meus” atores sociais no Programa da Coleta Seletiva de Resíduos oportunizou reflexões, especialmente quando da análise da prática na qual estiveram/estão engajados/as. Foram novas percepções e sensibilidades, conforme interpretei dos relatos. Mesmo com diferentes motivações: sobrevivência, trabalho, pesquisa, protagonismo social, nossas aproximações ao Programa, junto com os objetivos que cada um/a buscava, trouxeram uma nova consciência de meio ambiente e do papel que assumimos no contexto que narramos e no qual somos narrados/as.

As trajetórias descritas não são lineares, nem oferecem o “retrato” dos valores, crenças e comportamentos que norteiam práticas ambientais do dia-a-dia de qualquer um de nós: há os comportamentos públicos e os privados, aqueles que são ditos e aqueles que são praticados, os declarados e os ocultos. Juntos, oferecem algumas possibilidades de compreender como se dá a construção de um sujeito ecológico, resignificando práticas ambientais, na forma como as pensamos e na forma como as praticamos nos nossos grupos e ações diárias.

Não fiquei mais descrente – minha esperança no futuro que podemos construir como humanidade, aumentou. Não é uma esperança ingênua, de quem pensa que haverá alguém ou alguma coisa que vai fazer o mundo melhorar, mas é um jeito novo de olhar para o futuro, não mais pela janela da ciência, mas pelas muitas frestas e brechas que encontrei nas paredes que estavam a minha frente. Com estes novos olhares pretendo continuar a explorar o mundo que me cerca, onde vivo e construo a minha história, com aqueles/as que me cercam, que me ouvem, que me falam e que me instituem como sujeito ecológico e como educador ambiental.

Se este estudo não se encerra aqui, posto que continuo, como sujeito ecológico, a reciclar minha identidade, a pensar meu mundo e minhas relações nele, tentando me desvencilhar de preconceitos e buscando novos *comos e porquês*, encerro a dissertação com um sentimento de alegria, não tanto pelo que produzi, mas pelo tanto que mudei.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri & LEROY, Jean-Pierre. *Novas premissas da sustentabilidade democrática*. Cadernos de Debate. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 1999.

AGENDA 21. Ministério do Meio Ambiente. MMA/PNUD. Brasília, 2000.

ALEXANDRE, Agripa Faria. A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma nova contribuição à crítica do movimento. In: *Ambiente e educação*. Rio Grande: FUFGR, Porto Alegre/RS, 1996, v.8, p. 73-94.

ALVES, Iasmine Caron. Perspectiva socioambiental na Vila Santa Isabel, Viamão-RS: estudo de caso. In. SUETEGARAY, Dirce M. A. & BASSO, Luís Alberto & VERDUM, Roberto (Orgs.). *Ambiente e lugar no urbano: a grande Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 135-203.

ANDRADE, Rui Otávio B., TACHIZAWA, Takeshi & CARVALHO, Ana Barreiros de. *Gestão Ambiental – Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Makron Books, 2000.

ARENDT, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BAUER, Martin W. & GASKELL, George. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In BAUER, Martin W. & GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Trad. Pedrinho Guareschi Petrópolis: Vozes, 2002, p. 470-490.

BAUMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo : Brasiliense, 1994.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. *Narradores de Javé: a memória ente a tradição oral e escrita*. Disponível em <http://www.narradoresdejave.com.br>. Acesso em 10 de julho de 2007.

BOFF, Leonardo. Ecologia e Espiritualidade. In TRIGUEIRO, André (Org.). *Meio ambiente no século 21*. 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p.34-57.

BOYCE, Robert W.D. Falácias na interpretação de dados históricos e sociais. In BAUER, Martin W. & GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Trad. Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 445-469.

BRASIL, Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. *Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para a elaboração de políticas públicas*. Ministério da Educação: Brasília: UNESCO, 2006.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Infância e Poder: breves sugestões para uma agenda de pesquisa. In: COSTA, Marisa Vorraber & BUJES, Maria Isabel Edelweiss (orgs.). *Caminhos investigativos III*. Riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 179-198.

CAFFÉ, Eliane. *Narradores de Javé*. DVD. São Paulo: Vídeo Filmes, Direção: por Eliane Caffé. DVD, 102 min., 2004, Brasil

CAMARGO, Aspásia. Governança para o Século XXI. In TRIGUEIRO, André (Org.). *Meio ambiente no século 21*. 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p.306-321.

CAPRA, Fritjof. Alfabetização Ecológica. In: TRIGUEIRO, André (Org.). *Meio ambiente no século 21*. 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. 2. ed Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p.19-33.

CARTA DE CAXIAS DO SUL. *Publicação do 1º Congresso Latino-Americano de catadores e catadoras de materiais recicláveis*. Caxias do Sul, 20 - 23 de janeiro de 2003.

CARVALHO, Isabel C. M. *Sustentabilidade democrática e cidadania*. Texto preliminar para exposição no Seminário Internacional Mulher e Sustentabilidade, em Santiago, 14 e 15 de dezembro de 2000. Versão revisada em janeiro de 2001.

_____. A Questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org.). *Sociedade e meio ambiente- a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2002b, p.53 - 66.

_____. Ambientalismo e juventude – o sujeito ecológico e o horizonte de ação política contemporânea In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo. (org.). *Juventude e sociedade – trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004b, p. 53 - 74.

_____. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004a.

_____. Línea de dignidad: un marco para una sociedad sustentable. In: EDO, M P. e LARRAIN, S. (orgs.) *Línea de dignidade: desafios sociales para la sustentabilidad*. Santiago, Cono Sur Sustentable, 2003, p. 77 - 88.

_____. *A Invenção Ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002 a.

CARVALHO, Isabel. C. M. & SAMPAIO, Gabriela. Hannah Arendt: Natureza, História e Ação Humana. In: CARVALHO, I. C. M., GRÜN, M. & TRAJBER, R. *Bases Filosóficas da Educação Ambiental*. Brasília, MEC, 2007 (no prelo)

CASTELLS, Manuel. *El reverdecimiento del yo: el movimiento ecologista*. <<http://www.aquibaix/factoria/articulos/Castells5.htm>> Acessado em: 20 out. 2006.

CATADORES DE RUA. *Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e Fórum Nacional de Estudos sobre a população de rua*. Ed. 1/2002.

COMISSÃO GESTORA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE CARAZINHO. *Livro de Atas nº 1*. 2002.

_____. *Livro de Atas nº 2*. 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da Pesquisa, diante de ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos investigativos – novos olhares na pesquisa em educação*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 105 - 132.

COSTA, Marisa Vorraber & GRÜN, Mauro. A aventura de retomar a conversação – hermenêutica e pesquisa social. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos Investigativos – novos olhares na pesquisa em educação*. 2.ed. Rio de Janeiro DP&A, 2002, p. 85 - 104.

COSTA, Marisa Vorraber, SILVEIRA, Rosa Hessel & SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. In: *Revista Brasileira de Educação*. Nº 23, número especial, mai/jun/jul/ago 2003, p. 36 - 61.

COSTA, Marisa Vorraber. Uma agenda para jovens pesquisadores. In: _____ *Caminhos investigativos – novos olhares na pesquisa em educação*. 2 ed. Rio de Janeiro DP&A, 2002, p. 143-156.

DÍAZ, Esther. *Michael Foucault: los modos de subjetivacion*. Buenos Aires: Almagesto, 1993.

EHRHARDT, Nelci. *Caráter Confessional da ULBRA: Aspectos institucionais*. Canoas: ULBRA, 2005.

ESTATUTO SOCIAL. *Associação Catadores de Sonhos de Carazinho*. 2003.

FABRIS, Elí Henn. Hollywood e a produção de sentidos sobre o estudante. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema*. 2. ed. Porto Alegre:UFRGS, 2004, p. 257-286.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001.

FERREIRA, Lúcia da Costa *Contemporary social conflicts: considerations about the Brazilian environmentalism*. São Paulo: NEPAM/UNICAMP, s.d.

_____. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. In: *Ambiente & Sociedade*. Porto Alegre/RS, nº. 5, p. 35-53, 2º semestre de 1999.

FLICK, Uwe. Entrevista Episódica. In: BAUER, Martin W. & GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Trad. Pedrinho Gareschi. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 114-136.

FOLTZ, Bruce. *Habitar a terra – Heidegger: Ética ambiental e a metafísica da natureza*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação – cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

GAUDIANO, Edgar. Interdisciplinaridade e educação ambiental: explorando novos territórios epistêmicos. In: SATO, Michele & CARVALHO, Isabel C.M. *Educação Ambiental – pesquisas e desafios*. São Paulo: Artmed, 2005, p. 119 - 133.

GEERTZ, Clifford. *O Saber local – novos ensaios em antropologia interpretativa*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GIL, Gilberto. Algumas Notas sobre Cultura e Ambiente. In: TRIGUEIRO, André (Org.). *Meio ambiente no século 21*. 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. 2. ed Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 45 - 58.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W. & GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Trad. Pedrinho Gareschi. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 244 - 270.

GRÜN, Mauro. A outridade da natureza na educação ambiental. In: *26ª Reunião Anual da ANPED*. Poços de Caldas: Universidade de São Paulo, 2003. CD-Room. – um artigo publicado na 26 Reunião da ANPED – anais.

_____. A restauração da dúvida como operador ético, político e científico da investigação – revendo Sócrates e Descartes. In: COSTA, Marisa Vorraber & BUJES, Maria Isabel Edelweiss (orgs.). *Caminhos investigativos III*. Riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 41 - 154.

_____. Descartes, historicidade e educação ambiental. In: CARVALHO, I. C. M.; GRÜN, M. & TRAJBER, R. *Bases filosóficas da educação ambiental*. Brasília, MEC, 2007. (no prelo)

_____. *Educação ambiental: a conexão necessária*. 8 ed. Campinas: Papyrus, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. Abordagem relacional como forma de ação. In: _____ *Caminhos da Educação Ambiental – da forma à ação*. Campinas: Papyrus, 2006, p. 9-16.

GUTIÉRRES-PEREZ, José. Por uma formação dos profissionais ambientalistas baseada em competências de ação. In: SATO, Michèle & CARVALHO, Isabel. *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 177-212.

HALL, Stuart. A Centralidade da cultura: notas culturais sobre as revoluções do nosso tempo. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre/RS: UFRGS, nº. 22, p. 15-46, jul./dez, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IBARRA, Horacio Reyes. *Desarrollo Sustentable Y Calidad de Vida*. México: Universidad Iberoamericana Plantel Golfo Centro, 1999.

JACOBI, Pedro & TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Resíduos sólidos e educação ambiental: quando a vontade influi nas políticas públicas. In: SÃO PAULO (Estado), Secretaria de Estado do Meio Ambiente / Coordenadoria de Educação Ambiental. *Educação, meio ambiente e cidadania, reflexões e experiências*. 1998, p. 53 -60.

JOVCHELOVITCH, Sandra & BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W. & GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Trad. Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

KANITZ, Stefen. O patrimônio líquido nacional. *Revista Veja*, São Paulo: Abril, nº. 6, ano 39, 15 de fevereiro de 2006, p. 20.

LAVALLE, Adrián Gurza; CASTELLO, Graziela & BICHIR, Renata Mirándola. Quando novos atores saem de cena: continuidade e mudança na centralidade dos movimentos sociais. In: *Política e Sociedade*. nº. 5, p.(?), outubro 2004. Florianópolis/SC: UFSC

LAYRARGUES, Philippe P. Educação para a Gestão Ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org.). *Sociedade e meio ambiente: A educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 87-156.

_____. “Quem disse que a educação ambiental é ideologicamente neutra” Uma análise sobre a reciclagem das latas de alumínio. In : SAUVÉ, L. Orellan, SATO, Michele (Dir.). *Sujets choisis em éducation relative à l’environnement d’une Amérique a l’autre*. Montreal: ERE UQAM, tome 1, 2002, p. 373-382

LEFF, Enrique (coord.). *A complexidade ambiental*. Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Trad. Lucia Mathilde Endlich Orth. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LORENTZEN, Lois Ann. *Ética ambiental*. México: Ducere, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental e “teorias críticas”. In: GUIMARÃES, Mauro.(org.). *Caminhos da educação ambiental: Da forma à ação*. Campinas, SP: Papirus, 2006, p. 51-86.

MARQUES, Gabriel Garcia. *Ojos de perro azul*. Lima: Oveja Negra Del Peru, 1982.

MATO, Daniel. Esboço para uma linha de investigação em cultura e transformações sociais em tempos de globalização. In: COSTA, Marisa Vorraber & BUJES, Maria Isabel Edelweiss (org.). *Caminhos investigativos III*. Riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p.155-178.

MESTRINER, Fábio. *Design de Embalagem: curso avançado*. São Paulo: Makron Books, 2002.

MESTRINER, Fábio. *Design de embalagem: curso básico*. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

_____. *Os 7 saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTA, José Aroudo. *O Valor da natureza: Economia e política de recursos humanos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A. & GROSSBERG, Lawrence. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, T.T. da. *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais no Brasil*. Petrópolis:Vozes, 1995.

NUNES, José Arriscado. Para além das “duas culturas”: tecnologia, tecnoculturas e teoria crítica. In RCCS *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, nº. 52/53, p. 15 – 61, fev./nov.1999.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2001.

PAIM, Ilse Ana P. *Catadores de Sonho*. Portfólio -2002 a 2006.

PASSOS, Luiz Augusto & SATO, Michele. De asas de jacarés e rabos de borboletas à construção fenomenológica de uma canoa. In SATO, Michele & CARVALHO, Isabel. *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Artmed, 2005, p.213 - 223.

PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PGIRS) Prefeitura Municipal de Carazinho/Rs. Secretaria de Planejamento e Urbanismo. Setor de Engenharia (2001).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Paixão da terra*. Ensaios críticos de ecologia e geografia. Rio de Janeiro: Rocco: Pesquisadores Associados em Ciências Sociais- SOCII, 1984.

PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CARAZINHO. Portfólio 2002-2005

PROJETO DO SISTEMA DE COLETA REGULAR E SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CARAZINHO/RS. Prefeitura Municipal de Carazinho/RS. Secretaria de Planejamento e Urbanismo. Setor de Engenharia. 2001.

SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini. *Notas sobre a “fabricação” de educadores/as ambientais: identidades sob rasuras e costuras*. Dissertação de Mestrado. UFRGS: Porto Alegre, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Plã mão de Alice: o social e o político na modernidade*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Luís H. Sacchi dos. Sobre o etnógrafo-turista e seus modos de ver. In: COSTA, Marisa Vorraber & BUJES, Maria Isabel Edelweiss (org.). *Caminhos investigativos III*. Riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 9-22.

SATO, Michele & CARVALHO, Isabel C.M. *Educação ambiental: pesquisas e desafios*. São Paulo: Artmed, 2005, p. 119-133.

SATO, Michèle & PASSOS, Luiz Augusto. Pelo prazer fenomenológico de um não-texto. In: GUIMARÃES, Mauro. (org.). *Caminhos da educação ambiental: Da forma à ação*. Campinas Papyrus, 2006, p. 17-30.

SATO, Michele, GAUTHIER, Jacques & PARIGIPE, Lympo. Insurgência do grupo

pesquisador na educação ambiental sociopoética. In: SATO, Michele & CARVALHO, Isabel C. M. *Educação ambiental: Pesquisas e desafios*. São Paulo: Artmed, 2005, p 99 - 118.

SATO, Michele, TAMAYO, Irineu; MEDEIROS, Heitor. *Reflexos das cores amazônicas no mosaico da educação ambiental*. Brasília: WWF, Brasil, 2002.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo: USP, v.31, nº 2, p.317 – 322, mai./ago. 2005.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, T.T. da. *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVEIRA, Rosa M. Hessel. “Olha quem está falando agora!” A escuta das vozes na educação. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. 2.ed. Rio de Janeiro : DP&A, 2002, p. 61-84.

_____. A entrevista na pesquisa em educação – uma arena de significados. In COSTA, Marisa Vorraber & BUJES, Maria Isabel Edelweiss (org.). *Caminhos Investigativos II*. Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 119 - 141.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação Ambiental como política pública. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo: USP, v.31, nº 2, p.285 - 301, mai/ago. 2005.

SOUZA, Nelson Mello e. *Educação Ambiental: dilema da prática contemporânea*. Rio de Janeiro: Thex, 2000.

TAVOLARO, Sérgio Barreira F. Ação comunicativa. In: FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005, p.15-26.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Educação ambiental: Natureza, razão e história*. Campinas: Autores Associados, 2004.

TRIGUEIRO, André (Org.). *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.p. 13-17.

TROLEIS, Adriano L. & BASSO, Luís Alberto. Avaliação dos impactos ambientais do aterro sanitário da Zona Norte de Porto Alegre. In: SUETEGARAY, Dirce M. A. & BASSO, Luís Alberto & VERDUM, Roberto (Orgs.). *Ambiente e lugar no urbano: a grande Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 107 a 134.

VASCONCELOS, Teresa M. S. *Onde pensas que vais? Senta-te!* Etnografia como experiência transformadora. *Educação, Sociedade & Cultura*. Lisboa: n. 6, 1996, p. 23-46.

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 23-38.

_____. Paradigmas: cuidado com eles. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 35 - 47.

VENTUROLI, Thereza. O peso das ilusões, *Revista Veja*, São Paulo, nº. 47 p. 11-15, 23 de novembro de 2005.

VIÉGAS, Aline. Complexidade. In: FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio (org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005, p. 71-82.

WARTH, Martim Carlos. *A Ética de cada dia*. Canoas: ULBRA, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Schwarcz Ltda, 2000.

ZACARIAS, Rachel. *Consumo, lixo e educação ambiental: uma abordagem crítica*. Juiz de Fora: FEME, 2000.

ZACARIAS, Rachel. Educação Ambiental num contexto de Gestão Integral do Lixo. In: ZACARIAS, Rachel & PINTO, Vicente Paulo. (org.) *Educação ambiental em perspectiva*. Juiz de Fora: FEME, 2002, p. 135-154.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: CARVALHO, Marina Pinto de, ZAGO, Nadir & VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.). *Itinerários de pesquisa – Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 287-309.

ZANETI, Izabel. *As sobras da modernidade: O sistema de gestão de resíduos sólidos em Porto Alegre, RS*. Porto Alegre: FAMURS, 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)